

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Embraer S.A. (“Embraer” ou “Controladora”; de forma conjunta com suas controladas como “Consolidado” ou a “Companhia”) é uma sociedade por ações com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil e tem como atividade preponderante:

- i) O desenvolvimento, a produção e a comercialização de jatos e turboélices para aviação civil e de defesa, de aviões para uso agrícola, de partes estruturais, de sistemas mecânicos e hidráulicos, serviços aeronáuticos e atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção de material aeroespacial;
- ii) Projetar, construir e comercializar equipamentos, materiais, sistemas, *softwares*, acessórios e componentes para as indústrias de defesa, de segurança e de energia, bem como promover ou executar atividades técnicas vinculadas à respectiva produção e manutenção, mantendo os mais altos padrões de tecnologia e qualidade;
- iii) Executar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços correlatos às indústrias de defesa, de segurança e de energia; e
- iv) Contribuir para a formação de pessoal técnico necessário à indústria aeroespacial.

As ações da Companhia estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores e Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado. Também, possui *American Depositary Shares* (evidenciadas pelo *American Depositary Receipt* (ADR)) registrados na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC). A Companhia não tem grupo controlador e seu capital compreende apenas ações ordinárias.

A Companhia possui subsidiárias integrais e com controle compartilhado e escritórios de representação comercial, consolidados em suas demonstrações financeiras, localizados no Brasil, Estados Unidos da América, França, Espanha, Portugal, Holanda, Irlanda, Reino Unido, China e Singapura.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2013.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as demonstrações financeiras individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que diferem do IFRS somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que, para o IFRS é utilizado o método do custo ou valor justo.

O CPC 26 (R1)/IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” determina que sejam divulgadas no mínimo duas demonstrações da posição financeira (balanço patrimonial), duas de cada uma das outras demonstrações e correspondentes notas explicativas. No entanto, para um melhor entendimento do investidor, desde 2011 a Companhia vem apresentando dois exercícios de comparação para a posição financeira (balanço patrimonial) e três para cada uma das demais demonstrações e suas respectivas notas explicativas.

2.1.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas. Isso exige da Administração julgamento para aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. As áreas envolvendo alto grau de julgamento ou complexidade, ou ainda áreas nas quais premissas e estimativas são relevantes para preparação das demonstrações financeiras estão descritas na Nota 3.

2.1.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os pronunciamentos IFRS, emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. As demonstrações financeiras consolidadas, apresentadas de acordo com os IFRS são consistentes com as apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos de 31 de dezembro de 2012 das demonstrações financeiras da Controladora e de todas as subsidiárias que a Embraer, direta ou indiretamente, possui controle, entidades de propósitos específicos (EPEs) que a Companhia tem controle, fundo de investimentos exclusivos e entidades controladas em conjunto (*joint venture*), como segue:

ELEB – Equipamentos Ltda. (ELEB) - localizada em São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, com participação da Embraer de 99,99% no capital. A ELEB produz e vende equipamentos hidráulicos e mecânicos de alta precisão para serem utilizados na indústria aeronáutica, substancialmente em aeronaves da Embraer.

Embraer Aircraft Holding Inc. (EAH) - subsidiária integral, domiciliada em Fort Lauderdale, Estados Unidos da América, engloba atividades corporativas e institucionais e tem as seguintes subsidiárias integrais localizadas nos Estados Unidos da América:

- Embraer Aircraft Customer Services, Inc. (EACS) - domiciliada em Fort Lauderdale, Estados Unidos da América, realiza vendas de peças de reposição, serviços de apoio ao produto a clientes nos Estados Unidos da América, Canadá e Caribe.
- Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. (EAMS) - domiciliada em Delaware, com base operacional em Nashville, nos Estados Unidos da América, tem como atividade a prestação de serviços de manutenção de aeronaves e componentes.
- Embraer Training Services (ETS) - domiciliada em Dallas, Estados Unidos da América, engloba atividades corporativas e institucionais e tem como subsidiária a Embraer CAE Training Services (ECTS) - domiciliada em Delaware, Estados Unidos da América, na qual participa com 51% do capital social e cuja atividade é a prestação de serviços de treinamento de pilotos, mecânicos e tripulação.
- Embraer Executive Jet Services, LLC (EEJS) - domiciliada em Delaware, tem como atividade a prestação de serviços de suporte pós-venda e manutenção de aeronaves executivas.
- Embraer Services Inc. (ESI) - domiciliada em Delaware, com base operacional em Fort Lauderdale, nos Estados Unidos da América, presta suporte nos Estados Unidos da América aos programas do mercado de defesa e comercial.
- Embraer Executive Aircraft, Inc. (EEA) - domiciliada em Delaware, com base operacional em Melbourne, nos Estados Unidos da América, tem como atividade a montagem final e entrega do jato executivo Phenom.

- Embraer Engineering & Technology Center USA, Inc. (EETC) – constituída em 27 de abril 2012, está domiciliada em Delaware e tem como atividade a prestação de serviços de engenharia relacionadas à pesquisa e desenvolvimento de aeronaves.
- Aero Seating Technologies LLC (AST) - subsidiária com participação da EAH de 85,5% no capital social, está domiciliada em San Gabriel, Estados Unidos da América e tem como atividade principal a produção e manutenção de assentos para aeronaves.

Embraer Austrália PTY Ltd. (EAL) - subsidiária integral, domiciliada em Melbourne, Austrália, tem como objetivo prestar serviços de suporte pós-venda para os clientes da Oceania, Ásia e região. Atualmente as atividades dessa subsidiária estão paralisadas.

Embraer Aviation Europe SAS (EAE) - subsidiária integral, domiciliada em Villepinte, França, engloba atividades corporativas e institucionais e tem as seguintes subsidiárias integrais:

- Embraer Aviation International SAS (EAI) - domiciliada em Villepinte, realiza venda de peças e presta serviços de suporte pós-venda na Europa, África e no Oriente Médio.
- Embraer Europe SARL (EES) - domiciliada em Villepinte, tem como atividade a representação comercial da Companhia na Europa, África e no Oriente Médio.

Embraer Credit Ltd. (ECL) - subsidiária integral, domiciliada em Delaware, tem como atividade o apoio às operações de comercialização de aeronaves.

Embraer GPX Ltda. (GPX) - subsidiária com participação da Embraer de 99,99% no capital social. Localizada em Gavião Peixoto, São Paulo, Brasil, tem como atividade principal a exploração de serviços de manutenção de aeronaves.

Embraer Overseas Ltd. (EOS) - subsidiária integral, domiciliada nas Ilhas Cayman, tem atividade restrita à realização de operações financeiras, incluindo a captação e aplicação de recursos e operações de mútuo para as empresas do Grupo Embraer.

Embraer Representation LLC (ERL) - subsidiária integral, domiciliada em Delaware, tem como atividade a representação comercial e institucional da Companhia.

Embraer Spain Holding Co. SL (ESH) - subsidiária integral, domiciliada na Espanha, tem como objetivo coordenar os investimentos em subsidiárias no exterior, inclusive aquelas voltadas às atividades de suporte à comercialização de aeronaves e gestão dos ativos provenientes dessas operações. As atividades da ESH são operacionalizadas por suas seguintes subsidiárias:

- ECC Investment Switzerland AG – subsidiária integral, domiciliada na Suíça, possui participação de 100% no capital das seguintes subsidiárias:
 - ECC Insurance & Finance Co. (ECC Insurance) - domiciliada nas Ilhas Cayman, é uma Companhia cativa de seguros que tem por objetivo cobrir as garantias financeiras oferecidas aos clientes e/ou agentes financiadores envolvidos nas estruturas de vendas de aeronaves da Companhia.
 - Embraer Finance Ltd. (EFL) - domiciliada nas Ilhas Cayman, apóia os clientes na obtenção de financiamentos de terceiros, assim como fornece suporte em algumas atividades de compra e venda da Companhia.

- Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. (HEAI) – subsidiária consolidada integralmente pelo grupo Embraer, com participação da Embraer Spain Holding Co. SL de 51% no capital social, tem sede na cidade de Harbin, China. Com operações iniciadas em 2002 e destinada a fabricar aeronaves visando atender às demandas do mercado de transporte aéreo da China, teve sua operação redirecionada para a fabricação de jatos executivos Legacy 600/650 a partir da assinatura de acordo com líderes do Governo Chinês em junho de 2012.

Embraer Netherlands B.V. (ENL) - subsidiária integral domiciliada na Holanda, tem como principal objetivo coordenar os investimentos em subsidiárias no exterior, inclusive aquelas voltadas às atividades de suporte à comercialização de aeronaves e gestão dos ativos provenientes dessas operações. As atividades da ENL são operacionalizadas pelas subsidiárias:

- Embraer Asia Pacific PTE. Ltd. (EAP) - domiciliada em Singapura, tem como atividade a prestação de serviços e suporte pós-venda na Ásia.
- Airholding SGPS S.A. - subsidiária integral, domiciliada em Portugal, tem como atividade preponderante a participação em 65% do capital votante da OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A. (OGMA), uma companhia portuguesa de manutenção e produção aeronáutica que também tem como acionista Empresa Portuguesa de Defesa – EMPORDEF, com 35% do capital votante.
- ECC Leasing Co. Ltd. (ECC Leasing) - subsidiária integral, domiciliada em Dublin, na Irlanda, cujas atividades são arrendamento e comercialização de aeronaves usadas.
- Embraer CAE Training Services Ltd. (ECUK) - subsidiária com participação da ENL de 51% no capital social, domiciliada em Burges Hill, Reino Unido, tem como objetivo prestar serviço de treinamento de pilotos, mecânicos e tripulação.
- Embraer Portugal - SGPS S.A. - subsidiária integral, domiciliada em Évora, Portugal, tem como objetivo coordenar os investimentos e atividades econômicas em suas subsidiárias integrais naquele país, como segue:
 - Embraer - Portugal Estruturas Metálicas S.A. - domiciliada em Évora, tem como objeto social a fabricação, montagem, manutenção e comercialização de peças, componentes e conjuntos metálicos e a execução de outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços relacionados à indústria de produtos metálicos.
 - Embraer - Portugal Estruturas em Compósitos S.A. - domiciliada em Évora, tem como objeto social a fabricação, montagem e comercialização de estruturas a partir de peças e conjuntos em materiais compostos e a execução de outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços relacionados à indústria de produtos fabricados com materiais compostos e não metálicos.
- Embraer (China) Aircraft Technical Services Co. Ltd. (ECA) - subsidiária integral, domiciliada na China, na província de Beijing, tem como atividade a prestação de serviços de suporte pós-venda, manutenção e comercialização de peças e componentes a clientes na China.
- EZ Air Interior Limited. (EZ) - entidade controlada em conjunto com a Zodiac Aerospace, com participação da Embraer Netherlands de 50% do capital social. Domiciliada na Irlanda, foi constituída em julho de 2012 e tem o objetivo de fabricar componentes de interiores da cabine da família de jatos EMBRAER 170/190 e será operada conjuntamente com uma fábrica localizada no México.

ECC do Brasil Cia. de Seguros (ECC) - subsidiária com participação da Embraer de 99,99% no capital

social, domiciliada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, registrada na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, tem o objetivo de operar unicamente em seguros de crédito à exportação. Em 2007, o Conselho de Administração da Embraer aprovou a intenção de alienação da totalidade de suas ações. Em 2009, a Embraer celebrou contrato de venda da totalidade das ações, com condição suspensiva de aprovação do negócio pela SUSEP. Em abril de 2011, a SUSEP indeferiu a solicitação do pedido de transferência de controle em função de o comprador não atender a determinados requisitos e orientou que ele ingressasse com novo procedimento administrativo de aprovação prévia, atendendo aos tópicos que não foram atendidos no processo inicial. Apesar de o novo processo ter sido protocolado junto a SUSEP, em setembro de 2012 a Embraer rescindiu o referido contrato de venda.

Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. (Neiva) - subsidiária com participação da Embraer de 99,99% no capital social, localizada em Botucatu, Estado de São Paulo, Brasil. Atualmente envolvida na comercialização de aeronaves agrícolas, bem como de suas peças de reposição.

Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. (EDSP) - subsidiária integral domiciliada em São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem como objetivo coordenar os investimentos no segmento de Defesa e Segurança por meio da participação nas seguintes companhias:

- Orbisat Indústria S.A. (Orbisat) - domiciliada em São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, com participação da Embraer Defesa e Segurança de 90% do capital social, tem como atividades desenvolver tecnologia de última geração para aplicação em sensoriamento remoto e construção de radares de vigilância aérea, marítima e terrestre.
- Atech Negócios em Tecnologia S.A. (Atech) - entidade controlada em conjunto, com participação da Embraer Defesa e Segurança de 50% do capital social, domiciliada em São Paulo, Brasil. Atualmente desenvolve soluções estratégicas de comando, controle, comunicações, computadores e inteligência e disponibiliza serviços de consultoria especializada e suporte técnico e logístico, atuando em todas as fases do projeto: conceituação, especificação, desenvolvimento, integração, gerenciamento da implantação, instalação, testes, manutenção e treinamento.
- Harpia Sistemas S.A. (Harpia) – com sede em Brasília, Brasil, foi constituída por meio de parceria entre a subsidiária Embraer Defesa e Segurança Participações S.A e a AEL Sistemas (subsidiária da Elbit Systems Ltd. de Israel) com 51% e 49% respectivamente, de participação no capital, sendo uma controlada consolidada integralmente pelo grupo. Tem como atividade principal o desenvolvimento, a construção, a comercialização e a prestação de serviços pós-vendas de manutenção e modernização de veículos aéreos não tripulados (VANTs). A Harpia também atuará em atividades de marketing, desenvolvimento, integração de sistemas, fabricação, vendas e suporte pós-vendas de simuladores e a modernização de sistemas aviônicos. Em 31 de dezembro de 2012, esta empresa ainda não se encontrava em operação.
- Visiona Tecnologia Espacial S.A. (Visiona) – com sede em São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem participação da Embraer Defesa e Segurança e da Telebrás, com 51% e 49%, respectivamente, de participação no capital social, sendo uma controlada consolidada integralmente pelo grupo. Constituída em maio de 2012, atuará inicialmente no Satélite Geoestacionário Brasileiro, que visa atender as necessidades de comunicação satelital do Governo Federal, incluindo o Programa Nacional de Banda Larga e um amplo espectro de transmissões estratégicas de defesa.
- SAVIS Tecnologia e Sistemas S.A. (SAVIS) – constituída em junho de 2012, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, é uma subsidiária integral da Embraer Defesa e Segurança e tem como objetivo atuar nas atividades de defesa e segurança junto ao Governo Brasileiro.

Entidades de propósito específico (EPEs) - a Companhia estrutura algumas de suas transações de financiamento de vendas de aeronaves por meio de EPEs, sobre as quais não detém participação societária, direta ou indiretamente. Mesmo não possuindo vínculo societário, a Companhia detém o controle

das operações ou participa de forma majoritária dos riscos e benefícios de algumas dessas EPEs, consolidando, desta forma, essas EPEs nas suas demonstrações financeiras. As EPEs consolidadas são: PM Limited, Refine Inc., RS Limited, River One Ltd. e Table Inc.. As EPEs nas quais a Embraer não figura como controladora não são consolidadas, com base em fundamentos e análises técnicas realizadas pela Administração. Outras estruturas envolvendo EPEs podem ser utilizadas, no entanto, mesmo não possuindo controle sobre suas operações, a Companhia efetua uma análise dos riscos que eventualmente essas EPEs possam representar, divulgando-os caso sejam representativos. Exceto pelas EPEs citadas, a Companhia não possui riscos significativos atribuídos a outras operações estruturadas envolvendo EPEs.

Consórcio Tepro - Entidade constituída em outubro de 2012 por Savis Tecnologia e Sistemas S/A e OrbiSat Indústria S.A., empresas controladas pela Embraer Defesa e Segurança, assinou contrato em novembro de 2012 com o Exército Brasileiro para implementar a primeira fase do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) para o desenvolvimento de determinadas atividades. Com sede na cidade de Campinas – SP, representa uma proporção de 93,5 % da Savis e 6,5 % da Orbisat, com início de operação prevista para o primeiro trimestre de 2013.

Fundos de investimentos exclusivos (FIE) - em consonância com suas estratégias de negócios, a Companhia possui fundos de investimentos exclusivos, os quais estão consolidados nas demonstrações financeiras. Os títulos e investimentos mobiliários mantidos por meio desses fundos são registrados nas rubricas caixa e equivalentes de caixa ou investimentos financeiros, considerando os vencimentos originais dos títulos e as estratégias de investimento dos fundos, que prevêem a negociação desses títulos em prazos que caracterizam a liquidez imediata dos valores (Notas 5 e 6).

2.1.3. Demonstrações financeiras da Controladora

As demonstrações financeiras da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e normativos complementares da CVM, conforme dispositivo da Lei Societária estas demonstrações financeiras devem ser apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.4. Participação em sociedades

Os investimentos em participação em sociedades Coligadas não são consolidados nas demonstrações financeiras e em 31 de dezembro de 2012 eram representados pela AEL Sistemas S.A. – (AEL), domiciliada em Porto Alegre, Brasil, com participação de 25% da Embraer Defesa e Segurança e Participações S.A.. Têm como atividades a pesquisa, desenvolvimento, fabricação e comercialização de componentes eletrônicos, equipamentos de eletrônica aplicados na aviação e programas de *software*. Apesar da participação de 25%, a Embraer Defesa e Segurança e Participações S.A. não possui influência significativa nesta empresa, razão pela qual este investimento é classificado como um instrumento financeiro no ativo não circulante, e está mensurado ao valor justo, tendo suas variações reconhecidas no patrimônio líquido como Resultado abrangente.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram consistentemente aplicadas para todos os exercícios apresentados, exceto quando diferentemente demonstrado.

2.2.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas das seguintes entidades:

- A Controladora e todas as subsidiárias nas quais possui controle direta ou indiretamente;

- EPEs nas quais a Controladora não possui participação societária direta ou indireta, no entanto, detém o controle de suas operações ou participa de forma majoritária nos seus riscos e benefícios;
- Fundos de investimentos exclusivos (FIE), e
- Entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

Todas as contas entre entidades da Companhia e transações oriundas das entidades consolidadas foram eliminadas, exceto para as transações com *joint ventures* cuja eliminação é proporcional à participação em seu capital social.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (inclusive EPEs) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e normalmente evidenciadas por uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas de alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na rubrica ajustes de avaliação patrimonial.

b) Aquisição de novos negócios

Na aquisição de novas controladas pela Companhia, é utilizado o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado segundo o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data em que o controle é transferido para a Companhia. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos como despesa no resultado do exercício em que os custos são incorridos e os serviços recebidos. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração de resultado.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com as práticas adotadas pela Companhia.

c) Entidades controladas em conjunto (*joint venture*)

A participação em entidades controladas em conjunto é reconhecida pelo método de consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nas receitas e despesas, ativos e passivos e fluxos de caixa individuais da *joint venture*, linha a linha, nas contas similares das suas demonstrações financeiras.

Quando a Companhia efetua uma venda de ativo imobilizado para sua *joint venture*, ela reconhece somente

a parte de ganhos ou perdas na venda de ativos imobilizados atribuível aos demais empreendedores. A Companhia não reconhece sua participação nos ganhos ou perdas relativos à *joint venture* decorrentes de compras de ativos imobilizados da *joint venture* até sua realização para uma parte independente. Entretanto, uma perda nessas transações é reconhecida caso ela represente evidência de redução do valor realizável do ativo ou uma perda por *impairment*.

d) Consórcios

A figura de um Consórcio possui regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades, bem como para o registro das mesmas em sua escrituração contábil. Apesar de possuir controles contábeis obrigatórios, sua escrituração é registrada nos livros contábeis de suas participantes pela proporção auferida a cada uma, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por intermédio de suas participantes.

2.2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

a) Moeda funcional da Controladora

A Administração, após análise das operações e negócios da Embraer, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o Dólar (“US\$” ou “Dólar”) é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços;
- Moeda que mais influencia mão de obra, material e outros custos para fornecimento de produtos ou serviços;
- Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras; e
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do período;
- Contas do resultado, do resultado abrangente, demonstração dos fluxos de caixa e do valor adicionado pela taxa média mensal; e
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referidas são reconhecidas na rubrica específica do patrimônio líquido denominada “Ajustes acumulados de conversão”.

c) Conversão das demonstrações financeiras das Controladas

Para as subsidiárias cuja moeda funcional é diferente do Dólar, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço, e os itens de receitas e despesas são convertidos usando a taxa média mensal. Os ajustes de conversão resultantes são reconhecidos na rubrica específica do patrimônio líquido denominada “Ajustes acumulados de conversão”.

Demonstramos a seguir os balanços patrimoniais consolidados, demonstrações consolidadas dos resultados e dos fluxos de caixa na moeda funcional (Dólar) e convertidos para moeda de apresentação (Real).

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

ATIVO	31.12.2012		31.12.2011	
	US\$	R\$	US\$	R\$
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.801.191	3.680.733	1.350.182	2.532.671
Investimentos financeiros	578.249	1.181.651	753.579	1.413.565
Contas a receber de clientes, líquidas	529.152	1.081.321	505.789	948.759
Instrumentos financeiros derivativos	11.226	22.940	8.245	15.465
Financiamento a clientes	22.695	46.377	12.046	22.597
Contas a receber vinculadas	12.959	26.481	14.893	27.936
Estoques	2.155.301	4.404.357	2.283.384	4.283.172
Outros ativos	255.054	521.208	241.251	452.537
	5.365.827	10.965.068	5.169.369	9.696.702
NÃO CIRCULANTE				
Investimentos financeiros	51.269	104.769	54.713	102.630
Contas a receber de clientes, líquidas	9.945	20.322	228	428
Instrumentos financeiros derivativos	24.845	50.771	22.694	42.570
Financiamento a clientes	86.932	177.645	90.243	169.278
Contas a receber vinculadas	412.991	843.946	472.733	886.753
Depósitos em garantia	581.538	1.188.373	471.368	884.191
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.886	26.332	65.893	123.601
Estoques	-	-	4.179	7.838
Outros ativos	246.793	504.323	245.420	460.363
	1.427.199	2.916.481	1.427.471	2.677.652
Investimentos	4	8	2.757	5.171
Imobilizado	1.738.522	3.552.669	1.450.401	2.720.661
Intangível	958.865	1.959.441	808.289	1.516.189
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	4.124.590	8.428.599	3.688.918	6.919.673
TOTAL DO ATIVO	9.490.417	19.393.667	8.858.287	16.616.375

PASSIVO	31.12.2012		31.12.2011	
	US\$	R\$	US\$	R\$
CIRCULANTE				
Fornecedores	758.873	1.550.757	829.889	1.556.705
Empréstimos e financiamentos	336.255	687.136	251.751	472.235
Dívidas com e sem direito de regresso	11.932	24.382	312.825	586.797
Contas a pagar	277.601	567.278	261.164	489.892
Contribuições de parceiros	885	1.808	885	1.659
Adiantamentos de clientes	901.973	1.843.182	856.085	1.605.844
Instrumentos financeiros derivativos	901	1.842	980	1.838
Impostos e encargos sociais a recolher	65.405	133.655	89.191	167.304
Imposto de renda e contribuição social	63.554	129.872	11.222	21.050
Garantia financeira e de valor residual	114.063	233.088	-	-
Dividendos	30.419	62.162	115	216
Receitas diferidas	133.654	273.122	131.059	245.841
Provisões	96.740	197.689	96.608	181.217
	2.792.255	5.705.973	2.841.774	5.330.598
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	1.730.182	3.535.627	1.406.291	2.637.920
Dívidas com e sem direito de regresso	388.306	793.504	149.782	280.960
Contas a pagar	11.075	22.631	14.023	26.304
Contribuições de parceiros	-	-	983	1.845
Adiantamentos de clientes	100.401	205.170	213.983	401.389
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	208	389
Impostos e encargos sociais a recolher	350.018	715.262	386.817	725.591
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.533	54.219	22.974	43.094
Garantia financeira e de valor residual	470.343	961.147	494.868	928.273
Receitas diferidas	108.153	221.011	83.957	157.487
Provisões	162.781	332.641	124.795	234.092
	3.347.792	6.841.212	2.898.681	5.437.344
TOTAL DO PASSIVO	6.140.047	12.547.185	5.740.455	10.767.942
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	1.438.007	4.789.617	1.438.007	4.789.617
Ações em tesouraria	(154.258)	(268.882)	(183.725)	(320.220)
Reservas de lucros	1.980.553	2.794.720	1.737.458	2.302.401
Remuneração baseada em ações	21.019	37.433	13.051	21.831
Outros resultados abrangentes	(26.847)	(694.196)	2.634	(1.152.298)
	3.258.474	6.658.692	3.007.425	5.641.331
Participação de acionistas não controladores	91.896	187.790	110.407	207.102
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.350.370	6.846.482	3.117.832	5.848.433
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.490.417	19.393.667	8.858.287	16.616.375

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

	31.12.2012		31.12.2011		31.12.2010	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
RECEITAS LÍQUIDAS	6.177.924	12.201.715	5.802.953	9.858.055	5.364.068	9.380.625
Custo dos produtos e serviços vendidos	(4.682.955)	(9.248.569)	(4.495.858)	(7.638.825)	(4.338.122)	(7.582.662)
LUCRO BRUTO	1.494.969	2.953.146	1.307.095	2.219.230	1.025.946	1.797.963
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Administrativas	(280.502)	(547.886)	(262.521)	(440.044)	(197.487)	(346.061)
Comerciais	(481.992)	(946.773)	(419.312)	(702.866)	(374.089)	(657.010)
Pesquisas	(77.334)	(152.310)	(85.252)	(143.557)	(72.133)	(126.102)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(42.832)	(88.325)	(221.430)	(410.411)	9.416	16.730
Equivalência patrimonial	(234)	(421)	(340)	(624)	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	612.075	1.217.431	318.240	521.728	391.653	685.520
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(6.769)	(11.398)	(90.716)	(172.509)	17.573	30.885
Variações monetárias e cambiais, líquidas	8.813	16.824	20.024	32.809	(1.080)	(1.350)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO	614.119	1.222.857	247.548	382.028	408.146	715.055
Imposto de renda e contribuição social	(265.530)	(523.849)	(127.124)	(210.774)	(62.714)	(114.877)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	348.589	699.008	120.424	171.254	345.432	600.178
Lucro atribuído aos:						
Acionistas da Embraer	347.824	697.792	111.608	156.297	330.265	573.592
Acionistas não controladores	765	1.216	8.816	14.957	15.167	26.586

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO FLUXO DE CAIXA

	31.12.2012		31.12.2011		31.12.2010	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
Atividades operacionais:						
Lucro líquido do exercício	348.589	699.008	120.424	171.254	345.432	600.178
Itens que não afetam o caixa:						
Depreciações	139.930	275.272	109.288	181.875	102.965	179.819
Amortizações	138.905	273.375	129.465	219.320	116.228	203.776
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	10.226	22.689	(12.845)	(23.733)	(5.574)	(7.744)
Provisão ajuste valor de mercado	34.101	68.850	5.304	9.613	62.331	108.094
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.426	23.013	4.417	7.688	9.082	15.941
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75.399	138.755	85.003	139.931	28.691	55.053
Juros a pagar de impostos e empréstimos	(5.489)	(11.051)	1.729	3.587	(10.159)	(17.489)
Equivalência patrimonial	234	421	340	624	-	-
Remuneração em ações	7.968	15.602	9.652	16.022	3.399	5.809
Variação monetária e cambial	4.366	9.509	(13.007)	(21.612)	7.521	13.169
Garantia de valor residual	13.952	25.640	34.425	63.117	2.743	4.674
Outros	832	286	(10.276)	(14.660)	1.681	2.953
Variação nos ativos:						
Investimentos financeiros	160.030	332.568	(124.284)	(253.358)	220.037	362.101
Contas a receber e contas a receber vinculadas	9.628	28.828	(126.212)	(193.207)	(1.716)	(4.864)
Financiamento a clientes	(7.338)	(12.898)	(31.794)	(53.513)	(17.722)	(29.091)
Estoques	76.893	265.021	(97.852)	(32.563)	118.538	181.229
Outros ativos	(167.383)	(329.878)	(8.795)	(6.923)	(45.705)	(89.146)
Variação nos passivos:						
Fornecedores	(72.714)	(174.636)	83.815	108.590	153.096	275.401
Dívida com e sem direito de regresso	(62.369)	(128.311)	(7.666)	(13.019)	(37.269)	(64.543)
Contas a pagar	(39.397)	(83.395)	(25.965)	(57.973)	(144.247)	(244.269)
Contribuição de parceiros	(31.791)	(62.129)	40.169	72.337	18.512	29.590
Adiantamentos de clientes	(47.483)	(112.919)	85.747	120.604	(186.219)	(312.435)
Impostos a recolher	23.590	53.061	(1.199)	(4.002)	7.521	16.700
Garantias financeiras	(8.612)	(9.676)	240.904	448.533	(40.303)	(68.031)
Provisões diversas	54.560	108.353	(4.065)	(17.381)	145.673	250.024
Receitas diferidas	26.791	39.497	(6.305)	(12.006)	19.417	34.643
Caixa gerado nas atividades operacionais	694.844	1.454.855	480.417	859.145	873.953	1.501.542
Atividades de investimento:						
Aquisições de Imobilizado	(328.006)	(655.389)	(334.322)	(557.968)	(149.640)	(260.264)
Baixa de imobilizado	1.257	2.612	303	952	29.271	50.314
Adições ao intangível	(252.415)	(493.447)	(217.384)	(365.020)	(178.685)	(313.087)
Adições (baixas) investimentos em subsidiárias e coligadas	2.518	5.112	(3.000)	(3.874)	-	-
Aquisição de Negócios	(6.162)	(12.595)	(51.539)	(81.939)	-	-
Títulos e valores mobiliários	(17.059)	(36.337)	3.760	5.866	10.659	17.626
Caixa restrito para construção de ativos	-	165	-	-	-	-
Caixa usado nas atividades de investimento	(599.867)	(1.189.879)	(602.182)	(1.001.983)	(288.395)	(505.411)
Atividades de financiamento:						
Novos financiamentos obtidos	1.692.600	3.279.751	2.362.524	3.918.846	942.755	1.636.351
Financiamentos pagos	(1.225.253)	(2.408.263)	(2.082.701)	(3.547.473)	(1.583.374)	(2.766.623)
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(59.489)	(121.120)	(183.372)	(303.364)	(161.631)	(280.732)
Alteração na participação em subsidiárias e coligadas	(17.355)	(31.158)	-	-	-	(39)
Recebimento de opções de ações exercidas	14.481	28.315	-	-	-	-
Caixa gerado (usado) nas atividades de financiamento	404.984	747.525	96.451	68.009	(802.250)	(1.411.043)
Efeito das variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa	(48.952)	135.561	(17.614)	286.301	17.442	(36.507)
Aumento (Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	451.009	1.148.062	(42.928)	211.472	(199.250)	(451.419)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.350.182	2.532.671	1.393.110	2.321.199	1.592.360	2.772.618
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.801.191	3.680.733	1.350.182	2.532.671	1.393.110	2.321.199

2.2.3. Transações em moedas estrangeiras

As transações efetuadas em outras moedas (diferentes da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como Variações monetárias e cambiais, líquidas.

2.2.4. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros ativos

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo instrumentos mantidos para negociação, (ii) disponíveis para venda, (iii) mantidos até o vencimento e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros, exceto os mensurados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos da transação são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios do ativo.

b) Classificação e mensuração

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em Receitas (despesas) financeiras no exercício em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de comparações com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções privilegiando informações de mercado e minimizando informações geradas pela Administração.

b.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos no ativo não circulante, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como Receitas (despesas) financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é registrada no patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes, sendo registrada no resultado do exercício quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*).

b.3) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos em valores mobiliários não derivativos que a Companhia tem habilidade e intenção em manter até a data de vencimento são classificados como investimentos mantidos até o vencimento e são registrados inicialmente pelo valor justo, incluindo o custo da transação e posteriormente pelo custo amortizado.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo.

b.4) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a controladas, contas a receber de clientes, financiamentos a clientes e demais contas a receber.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo.

2.2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, usualmente com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem-se nesta classificação operações compromissadas e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com registro de liquidez diária na CETIP (Balcão Organizado de Ativos e Derivativos).

Valores referentes à caixa e equivalentes de caixa, que, no entanto, não estejam disponíveis para uso pela Companhia, são apresentados dentro de outros ativos nas demonstrações financeiras.

2.2.6. Investimentos financeiros

Investimentos financeiros são ativos financeiros adquiridos pela Companhia, principalmente para a finalidade de venda no curto prazo. Usualmente, incluem-se nesta classificação valores mobiliários com vencimentos originais acima de 90 dias na data da aplicação.

2.2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e incluem valores das receitas de contratos de construção reconhecidas de acordo com os custos incorridos, sendo apresentadas pelo valor líquido dos respectivos adiantamentos. São mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Uma provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes, como em casos de dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais. Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, esta é baixada contra a provisão para contas a receber. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas no resultado do exercício em Despesas comerciais.

O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época.

2.2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta instrumentos financeiros derivativos, no balanço patrimonial,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e a contrapartida no resultado na rubrica variações cambiais e monetárias, líquidas (Nota 36), com exceção das operações designadas como *hedge accounting*.

Os Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados pelo valor justo desde que contemplem as características de Derivativos.

2.2.9. *Hedge accounting*

São operações com derivativos designados para proteção de riscos da Companhia com tratamento contábil diferenciado por meio das quais se busca eliminar os efeitos da volatilidade causada por estes riscos.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens que são objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento. A Companhia faz uma avaliação contínua do contrato para avaliar se o instrumento é “altamente eficaz” na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, verificando se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80 a 125 por cento de efetividade.

a) *Hedge accounting de valor justo*

Para os Derivativos designados como *hedge accounting* de valor justo, as variações do seu valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge accounting* são registradas no resultado do exercício, bem como as variações no valor justo do ativo ou passivo protegido (objeto do *hedge*) atribuível ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilização de *hedge accounting* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos sendo as variações no valor justo destes instrumentos reconhecidas no resultado do exercício, em Receita (despesa) financeira.

Caso o *hedge* deixe de atender ao critério de *hedge accounting*, o valor justo do instrumento continua a ser reconhecido no resultado e o valor justo do objeto de *hedge* é tratado como se não estivesse protegido sendo amortizado no resultado do exercício até seu vencimento.

b) *Hedge accounting de fluxo de caixa*

A Companhia aplica a contabilização de *hedge accounting* de fluxo de caixa para se proteger da variabilidade do fluxo de caixa atribuível a um risco de variação cambial associado a uma transação altamente provável que afetará o resultado.

Para os *hedge accounting* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos derivativos designados e qualificados como *hedge accounting* de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado do exercício. Entretanto, quando a operação prevista protegida por *hedge* resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Quando um instrumento de *hedge accounting* de fluxo de caixa é liquidado, ou quando não atende mais aos critérios de *hedge accounting*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio líquido é realizado contra o resultado quando a transação prevista é reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a operação protegida pelo *hedge* ocorra, o ganho ou a perda existente no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2.10. Financiamento a clientes

Consiste na participação em financiamentos concedidos nas vendas de algumas aeronaves e são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que os ativos estão registrados por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desses ativos.

2.2.11. Contas a receber vinculadas e dívidas com e sem direito de regresso

Algumas das transações de venda da Companhia são compostas por financiamentos estruturados, por meio dos quais uma EPE compra a aeronave, paga à Companhia o preço de compra, quando da sua entrega ou da conclusão do financiamento estruturado da venda, e transfere a aeronave objeto da compra ao cliente final. Uma instituição financeira financia a compra da aeronave por uma EPE. Nesses casos a Companhia oferece garantias financeiras e/ou garantias de valor residual a favor de uma instituição e continua tendo obrigações a serem cumpridas até o final da operação. Em função destas características, a Companhia reconhece o fluxo ativo e o fluxo passivo destas operações, que vão sendo baixadas à medida que o financiamento é pago e a garantia financeira extinta.

Os ativos são classificados como contas a receber vinculadas e as obrigações assumidas como dívidas com e sem direitos de regresso, sendo que o montante com direito de regresso refere-se ao passivo garantido pela Companhia e sem direito de regresso contempla a parte da operação que a Companhia não possui obrigações atreladas.

2.2.12. Estoques

Os estoques, incluindo as peças de reposição e aeronaves usadas, estão avaliados e demonstrados ao custo médio das compras ou produção, ou ao valor realizável líquido, entre esses o menor. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado.

Estoques de produtos em elaboração e acabados compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas e, quando aplicável, estão reduzidos ao valor líquido de realização após a dedução dos custos, dos impostos e das despesas estimadas de vendas.

Os estoques da Companhia, em quase sua totalidade são apresentados no circulante, exceto nas situações nas quais se espera que sejam consumidos na produção num período superior a doze meses.

Uma provisão para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidades superiores àquelas a serem utilizadas em projetos. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.2.13. Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido no resultado do exercício, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Nesse caso, o imposto também é reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

São calculados observando-se suas alíquotas nominais de cada país, que conjuntamente, no caso das operações brasileiras, totalizam 34% - sendo imposto de renda (25%) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%).

O imposto de renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para absorver esses créditos tributários. Essa avaliação é efetuada com base em estimativas de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os prejuízos fiscais acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) em 2008, desde então utiliza as prerrogativas do regime para a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. O RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis.

2.2.14. Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados na Controladora pelo método da equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das sociedades controladas e coligadas é reconhecida no resultado do exercício como Receita (despesa) operacional. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas em ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido, e somente são levados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

Para o cálculo da equivalência patrimonial, os lucros não realizados nas operações com controladas são integralmente eliminados, tanto nas operações de venda da controlada para a Controladora quanto entre as controladas. Perdas não realizadas não são eliminadas, uma vez que se constituem em evidência de necessidade de reconhecimento de provisão para *impairment* desses ativos.

Os lucros não realizados nas vendas da Controladora para suas controladas são eliminados no resultado da Controladora nas contas de vendas e custos entre partes relacionadas.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em entidades coligadas sobre as quais a Companhia tem influência significativa são apresentados no Consolidado dentro de Investimentos em coligadas no ativo não circulante (Nota 14) e mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

2.2.15. Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por *impairment*.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada para o ativo (Nota 16). Somente as peças reparáveis do programa *Exchange pool* não utilizam o método linear. Esta estimativa leva em conta o tempo pelo qual o ativo trará retorno financeiro para a Companhia sendo revisada anualmente. Terrenos não são depreciados.

A Companhia atribui valor residual para determinados modelos de aeronaves e para peças de reposição de aeronaves constantes do programa *Exchange pool*. Para os demais ativos a Companhia não atribui valor residual, uma vez que devido à característica desses ativos e de sua utilização, é pouco comum a baixa de grandes quantidades de ativos vendidos e quando isso acontece os ativos são realizados por valores irrelevantes.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Materiais alocados a projetos específicos são adicionados a imobilizações em andamento para, posteriormente, serem transferidos para as contas definitivas do imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em Outras receitas (despesas), líquidas na demonstração do resultado.

Segue abaixo resumo da descrição dos itens que compõem o ativo imobilizado:

- a) **Terrenos** – compreendem áreas onde estão principalmente os edifícios industriais, de engenharia e administrativos.
- b) **Edifícios e benfeitorias em terrenos** – Edifícios compreendem principalmente fábricas, departamentos de engenharia, escritórios e benfeitorias compreendem estacionamentos, arruamentos, rede de água e esgoto.
- c) **Instalações** – compreendem as instalações industriais auxiliares que direta ou indiretamente suportam as operações industriais da Companhia, assim como instalações das áreas de engenharia e administrativa.
- d) **Máquinas e equipamentos** – compreendem máquinas e outros equipamentos utilizados direta ou indiretamente no processo de fabricação.
- e) **Móveis e utensílios** – compreendem principalmente mobiliários e utensílios utilizados nas áreas produtivas, engenharia e administrativa.
- f) **Veículos** – compreendem principalmente veículos industriais e automóveis.
- g) **Aeronaves** – compreendem principalmente aeronaves que são arrendadas às companhias aéreas, além daquelas utilizadas pela Companhia para auxiliar nos ensaios de novos projetos.
- h) **Computadores e periféricos** – compreendem equipamentos de informática utilizados principalmente no processo produtivo, engenharia e administrativo.
- i) **Ferramental** – compreendem ferramentas utilizadas no processo produtivo da Companhia.
- j) **Imobilizações em andamento** – compreendem principalmente obras para ampliação do parque fabril e centros de manutenção de aeronaves.
- k) **Pool de peças reparáveis** – compreende peças reparáveis para uso dos clientes que contrataram o Programa *Exchange pool* e atendimento de aeronaves que permanecem em garantia. Estas peças reparáveis são utilizadas para atendimento a clientes, onde eles podem trocar um componente danificado por outro em condições de funcionamento, conforme definido em contrato. Essas peças são depreciadas com base na estimativa de vida de sete a dez anos e um valor residual médio de 35%, que a Companhia acredita ser aproximadamente o tempo de utilização e valor de realização, respectivamente.

2.2.16. Intangíveis

a) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos, compostos principalmente por gastos com desenvolvimento de produtos, incluindo desenhos, projetos de engenharia, construção de protótipos, são reconhecidos como ativos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

intangíveis quando for provável que os projetos irão gerar benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade comercial e tecnológica, disponibilidade de recursos técnicos e financeiros e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, em Despesas com pesquisas, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados a partir da ocasião em que os benefícios começam a ser gerados (unidades produzidas) com base na estimativa de venda das aeronaves definida na implementação de cada projeto, sendo os montantes amortizados apropriados ao custo de produção.

Revisões das estimativas de venda são efetuadas anualmente ou na ocorrência de evidências que as justifiquem. No caso de projetos paralisados ou daqueles cuja realização é considerada improvável, os gastos diferidos são baixados ou reduzidos ao valor líquido estimado de recuperação.

Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

A Companhia possui acordos com determinados fornecedores-chave, aqui denominados parceiros, para assegurar suas participações em atividades de pesquisa e desenvolvimento e em troca a Companhia recebe contribuições em dinheiro. A Companhia registra essas contribuições quando recebidas como passivo não circulante, as quais não serão exigidas caso os objetivos contratuais sejam alcançados. À medida que essas etapas e eventos sejam alcançados e, portanto, não mais passíveis de devolução, esses valores são abatidos dos gastos de desenvolvimento das aeronaves registrados no Intangível, e amortizados conforme a série de aeronaves.

b) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

c) Ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios

Os ativos intangíveis identificáveis adquiridos por meio de uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data de aquisição. Destaca-se neste grupo:

- c.1)** **Ágio** - O ágio registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas não está sujeito à amortização, uma vez que é realizável por ocasião da baixa do investimento, sendo sua recuperação testada no mínimo anualmente. Se for identificado que o ágio registrado não será recuperado na sua totalidade, o valor referente a esta perda é registrado no resultado do exercício. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.
- c.2)** **Marcas** - adquiridas em combinações de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Marcas têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.
- c.3)** **Desenvolvimento de produtos** - Em certas combinações de negócios podem ser identificados desenvolvimentos de produtos que representam valor para a Companhia. Esses ativos possuem vida útil definida e são amortizados conforme a sua vida útil estimada do produto.
- c.4)** **Contrato de não concorrência** - Para ingressar em um novo negócio, normalmente a Companhia efetua contrato de não concorrência com os vendedores, por um período acordado contratualmente. Esses contratos são registrados pelo valor justo na data de aquisição como ativo intangível e amortizados pelo tempo previsto no contrato.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c.5)** Pedidos firmes - Na data da aquisição das participações societárias, os pedidos ou ordens de produção aguardando execução, são precificados e registrados pelo valor justo, e amortizados durante o período de entrega previsto nos contratos.

2.2.17. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e os ativos intangíveis são revistos para se identificar evidências de perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no mínimo anualmente.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC) considerando a similaridade dos produtos e serviços produzidos e prestados pela Companhia e a forma como ela acompanha e gerencia os fluxos de caixa gerados. Estas UGC foram determinadas de forma corporativa, independentemente do local ou locais nos quais os ativos, bens e serviços são usados, produzidos ou prestados.

No caso de ativos intangíveis originados nos processos de desenvolvimento de produtos ou na aquisição de novos negócios, o teste de recuperação é feito independente de haver evidência de perda.

Caso seja identificado e calculado um ajuste por conta da não recuperação dos ativos alocados a uma UGC, seu valor é proporcionalizado pelo valor dos ativos líquidos e reconhecido em todas as subsidiárias que atuam para aquela UGC.

2.2.18. Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

2.2.19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação incorridos. Em seguida, os empréstimos obtidos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, pelo método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, os custos de transação são capitalizados como um pagamento antecipado de serviços de disponibilização da linha de crédito e amortizados durante o período de disponibilidade do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.20. Arrendamentos

A determinação sobre se uma transação é, ou contém arrendamento mercantil, é baseada na essência da transação e exige avaliar se (i) o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais de um ativo específico e (ii) o acordo transfere o direito de usar o ativo.

a) Arrendamento de aeronaves

As aeronaves disponíveis para arrendamento ou arrendadas por meio de arrendamentos operacionais são registradas nas demonstrações financeiras da Companhia como ativo imobilizado, sendo depreciadas ao longo da sua vida útil estimada. A receita de aluguel (líquida de qualquer incentivo dado aos arrendatários) é reconhecida pelo método linear pelo período do arrendamento. Aeronaves eventualmente arrendadas por

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

meio de arrendamentos financeiros deixam de ser reconhecidas no ativo da Companhia após o início do arrendamento sendo a receita e o respectivo custo de venda reconhecidos na data da transação do arrendamento.

b) Outros arrendamentos

Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas divulgadas na Nota 16.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanece com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.2.21. Custo de empréstimos

Custo de empréstimos diretos e indiretos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

2.2.22. Adiantamento de clientes

Correspondem basicamente aos adiantamentos recebidos antes das entregas das aeronaves, denominados em grande parte na moeda funcional da Embraer.

2.2.23. Garantias financeiras e garantias de valor residual

Mediante análise do mercado e do cenário, a Companhia pode conceder, em alguns casos, garantias financeiras ou de valor residual como parte da estrutura de financiamento no momento da entrega de suas aeronaves. O valor garantido tem como base o valor futuro esperado dessas aeronaves em um determinado momento ao longo da vigência desses financiamentos e estão sujeitos a um limite máximo garantido. Caso as garantias sejam acionadas a Companhia deverá suportar a diferença, caso haja, entre o valor garantido e valor justo de mercado da respectiva aeronave.

As garantias financeiras são precificadas no momento da entrega das aeronaves e contabilizadas como uma redução da receita de venda contra uma receita a realizar. A receita é realizada linearmente como receita de vendas ao longo do prazo de financiamento das aeronaves de maneira que ao final do financiamento a receita a realizar seja totalmente reconhecida.

Para fazer face ao risco de perda com essas garantias a Companhia pode reconhecer uma provisão adicional à medida que ocorram eventos significativos como uma concordata de um cliente, com base nas estimativas de perda para fazer frente a essa exposição (Nota 25).

A Companhia mantém, em alguns casos, depósitos em garantia em favor de terceiros para os quais foram fornecidas garantias financeiras e de valor residual relacionadas às estruturas de financiamento de aeronaves (Nota 11).

2.2.24. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm o direito a dividendos ou juros sobre capital próprio equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados de acordo com as normas previstas no Estatuto.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Neste cálculo os juros sobre capital próprio são considerados pelo seu valor líquido do imposto de renda retido na fonte.

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da reserva de lucros no patrimônio líquido, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76 até que seja aprovado em Assembléia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras.

Os juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados são registrados como despesa financeira para fins fiscais. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, sendo reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por eles gerados são mantidos no resultado do exercício.

2.2.25. Receitas diferidas

Referem-se às obrigações para fornecimento de peças de reposição, treinamento, representante técnico e outras obrigações constantes nos contratos de venda de aeronaves, diferidas no momento de sua entrega, cujas receitas serão apropriadas quando o serviço ou produto for entregue para o cliente.

Referem-se ainda a receitas diferidas de contratos de Defesa cuja etapa do contrato ainda não foi concluída. A receita será reconhecida quando a etapa for concluída e os respectivos custos registrados.

Também se encontram registrados nesta rubrica os saldos de receitas diferidas de algumas vendas de aeronaves, que, de acordo com obrigações contratuais, são contabilizadas como arrendamentos operacionais.

Na Controladora referem-se ainda ao diferimento dos lucros não realizados nas vendas para suas controladas.

2.2.26. Provisões, ativos e passivos contingentes, obrigações legais e depósitos judiciais

Provisões – as provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Companhia possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra.

Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são aqueles cujo desembolso de caixa é avaliado como possível, não sendo reconhecidos contabilmente, mas apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados, a não ser que a Companhia considere que sua divulgação seja relevante.

Obrigações legais - decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade cujos montantes são reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Depósitos judiciais - são atualizados monetariamente e apresentados na rubrica de outros ativos.

2.2.27. Benefícios a empregados

a) Contribuição definida

A Companhia patrocina um plano de pensão fechado de contribuição definida para seus empregados. A partir de 2010, para as empresas sediadas no Brasil, o plano passou a ser administrado pela EMBRAERPREV – Sociedade de Previdência Complementar.

b) Benefício médico pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias provêem benefícios de assistência médica para os empregados aposentados.

Os custos previstos para o oferecimento de benefícios médicos pós-emprego e a cobertura dos dependentes são provisionados durante os anos de prestação de serviços dos empregados.

A Companhia reconhece alterações na provisão desse plano contra outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquido de impostos, na medida em que haja alterações no plano e contra resultado quando se tratar de uma movimentação nos custos do plano de benefício vigente.

O custo do plano de benefício médico pós-emprego é determinado usando o método de unidade de crédito e diversas premissas atuariais, sendo as mais significativas: a taxa de desconto e a taxa de tendência de crescimento dos custos médicos, esta provisão é revisada anualmente na data do balanço.

2.2.28. Garantias dos produtos

Gastos com garantia relacionados a aeronaves e peças de reposição são reconhecidos no momento em que são entregues com base nos valores estimados a incorrer. Essas estimativas são baseadas em fatores históricos que incluem, entre outros, reclamações com garantia e respectivos custos de reparos e substituições, garantia dada pelos fornecedores e período contratual de cobertura. O período de cobertura da garantia varia de 3 a 5 anos.

Eventualmente, a Companhia pode vir a ser obrigada a realizar modificações no produto devido à exigência das autoridades de certificação aeronáutica ou após a entrega, devido à introdução de melhorias ou ao desempenho das aeronaves. Os custos previstos para tais modificações são provisionados no momento em que os novos requisitos ou melhorias são exigidos e conhecidos.

Alguns contratos de venda podem conter cláusulas de garantia de um nível mínimo de desempenho da aeronave subsequente à entrega, baseado em metas operacionais predeterminadas. Se a aeronave sujeita a esse tipo de garantia não atingir índices de desempenho requeridos depois da entrega, a Companhia pode ser obrigada a reembolsar seus clientes pelo aumento dos custos e serviços operacionais incorridos com base em fórmulas definidas em contrato. As perdas relacionadas a garantias de desempenho são registradas no momento em que são conhecidas ou quando as circunstâncias indicam que a aeronave não atingirá os requerimentos mínimos de desempenho esperados, com base na estimativa da Administração da Companhia.

2.2.29. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis e, quando aplicável, acrescidos dos respectivos encargos e variações cambiais incorridos.

2.2.30. Programa para outorga de opções de ações

A Companhia possui um programa para outorga de opções de ações, destinado a diretores e empregados com o objetivo de manter e atrair pessoal qualificado que contribua de maneira efetiva para o melhor desempenho da Companhia. Em retribuição aos serviços prestados por seus diretores e empregados, a Companhia efetua o pagamento por meio de instrumentos de capital próprio (opções de ações de sua emissão). O valor justo dos serviços dos empregados recebidos em troca da concessão das opções é

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reconhecido como despesa. O montante total a ser contabilizado na despesa, é determinado pelo valor justo das opções na data de sua outorga e reconhecido no resultado linearmente durante o período de aquisição, que é o período durante o qual todas as condições de aquisição sejam satisfeitas. Periodicamente, a Companhia revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam adquiridas reconhecendo seu eventual impacto de forma prospectiva.

2.2.31. Subvenções

A Companhia tem como política corporativa, reconhecer os benefícios recebidos a título de subvenções se contrapondo aos gastos nos quais os recursos foram aplicados.

As subvenções governamentais recebidas para investimentos em pesquisas são registradas na linha de receitas diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os recursos são aplicados e as cláusulas contratuais são cumpridas como redução das despesas incorridas com tais pesquisas.

As subvenções para aquisição de ativos imobilizados são reconhecidas como redutora dos custos de aquisição, à medida que as cláusulas contratuais são cumpridas e levadas ao resultado pelo cálculo da depreciação reduzindo a respectiva despesa.

Em atendimento à legislação brasileira, ao final de cada exercício, as subvenções levadas ao resultado são destinadas à “reserva de subvenções para investimentos” no patrimônio líquido evitando que sejam distribuídas aos acionistas.

2.2.32. Lucro por ação

Nas demonstrações financeiras, a Companhia divulga o lucro básico por ação e o lucro diluído por ação. O lucro básico por ação ordinária é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Embraer, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em aberto durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado de maneira similar ao lucro por ação básico, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir ações adicionais em circulação caso as ações com potencial de diluição atribuíveis a opções de compra de ações tivessem sido emitidas durante os exercícios apresentados.

2.2.33. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, no Consolidado, após a eliminação das vendas intercompanhias.

a) Receitas de vendas de aeronaves, peças de reposição e serviços

As receitas de vendas de aeronaves comerciais, executivas e agrícolas, de peças de reposição e de serviços, são geralmente reconhecidas no ato da entrega ou do embarque, quando os riscos e benefícios são transferidos para o cliente e quando todas as condições de reconhecimento são atingidas.

Existem algumas vendas de aeronaves que não atendem a todas as obrigações contratuais no momento da entrega da aeronave. Portanto as respectivas receitas são classificadas na rubrica de receitas diferidas e são levadas ao resultado à medida que as obrigações sejam cumpridas.

b) Contratos com múltiplos elementos

As receitas oriundas de negociação de contratos de vendas de aeronaves, que envolvem o fornecimento de peças de reposição, treinamento e representante técnico e outras obrigações. Essas receitas são reconhecidas pelo seu valor justo quando o produto ou serviço é entregue ou prestado ao cliente.

c) Receitas do Programa *Exchange Pool*

As receitas do Programa *Exchange Pool* são reconhecidas mensalmente durante o período do contrato e consiste parte em uma taxa fixa e outra parte em uma taxa variável diretamente relacionada com as horas efetivamente voadas pela aeronave coberta por este programa.

d) Receitas de contratos de construção

No segmento de defesa e segurança, algumas operações consistem em contratos de longo prazo, sendo as receitas reconhecidas pelo método do *Percentage-of-Completion* (POC) por meio do custo incorrido, além do reconhecimento no ato da entrega ou embarque. Alguns contratos contêm cláusulas para reajuste de preço com base em índices preestabelecidos e estes são reconhecidos no período de competência. A adequação do reconhecimento de receitas, relativas aos contratos de vendas do segmento de defesa e segurança, é realizada com base nas melhores estimativas da Administração, quando se tornam evidentes.

e) Receitas de arrendamentos operacionais

A Companhia também reconhece a receita com aluguel de aeronaves (arrendamentos operacionais), proporcionalmente ao período do arrendamento. Estas receitas são alocadas aos seus respectivos segmentos (aviação comercial, aviação executiva e defesa e segurança).

2.2.34. Custo dos produtos e serviços vendidos

O custo de vendas e serviços consiste no custo da aeronave, peças de reposição e serviços prestados, incluindo:

a) Material

Substancialmente todos os custos de material são cobertos por contratos com fornecedores. Os preços nesses contratos são geralmente reajustados com base em uma fórmula de escala que reflete, em parte, a inflação nos Estados Unidos da América.

b) Mão de obra

Compreendem salários e encargos sobre salários e são denominados principalmente em Real.

c) Depreciação

Os ativos imobilizados da Companhia são depreciados pelo método linear, ao longo de sua vida útil, que varia entre cinco a quarenta e oito anos.

A depreciação de uma aeronave sob arrendamento operacional é registrada como custo dos produtos vendidos, desde o início do termo do arrendamento, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada e considerando-se um valor residual no fim do termo do arrendamento.

d) Amortização

Os ativos intangíveis gerados internamente são amortizados de acordo com a série das aeronaves que se estima vender e os ativos intangíveis adquiridos de terceiros são amortizados de forma linear de acordo com a vida útil prevista para os ativos.

e) Garantia de produtos

A Companhia reconhece um passivo para as obrigações associadas a garantias dos produtos na data da entrega da aeronave, estimada com base na experiência histórica e registrada como custo dos produtos vendidos.

f) Contrato com múltiplos elementos

A Companhia efetua transações que representam contratos com múltiplos elementos, tais como treinamento, assistência técnica, peças de reposição e outras concessões. Esses custos são reconhecidos quando o produto ou serviço é entregue ou prestado ao cliente.

2.2.35. Receitas e despesas operacionais

As receitas e despesas operacionais são representadas pelas despesas comerciais, administrativas, gastos com pesquisas, outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial em investimentos.

2.2.36. Participação nos lucros

A participação nos lucros pelos empregados é vinculada ao lucro líquido da Companhia e condicionada ao atingimento de metas. Mensalmente são provisionados os valores apurados pela aplicação da proporção dos salários a pagar. As políticas determinadas para participação nos lucros da Companhia estão descritas na Nota 34.

2.2.37. Receitas (despesas) financeiras e variações monetárias e cambiais

As receitas e despesas financeiras são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, encargos financeiros sobre empréstimos, impostos com exigibilidade suspensa, provisões para contingências (Nota 26), bem como por variações cambiais (Nota 36) sobre ativos e passivos expressos em moedas diferentes da moeda funcional, registrados contabilmente de acordo com o regime de competência.

Receitas e despesas financeiras excluem os custos de empréstimos atribuíveis às aquisições, construções ou produção dos bens que necessitam de um período substancial de tempo para estar pronto para uso ou venda, que são capitalizados como parte do custo do ativo.

2.2.38. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto.

2.2.39. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos valores adicionados (DVA) foram elaboradas utilizando a mesma base das demonstrações financeiras.

2.2.40. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor-Presidente.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os CPCs/IFRSs, exige que a Companhia utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores ativos e passivos, de receitas e despesas e de suas divulgações. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras incluídas neste relatório, são utilizadas variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores considerados razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos negócios, a apresentação da situação financeira e dos resultados das operações da Companhia requer, com frequência, a avaliação dos efeitos de questões inerentemente incertas. Os

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados por variáveis, suposições ou condições diferentes. As políticas de contabilidade mais importantes, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, são descritas a seguir:

3.1. Receita das vendas e outras receitas operacionais

A Companhia reconhece receitas de vendas pelos segmentos de jatos comerciais, jatos executivos, de defesa e segurança e outros bens e serviços, quando os benefícios e riscos são transferidos aos clientes, o que, no caso de aeronaves, ocorre quando a entrega é realizada e, no caso de serviços de aviação, quando o serviço é prestado ao cliente.

A Companhia reconhece, também, a receita de aluguel de aeronaves arrendadas, mediante contrato de arrendamento segundo seu prazo, sendo registrada a receita como vendas líquidas no seu respectivo segmento operacional.

No segmento de defesa e segurança, uma parcela significativa das receitas é oriunda de contratos de desenvolvimento de longo prazo com o governo brasileiro e governos estrangeiros, pelos quais as receitas são reconhecidas de acordo com o POC, utilizando o custo incorrido como referência para mensuração da receita. Esses contratos contêm disposições sobre reajuste de preços com base em uma combinação de índices relativos ao custo da matéria-prima e da mão de obra. Periodicamente, é reavaliada a margem prevista de certos contratos de longo prazo, ajustando o reconhecimento da receita com base nos custos projetados para a conclusão. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos totais para a conclusão dos contratos. Se os custos totais fossem 10% menores em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no período de 2012 aumentaria R\$ 270.714, caso os custos fossem 10% maiores em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida sofreria queda de R\$ 239.196.

As receitas do Programa *Exchange Pool* são contabilizadas mensalmente em relação ao prazo do contrato e consistem em uma parte referente a uma taxa fixa e outra referente a uma taxa variável diretamente relacionada às horas de voo da aeronave coberta pelo programa.

São efetuadas transações que representam contratos de múltiplos elementos, como treinamento, assistência técnica, peças reposição e outras concessões, incluídas no preço de venda da aeronave. Contratos de múltiplos elementos são avaliados para determinar se podem ser separados em mais de uma unidade contábil, caso sejam atendidos todos estes critérios:

- item entregue tem valor para o cliente de maneira independente; e
- o preço justo do componente pode ser mensurado confiavelmente.

Se esses critérios não forem cumpridos, o contrato será considerado uma única unidade contábil que resulta em receita, sendo diferida até que esses critérios sejam cumpridos ou após a entrega do último elemento que não havia sido entregue. Se esses critérios forem cumpridos para cada elemento e houver evidência objetiva e confiável do valor justo de todas as unidades contábeis de um contrato, a consideração do contrato é alocada em unidades contábeis separadas conforme o valor justo relativo de cada unidade.

3.2. Garantias de produtos

De modo geral, as vendas de aeronaves são acompanhadas de uma garantia padrão para sistemas, acessórios, equipamentos, peças e *software* fabricados pela Companhia e/ou seus parceiros de risco e fornecedores. A Companhia reconhece a despesa de garantia como componente de custos de vendas e serviços, no momento da venda e com base nos montantes estimados dos custos da garantia que se espera incorrer. Essas estimativas são baseadas em diversos fatores, incluindo despesas históricas com garantias e experiência com custos, tipo e duração da cobertura da garantia, volume e variedade de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aeronaves vendidas e em operação e da cobertura da garantia disponível dos fornecedores correspondentes. Os custos reais da garantia do produto podem ter padrões diferentes da experiência prévia, principalmente quando uma nova família de aeronaves inicia seus serviços de receita, fato que pode exigir o aumento da provisão de garantia do produto. O período de garantia varia de três anos para peças de reposição a cinco anos para componentes que sejam parte da aeronave no momento da venda.

3.3. Garantias financeiras

A Companhia pode vir a oferecer garantias financeiras relacionadas às aeronaves vendidas. A garantia é concedida pelo seu valor justo, no momento da entrega das aeronaves quando a mesma é suportada por um financiamento sendo o respectivo valor contabilizado como uma dedução de venda, sendo posteriormente reconhecida como receita de vendas de aeronaves durante o período da garantia concedida. Neste momento a Companhia avalia a situação de crédito do financiado e passa a divulgar sua exposição máxima na Nota 37 - Coobrigações, responsabilidades e compromissos. A Companhia monitora a situação de crédito do financiado e na ocorrência oficial de uma negociação, a exposição é recalculada considerando a melhor estimativa quando e se os pagamentos se tornam prováveis e puderem ser estimados confiavelmente passando a reconhecê-la como uma provisão.

3.4. Garantias de valor residual

A Companhia pode vir a oferecer garantias de valor residual relacionadas às aeronaves vendidas. No momento em que são concedidas, as garantias são mensuradas a valor justo e revisadas trimestralmente para refletir eventuais perdas em função do valor justo destes compromissos, que são contabilizadas quando e se os pagamentos se tornam prováveis e podem ser estimados com razoabilidade. O valor justo futuro é estimado utilizando avaliações das aeronaves por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou *leasing* de aeronaves similares no mercado secundário.

3.5. Participação na estrutura de vendas de aeronaves

Nos financiamentos estruturados, uma entidade compra aeronaves da Companhia, paga o preço total na entrega ou na conclusão da estrutura de financiamento e faz um contrato de *leasing* da aeronave em questão com o cliente final. Uma instituição financeira externa facilita o financiamento da compra de uma aeronave e uma parte do risco do crédito permanece com essa instituição.

Embora não tenha participação acionária, a Companhia controla as operações de algumas EPEs ou tem participação majoritária, absorvendo a maior parte das perdas esperadas destas entidades, se ocorrerem, ou recebendo a maior parte do retorno residual esperado, se ocorrer, ou ambos. Quando a Companhia deixa de ter o controle das operações, os ativos e passivos relativos à aeronave são desconsolidados do balanço.

A Companhia determina que detém o controle das operações das EPEs ou participa de forma majoritária dos riscos e benefícios, principalmente com base na avaliação qualitativa. Isso inclui uma análise da estrutura de capital das EPEs, relações e termos contratuais, natureza das finalidades e operações das EPEs, natureza das participações nas EPEs emitidas e a participação da Companhia na entidade que cria ou absorve variabilidade. São avaliados os projetos das EPEs e os riscos associados aos quais a entidade e os detentores de participação variável estão expostos na avaliação da consolidação. Em casos limitados, quando pode não estar claro sob o ponto de vista qualitativo se a Companhia possui o controle, é utilizada análise quantitativa para calcular a probabilidade ponderada das perdas esperadas e a probabilidade ponderada dos retornos residuais esperados, por meio da modelagem de fluxo de caixa e da medição estatística de riscos.

3.6. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Ativos não circulantes detidos para o uso estão sujeitos a uma avaliação de *impairment*, se os fatos e as circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável com base no maior entre os fluxos de caixa futuros descontados e o valor líquido de venda do ativo. As Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da Companhia foram definidas, e são revisadas anualmente, de acordo com as famílias/plataformas das aeronaves e demais negócios desenvolvidos pela controladora e demais empresas do grupo. Os ativos corporativos e aqueles que são aplicados a mais de uma UGC, são alocados proporcionalmente às receitas auferidas a cada UGC. O ágio é alocado a sua respectiva UGC ou quando aplicável a um grupo de UGCs.

Neste caso o teste de recuperabilidade do ágio é efetuado de forma corporativa, ou seja, para as demonstrações consolidadas, considerando assim a sinergia entre as empresas do grupo que integram cada UGC, no entanto, na existência de um ajuste, este é proporcionalizado e registrado em todas as empresas que fazem parte daquela UGC. Os valores líquidos dos ativos correspondentes são ajustados, quando o valor recuperável é menor que o valor contábil.

São utilizados vários pressupostos na determinação do fluxo de caixa descontado a valor presente, incluindo as previsões de fluxos de caixa futuros, que se baseiam na melhor estimativa de vendas e custos operacionais futuros, de acordo, principalmente, com pedidos firmes existentes, pedidos futuros esperados, contratos com fornecedores e condições gerais do mercado.

Mudanças nessas previsões podem alterar, de forma significativa, o valor de uma perda por *impairment*, se houver. Se a taxa de desconto utilizada para o desconto a valor presente do fluxo de todas UGCs testadas fosse 10% menor ou 10% maior em relação a taxa utilizada pela Administração, ainda assim, não seriam apresentados ajustes pela não recuperação dos ativos.

3.7. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em um mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de valorização. A Companhia utiliza seu julgamento para a seleção de métodos, valendo-se de premissas baseadas em condições de mercado vigentes ao final de cada data de balanço.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em diversos países em que opera, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países, onde a determinação da existência de imposto ao final de determinadas operações é incerta. Também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras da Controladora são apurados na moeda funcional (dólar) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira (real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor da despesa de imposto de renda reconhecida em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.

Se a taxa de câmbio apresentasse uma diferença de 10% em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e contribuição social diferidos, relacionados a certos ativos não monetários, aumentaria o passivo de imposto de renda diferido em cerca de R\$ 217 milhões, caso o real depreciasse em relação ao dólar, o passivo de imposto de renda diferido diminuiria cerca de R\$ 217 milhões, caso o real apreciasse em relação ao dólar.

4. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS RECENTES

Pronunciamentos contábeis existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotados pela Companhia

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são de aplicação obrigatória para o período contábil iniciado em 1º de janeiro de 2013, 2014 e 2015 e não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. Historicamente a Companhia não tem antecipado a adoção em nenhuma norma.

- IAS 19 – “Benefícios a empregados” revisada em junho de 2011. As principais alterações da norma estão relacionadas com planos de benefícios definidos, onde: (i) elimina o método do corredor para ganhos e perdas atuariais e requer seu reconhecimento imediato em outros resultados abrangentes, (ii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado e (iii) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado por meio da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Companhia não espera que esta alteração gere impactos nas suas demonstrações financeiras futuras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em Outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A adoção da primeira fase do IFRS 9 poderá causar efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, dependendo da composição da carteira na data de implementação. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” introduz um modelo de consolidação único para todas as entidades com base no controle, independente da natureza da investida. Controle é o fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas de um grupo econômico. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. Não haverá impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 11 – “Negócios em conjunto” provê reflexões mais realistas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés da sua forma legal. Estão previstos dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto – que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) empreendimento controlado em conjunto – ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 quando a Companhia deixará de consolidar proporcionalmente suas controladas em conjunto EZ Air Interior Limited e Atech Negócios em Tecnologias S.A. Esta alteração não deve gerar mudanças significativas no lucro líquido da Companhia, contudo haverá alterações nas rubricas intermediárias de sua demonstração de resultado contra rubrica de Equivalência patrimonial, porém os valores envolvidos são imateriais.

- IFRS 12 - “Divulgação de participação em outras entidades”, trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 13 - “Mensuração do valor justo”, emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS, contudo, o IFRS 13 não altera os requerimentos relacionados a quais itens devem ser mensurados ou divulgados ao valor justo, então a Companhia não espera alterações nas demonstrações financeiras pela aplicação desta norma. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” emitido em junho de 2011. As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012 e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia de 2013.

- IAS 28 – “Investimentos em associadas e *joint ventures*”, revisado em 2011. Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Companhia não espera que esta alteração gere impactos nas demonstrações financeiras.

- IAS 32 – “Instrumentos financeiros: apresentação”. Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: divulgações”. As revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013. Os impactos afetarão somente as divulgações da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e bancos	166.003	10.290	500.757	252.792
	166.003	10.290	500.757	252.792
Equivalentes de caixa				
Operações compromissadas (i)	137.882	128.434	137.882	128.434
Títulos privados (ii)	978.405	594.816	1.018.716	600.426
Depósitos a prazo fixo (iii)	1.238.594	854.100	1.724.217	1.412.416
Fundos de investimento (iv)	66.864	21.390	299.161	138.603
	2.421.745	1.598.740	3.179.976	2.279.879
	2.587.748	1.609.030	3.680.733	2.532.671

- (i) Operações realizadas de compra de ativos com o compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, lastreados substancialmente em títulos públicos, geralmente com prazo de um dia;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Operações realizadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), emitidos por instituições financeiras no Brasil, podendo ser resgatados em prazo inferior a 90 dias sem penalizar a remuneração;
- (iii) Depósitos a prazo fixo em dólares junto a instituições financeiras de primeira linha com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação; e
- (iv) Fundos de investimento (*Money Market Funds*) em dólares com liquidez diária e valor constante da cota em conformidade com as normas da *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) cujo portfólio de aplicações é composto por títulos emitidos por instituições de primeira linha no exterior.

As taxas médias ponderadas de juros em 31 de dezembro de 2012, relacionadas aos equivalentes de caixa efetuadas em real e em dólar foram de 8,55% a.a. e 1,22% a.a. (11,84% a.a. e 1,37% a.a. em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

6.1. Controladora

	31.12.2012	31.12.2011
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	
Investimentos		
Títulos públicos	605.751	854.559
Títulos privados	162.222	97.930
Depósito a prazo fixo	61.327	56.308
Fundo de investimentos	250.976	241.247
Outros	759	759
	<u>1.081.035</u>	<u>1.250.803</u>
Circulante	1.081.035	1.250.803

6.2. Consolidado

	31.12.2012				31.12.2011			
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Mantido até o vencimento	Disponível para venda	Total	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Mantido até o vencimento	Disponível para venda	Total
Investimentos								
Títulos públicos	610.529	-	-	610.529	858.959	-	-	858.959
Títulos privados	162.222	-	45.497	207.719	97.930	-	-	97.930
Depósito a prazo fixo	61.327	-	-	61.327	56.308	-	-	56.308
Fundo de investimentos	293.631	-	-	293.631	389.326	-	-	389.326
Títulos públicos (i)	-	15.121	-	15.121	-	25.088	-	25.088
Outros	780	81.809	15.504	98.093	778	72.186	15.620	88.584
	<u>1.128.489</u>	<u>96.930</u>	<u>61.001</u>	<u>1.286.420</u>	<u>1.403.301</u>	<u>97.274</u>	<u>15.620</u>	<u>1.516.195</u>
Circulante	1.128.468	7.686	45.497	1.181.651	1.403.282	10.283	-	1.413.565
Não Circulante	21	89.244	15.504	104.769	19	86.991	15.620	102.630

- (i) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são recebíveis representados por títulos do governo brasileiro – notas do Tesouro Nacional (NTNs), que estão denominados em dólar e adquiridos pela Companhia de seus clientes, títulos estes relacionados à equalização da taxa de juros a ser paga pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex), entre o 11º e 15º ano após a venda das respectivas aeronaves, os quais foram reconhecidos a valor presente, uma vez que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter em carteira.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os investimentos financeiros eram compostos por títulos em tesouraria e quotas de fundos exclusivos. As carteiras dos FIEs no Brasil eram compostas, substancialmente, por

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

títulos públicos federais de alta liquidez e por títulos emitidos por instituições financeiras no Brasil, registrados pelos seus valores de realização. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia e são administrados por terceiros que cobram mensalmente taxas de gestão, administração e controladoria. Os investimentos são ajustados ao valor de mercado diariamente com as alterações em valor justo refletidas no resultado das operações uma vez que a Companhia considere estes investimentos como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os investimentos financeiros no exterior eram compostos por títulos privados, depósito a prazo fixo e por FIEs que são compostos por títulos públicos internacionais e emissões de corporações de primeira linha com alta liquidez, registrados pelos seus valores de realização. Os investimentos são ajustados ao valor de mercado diariamente com as alterações em valor justo refletidas no resultado das operações uma vez que a Companhia considere estes investimentos como ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Os referidos fundos de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos e taxas de custódia, honorários de auditoria e despesas similares, as quais já estão provisionadas pelo valor de cada ativo que compõe a carteira. Nenhum ativo da Companhia foi usado como garantia para essas obrigações e os credores dos fundos não têm direito de regresso contra o crédito geral da Companhia.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Clientes no exterior	353.994	250.153	835.292	615.306
Comando da Aeronáutica (i)	23.377	71.243	304.915	373.718
Clientes no país	38.052	20.344	67.392	35.833
	415.423	341.740	1.207.599	1.024.857
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.555)	(11.515)	(105.956)	(75.670)
	394.868	330.225	1.101.643	949.187
Circulante	394.868	330.225	1.081.321	948.759
Não Circulante	-	-	20.322	428

(i) Comando da Aeronáutica é considerado parte relacionada da Companhia (Nota 15).

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 para as contas a receber e a receita reconhecida pelo método do POC totalizaram R\$ 421.713 e R\$ 976.244, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2012, o contas a receber de R\$ 330.760 na Controladora e R\$ 931.296 no Consolidado (31 de dezembro de 2011 - R\$ 278.132 na Controladora e R\$ 754.900 no Consolidado) estavam totalmente adimplentes.

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 64.108 na Controladora e R\$ 170.347 no Consolidado (31 de dezembro de 2011 - R\$ 52.093 na Controladora e R\$ 194.287 no Consolidado) encontravam-se vencidas, mas não provisionadas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico ou expectativa de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Até 90 dias	49.661	29.164	117.230	84.437
De 91 a 180 dias	6.661	10.674	34.400	42.773
Mais de 180 dias	7.786	12.255	18.717	67.077
	64.108	52.093	170.347	194.287

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Dólar	343.310	245.363	1.033.630	755.538
Real	48.545	84.862	64.886	103.097
Euro	3.013	-	3.127	90.353
Outras moedas	-	-	-	199
	<u>394.868</u>	<u>330.225</u>	<u>1.101.643</u>	<u>949.187</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	11.515	10.598	10.693	75.670	61.421	66.156
Varição cambial	608	564	(107)	7.297	6.561	(4.684)
Adição	9.783	774	2.521	30.394	9.995	24.991
Reversão	(530)	(408)	(46)	(2.132)	(1.515)	(2.229)
Baixas	(821)	(13)	(2.463)	(5.273)	(792)	(22.813)
Saldo final	<u>20.555</u>	<u>11.515</u>	<u>10.598</u>	<u>105.956</u>	<u>75.670</u>	<u>61.421</u>

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos como swap de juros, swap de juros designados com *hedge accounting* de valor justo, *hedge accounting* de fluxo de caixa e opção.

Os *swaps* são contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas a taxas flutuantes para taxas de juros fixas, bem como para troca de dólares para o Real ou inversos conforme o caso. Os valores justos dos *swaps* são avaliados pelo fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, e descontado a valor presente na data das demonstrações financeiras pelas taxas de mercado vigentes.

As operações de *hedge* de fluxo de caixa têm como objetivo proteger os fluxos altamente prováveis de despesas de salários além das despesas relacionadas ao plano de saúde denominados em Reais contra o risco de variação cambial. Os fluxos de caixa objeto das transações são esperados para se realizarem mensalmente, com início em janeiro de 2013 e término em dezembro de 2013. Os instrumentos financeiros normalmente utilizados pela Companhia para este tipo de operação é a modalidade *zero-cost collar*, que consiste na compra de *Put* e na venda de *Call* contratados com a mesma contraparte e com prêmio líquido zero. O valor justo destes instrumentos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações) e amplamente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares. Quando a taxa de fechamento do USD se encontrar entre os valores de exercício da *PUT* e da *CALL*, o valor justo reconhecido refletirá o valor extrínseco da opção, ou seja, o valor que está diretamente ligado ao tempo que falta para a maturidade, ou a expectativa. Os fluxos de caixa projetados afetarão resultado do exercício de acordo com sua competência.

As operações de *opção cambial* são contratadas com o objetivo de proteger os fluxos dos riscos de câmbio. O valor justo é determinado por modelo de precificação de mercado observável.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía nenhum contrato derivativo sujeito a chamadas de margem.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo demonstra a composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos para a Controladora e Consolidado.

Objeto amparado	Risco	Contrapartes	Vencimento	Valor contábil e mercado			
				Controladora		Consolidado	
				31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Dívidas com e sem direito de regresso (i)	Taxa de juros	Natixis	2022	-	-	62.844	53.373
Financiamento de exportação (ii)	Taxa de juros	Bradesco	2013	1.856	2.021	1.856	2.021
		Goldman Sachs	2013	1.855	2.020	1.855	2.021
Exportação (iii)	Variação cambial	Barclays	2013	-	-	91	-
Opção de ações (iv)	Preço objeto	Republic Airways Holdings Inc	2015	-	-	6.997	-
Aquisição de imobilizado (v)	Taxa de juros	Compass Bank	2024	-	-	(1.393)	(1.283)
Despesas em Reais (vi)	Variação cambial	ItauBBA	2013	(217)	-	(217)	-
		Deutsche	2013	(82)	-	(82)	-
		Santander	2013	(32)	-	(32)	-
		Citibank	2013	(50)	-	(50)	-
Outros ativos	Cupom USD Pré	JP Morgan	2012	-	(324)	-	(324)
				3.330	3.717	71.869	55.808

- (i) Instrumentos financeiros derivativos (*swap*), não designados como *hedge accounting*, contratados que converteram o montante de R\$ 305.853 (US\$ 149.671 mil) das obrigações com e sem direito de regresso, de uma taxa de juros fixa de 6,21% a.a. para uma taxa de juros flutuante equivalente a LIBOR + 1,21% a.a..
- (ii) Instrumentos financeiros derivativos (*swap*) designados como *hedge accounting* de valor justo, que converteu uma dívida na modalidade de exportação no montante de R\$ 200.000, equivalentes a US\$ 97.871 mil, de uma taxa de juros fixa de 9,00% a.a para uma taxa flutuante equivalente a 75,08% a.a. do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).
- (iii) Instrumentos financeiros derivativos na modalidade opção cambial, não designados como *hedge accounting*, que converteram recebíveis em US\$ para Euro, relativos a vendas de exportação no montante de R\$ 5.109, equivalente a US\$ 2.500 mil com vencimento em 31 de dezembro de 2012 e liquidadas em janeiro de 2013.
- (iv) Instrumentos financeiros derivativos na modalidade opção conversível em ação (derivativo embutido), recebido como parte de uma negociação referente a reestruturação de uma subsidiária da Republic Airways Holdings Inc..
- (v) Instrumentos financeiros derivativos (*swap*), não designados como *hedge accounting*, relativos a uma operação no montante de R\$ 11.382 (US\$ 5.570 mil) que converteram operações de financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes de LIBOR 1 mês + 2,44% a.a. a juros fixos de 5,23% a.a..
- (vi) Instrumentos financeiros derivativos na modalidade zero-cost collar, designados como *hedge accounting* de Fluxo de Caixa, no montante de R\$ 722.000, equivalente a US\$ 380.000 mil pelos quais efetuou compra de PUT com preço de exercício médio de R\$ 1,90 e venda de CALL com preço médio de R\$ 2,6947. Em 31 de dezembro de 2012, também fazia parte da posição o instrumento contratado no montante líquido de R\$ 6.125, equivalente a US\$ 3.500 mil, pelo qual efetuou compra de PUT com preço de exercício médio de R\$ 1,75 e venda de CALL com preço médio de R\$ 2,55, liquidado em 02.01.2013 sem gerar resultado financeiro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012, os valores justos dos Instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativo				
Circulante	3.711	4.041	22.940	15.465
Não Circulante	-	-	50.771	42.570
Passivo				
Circulante	(381)	(324)	(1.842)	(1.838)
Não Circulante	-	-	-	(389)
Total	3.330	3.717	71.869	55.808

9. FINANCIAMENTO A CLIENTES

Refere-se ao financiamento parcial de algumas vendas de aeronaves novas efetuadas pela Companhia, substancialmente denominadas em dólar com taxa de juros média, em 31 de dezembro de 2012, de 5,20% a.a. na Controladora e 4,90% a.a. no Consolidado (31 de dezembro de 2011 de 5,20% a.a. na Controladora e 5,16% a.a. no Consolidado), tendo como garantia as aeronaves objeto dos financiamentos, estando a valor presente, quando aplicável. Os vencimentos desses financiamentos são mensais, trimestrais e semestrais, classificados como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante	12.029	4.655	46.377	22.597
Não Circulante	129.655	131.480	177.645	169.278
Total	141.684	136.135	224.022	191.875

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a carteira de financiamentos a clientes estava adimplente.

Em 31 de dezembro de 2012, os vencimentos de longo prazo dos financiamentos a clientes são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2014	9.745	29.516
2015	19.133	33.775
2016	35.654	43.484
2017	6.573	14.129
Após 2017	58.550	56.741
	129.655	177.645

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. CONTAS A RECEBER VINCULADAS E DÍVIDAS COM E SEM DIREITO DE REGRESSO

10.1. Contas a receber vinculadas

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Pagamentos mínimos de arrendamentos a receber e outros	564.556	688.327
Valor residual estimado de imobilizado de arrendamento	619.527	568.686
Receitas não realizadas	(313.656)	(342.324)
Valor líquido a receber	<u>870.427</u>	<u>914.689</u>
Circulante	26.481	27.936
Não Circulante	843.946	886.753

Em 31 de dezembro de 2012, o montante classificado como ativo não circulante possui os seguintes vencimentos:

	Consolidado
2014	18.866
2015	16.562
2016	17.780
2017	38.366
Após 2017	<u>752.372</u>
	<u>843.946</u>

10.2. Dívidas com e sem direito de regresso

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Com direito de regresso	738.860	820.109
Sem direito de regresso	<u>79.026</u>	<u>47.648</u>
	<u>817.886</u>	<u>867.757</u>
Circulante	24.382	586.797
Não circulante	793.504	280.960

Em 31 de dezembro de 2012, o montante classificado como passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

	Consolidado
2014	632.157
2015	16.562
2016	17.780
2017	38.366
Após 2017	<u>88.639</u>
	<u>793.504</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. DEPÓSITOS EM GARANTIA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Garantia de estrutura de vendas (i)	-	-	563.790	503.465
Garantia de financiamentos de vendas (ii)	620.321	376.293	620.321	376.293
Outras	4.082	4.115	4.262	4.433
	<u>624.403</u>	<u>380.408</u>	<u>1.188.373</u>	<u>884.191</u>
Não Circulante	624.403	380.408	1.188.373	884.191

- (i) Valores em dólar depositados em uma conta de caução como garantia de financiamento de certas aeronaves vendidas. Caso o fiador da dívida (parte não relacionada) seja requerido a pagar ao credor do financiamento, o fiador terá direito ao saldo da conta de caução. O montante depositado será liberado por ocasião do vencimento dos contratos de financiamento (até 2021) caso não ocorra inadimplência do comprador das aeronaves. Os juros sobre a conta de caução são adicionados ao saldo do principal e reconhecidos pela Companhia como receita financeira. Buscando assegurar rentabilidade compatível com o prazo da caução, em 2004, a Companhia aplicou US\$ 123.400 mil de principal em notas estruturadas. Em caso de evento de *default*, tais notas terão seus vencimentos antecipados, e serão realizadas pelo seu valor de mercado, limitando-se, no mínimo, aos valores originalmente aplicados. A diferença entre o valor de mercado e o valor aplicado, se positiva, será paga à Companhia em forma de títulos ou empréstimos da mesma. Eventos de *default* que podem antecipar o vencimento das notas são, entre outros: (a) insolvência ou concordata da Companhia; e (b) inadimplência ou reestruturação de dívidas da Companhia em contratos de financiamento. Os juros apurados mensalmente são incorporados ao principal e reconhecidos como receita financeira do período.
- (ii) Aplicações financeiras denominadas em dólar, vinculadas às estruturas de vendas, cuja desvinculação depende da conclusão dessas estruturas. Essas aplicações são remuneradas com base na variação da Libor anual.

12. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Produtos em elaboração	1.451.036	1.420.741	1.591.081	1.486.742
Matéria-prima	1.008.112	1.015.865	1.398.563	1.329.311
Produtos acabados (i)	490.239	483.136	528.539	483.136
Peças de reposição	194.028	245.077	695.947	673.951
Mercadorias em trânsito	359.911	296.865	319.062	314.514
Adiantamentos a fornecedores	38.184	19.943	90.534	105.149
Aeronaves usadas à venda (ii)	-	-	95.628	234.906
Materiais de consumo	56.659	43.764	59.025	45.538
Provisão de ajuste ao valor de mercado (iii)	-	-	(68.928)	(119.406)
Provisão para obsolescência (iv)	<u>(123.386)</u>	<u>(95.535)</u>	<u>(305.094)</u>	<u>(262.831)</u>
	<u>3.474.783</u>	<u>3.429.856</u>	<u>4.404.357</u>	<u>4.291.010</u>
Circulante	3.474.783	3.429.856	4.404.357	4.283.172
Não Circulante	-	-	-	7.838

- (i) Aeronaves no estoque de produtos acabado em:

- 31 de dezembro de 2012: dois EMBRAER 175, três Legacy 650, um Legacy 600, oito Phenom 100, seis Phenom 300, dois Lineage e três Ipanema; e
- 31 de dezembro de 2011: um EMBRAER 175, dois EMBRAER 190, um Legacy 600, três Legacy 650, quatro Phenom 100, três Phenom 300, dois Lineage e quatro Ipanema;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Do total das aeronaves em estoque em 31 de dezembro de 2012, foi entregue até 01 de março de 2013, dois EMBRAER 190, dois EMBRAER 195, um Legacy 650, um Phenom 300 e um Ipanema.

(ii) Encontrava-se no estoque como aeronaves usadas à venda:

- 31 de dezembro de 2012: um ERJ 145, um EMBRAER 190, um Legacy 600; e
- 31 de dezembro de 2011: um EMB 120, dois ERJ 145, dois Legacy 600, dois EMBRAER 170, um EMBRAER 175, três EMBRAER 190, um PHENOM 300.

(iii) Refere-se à provisão constituída para ajuste ao valor de realização das aeronaves usadas conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	119.406	138.588	59.551
Provisão	2.388	11.087	86.161
Baixa	(56.132)	(40.719)	-
Reversão	-	(6.286)	-
Efeito da variação cambial	3.266	16.736	(7.124)
	68.928	119.406	138.588
Circulante	68.928	119.406	138.588

(iv) É constituída provisão para itens não movimentados há mais de dois anos e sem previsão de uso definida, de acordo com o programa de produção, bem como para cobrir eventuais perdas com estoques de almoxarifado e produtos em elaboração excessivos ou obsoletos, exceto para o estoque de peças de reposição, cuja provisão é constituída por obsolescência técnica ou itens sem movimentação há mais de dois anos. Segue a movimentação da provisão para obsolescência:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	95.535	116.183	154.119	262.831	254.722	277.474
Provisão	33.657	9.088	-	76.227	27.293	27.824
Baixa	(13.638)	(43.243)	(30.472)	(52.033)	(45.636)	(32.762)
Reversão	-	-	-	(1.505)	(5.390)	(2.806)
Efeito da variação cambial	7.832	13.507	(7.464)	19.574	31.842	(15.008)
	123.386	95.535	116.183	305.094	262.831	254.722
Circulante	123.386	95.535	116.183	305.094	262.831	254.722

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Depósito judicial (i)	362.979	324.720	366.104	327.331
Crédito de impostos (ii)	209.626	260.898	294.656	321.193
Direito creditório (iii)	-	-	136.298	-
Crédito com fornecedores (iv)	63.759	72.529	64.771	73.243
Despesas pagas antecipadamente	44.201	44.500	52.307	63.752
Adiantamentos a empregados	26.593	25.292	28.827	26.656
Ativo de indenização (v)	-	-	26.577	28.897
Adiantamentos para serviços prestados	8.329	7.097	8.605	7.724
Seguros a receber	6.011	5.197	6.731	5.260
Penhoras e cauções	1.038	492	2.081	1.451
Empréstimo compulsório	-	-	1.875	1.510
Caixa restrito	-	-	-	3.314
Adiantamento de comissão	-	11.607	-	11.607
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.600	12.600	-	-
Outros	25.970	19.962	36.699	40.962
	761.106	784.894	1.025.531	912.900
Circulante	292.505	363.497	521.208	452.537
Não Circulante	468.601	421.397	504.323	460.363

- (i) Refere-se aos depósitos decorrentes de processos judiciais, substancialmente à contribuição social sobre o lucro líquido incidente sobre receitas de exportação. Há um valor de contas a pagar correspondente constituído no passivo.

- (ii) Crédito de impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Imposto de renda e Contribuição social retidos na fonte	48.114	119.918	83.188	135.174
ICMS e IPI	80.357	73.375	120.363	111.505
PIS e COFINS	63.662	57.765	71.837	63.778
Outros	17.493	9.840	19.268	10.736
	209.626	260.898	294.656	321.193
Circulante	126.109	184.910	195.440	233.628
Não Circulante	83.517	75.988	99.216	87.565

- (iii) Direito creditório recebido na negociação com a American Airlines (Nota 25).
- (iv) Corresponde a retrabalhos realizados em produtos fornecidos por terceiros, os quais serão reembolsados consoantes com os termos contratuais.
- (v) Ativo registrado no processo de combinação de negócios, nas quais a Companhia negociou o direito de indenização pelos vendedores, para passivos reconhecidos que venham a ser exigidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. INVESTIMENTOS

14.1. Valores dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Em sociedades controladas:				
Aero Seating Technologies LLC	-	-	-	5.163
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	3.890	4.071	-	-
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	141.758	102.817	-	-
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	995	574	-	-
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	472.066	403.044	-	-
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	360.869	266.942	-	-
Embraer Cataluña S.L.	-	358.345	-	-
Embraer Credit Ltd. - ECL	10.233	8.228	-	-
Embraer Defesa e Segurança Part. S.A.	117.215	103.447	-	-
Embraer GPX Ltda. - GPX	13.388	6.129	-	-
Embraer Netherlands B.V. - ENL	579.707	56.871	-	-
Embraer Overseas Limited - EOS	21.911	18.919	-	-
Embraer Representation LLC - ERL	104.180	151.864	-	-
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	1.071.911	1.174.204	-	-
EPE's	50.348	46.216	-	-
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	4.365	5.190	-	-
Outros	-	-	8	8
	<u>2.952.836</u>	<u>2.706.861</u>	<u>8</u>	<u>5.171</u>

14.2. Movimentação do investimento na Controladora

	Saldo em	Equival.	Var.camb/ ajuste acumulado	Baixa/ Transferência	Resultado na aquisição de não controladores	Adição	Saldo em
	31.12.2011	patrim.	conversão				31.12.2012
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	4.071	(181)	-	-	-	-	3.890
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	102.817	28.687	10.254	-	-	-	141.758
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	574	377	44	-	-	-	995
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	403.044	25.540	37.715	-	-	5.767	472.066
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	266.942	58.500	35.427	-	-	-	360.869
Embraer Cataluña S.L.	358.345	42	(11.215)	(347.172)	-	-	-
Embraer Credit Ltd. - ECL	8.228	1.206	799	-	-	-	10.233
Embraer Defesa e Segurança Part.S.A.	103.447	(5.184)	6.562	-	-	12.390	117.215
Embraer GPX Ltda. - GPX	6.129	7.259	-	-	-	-	13.388
Embraer Netherlands B.V. - ENL (i)	56.871	(82.964)	58.582	347.172	10.191	189.855	579.707
Embraer Overseas Limited - EOS	18.919	1.282	1.710	-	-	-	21.911
Embraer Representation LLC - ERL	151.864	(60.364)	12.680	-	-	-	104.180
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	1.174.204	(204.238)	101.945	-	-	-	1.071.911
EPE's	46.216	(122)	4.254	-	-	-	50.348
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	5.190	(775)	(50)	-	-	-	4.365
	<u>2.706.861</u>	<u>(230.935)</u>	<u>258.707</u>	<u>-</u>	<u>10.191</u>	<u>208.012</u>	<u>2.952.836</u>

- (i) Em 2012, a Embraer S.A. aportou capital na subsidiária integral Embraer Netherlands B.V. no montante de R\$ 189.855 e por meio desta subsidiária concluiu a aquisição de 30% do capital da Airholding SGPS S.A. pertencente à EADS - European Aeronautic, Defence and Space pelo valor de EUR 13 milhões (R\$ 31.158). O ganho gerado na aquisição da participação dos não controladores, no montante de R\$ 10.191, foi lançado em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldo em 31.12.2010	Equival. patrim.	Var.camb/ ajuste acumulado conversão	Baixa/ Transferência	Adição	Transfer. p/ prov. p/ passivo a descoberto	Saldo em 31.12.2011
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	4.003	(35)	103	-	-	-	4.071
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	74.827	15.536	12.454	-	-	-	102.817
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	681	(176)	69	-	-	-	574
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	352.155	7.540	43.349	-	-	-	403.044
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	21.576	5.194	1.526	(28.296)	-	-	-
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	171.195	77.476	18.271	-	-	-	266.942
Embraer Cataluña S.L.	-	21.299	5.809	331.237	-	-	358.345
Embraer Credit Ltd. - ECL	6.160	1.156	912	-	-	-	8.228
Embraer Defesa e Segurança Part.S.A.	-	1.753	10.969	-	90.725	-	103.447
Embraer GPX Ltda. - GPX	1.949	4.180	-	-	-	-	6.129
Embraer Netherlands B.V. - ENL	-	2.164	3.851	-	50.856	-	56.871
Embraer Overseas Limited - EOS	15.905	906	2.108	-	-	-	18.919
Embraer Representation LLC - ERL	190.949	(57.337)	18.252	-	-	-	151.864
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	1.429.609	(90.746)	166.578	(331.237)	-	-	1.174.204
EPE's	-	45.258	958	-	-	-	46.216
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	-	5.781	(60)	-	-	(531)	5.190
	<u>2.269.009</u>	<u>39.949</u>	<u>285.149</u>	<u>(28.296)</u>	<u>141.581</u>	<u>(531)</u>	<u>2.706.861</u>

	Saldo em 31.12.2009	Equival. patrim.	Var.camb/ ajuste acumulado conversão	Adição	Transfer. p/ prov. p/ passivo a descoberto	Saldo em 31.12.2010
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	4.017	(14)	-	-	-	4.003
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	57.210	21.861	(4.244)	-	-	74.827
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	811	(209)	79	-	-	681
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	356.720	11.961	(16.526)	-	-	352.155
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	18.984	3.705	(1.113)	-	-	21.576
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	177.414	14.848	(21.067)	-	-	171.195
Embraer Credit Ltd. - ECL	5.206	1.244	(290)	-	-	6.160
Embraer GPX Ltda. - GPX	318	1.631	-	-	-	1.949
Embraer Overseas Limited - EOS	15.677	949	(721)	-	-	15.905
Embraer Representation LLC - ERL	253.597	(52.972)	(9.676)	-	-	190.949
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	1.561.012	(73.737)	(73.882)	16.216	-	1.429.609
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	-	790	(24)	-	(766)	-
	<u>2.450.966</u>	<u>(69.943)</u>	<u>(127.464)</u>	<u>16.216</u>	<u>(766)</u>	<u>2.269.009</u>

14.3. Informações relativas às controladas diretas

	31.12.2012				
	Participação no capital social %	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	99,99	4.828	938	3.890	(181)
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	100,00	306.487	161.400	145.087	27.037
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	100,00	995	-	995	377
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	100,00	764.150	279.916	484.234	26.941
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	100,00	390.621	27.968	362.653	58.286
Embraer Cataluña S.L.	100,00	-	-	-	42
Embraer Credit Ltd. - ECL	100,00	55.100	44.867	10.233	1.206
Embraer Defesa e Segurança Part.S.A.	100,00	119.197	1.982	117.215	(5.184)
Embraer GPX Ltda. - GPX	99,99	66.760	53.372	13.388	7.260
Embraer Netherlands B.V. - ENL	100,00	916.572	336.865	579.707	(82.964)
Embraer Overseas Limited - EOS	100,00	1.843.370	1.821.459	21.911	1.282
Embraer Representation LLC - ERL	100,00	114.793	10.613	104.180	(60.364)
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	100,00	1.080.671	8.761	1.071.910	(204.238)
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	99,99	23.043	18.519	4.524	(789)
					<u>(231.289)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.12.2011					
	Participação no capital social %	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	99,99	4.707	636	4.071	(35)
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	100,00	275.403	167.907	107.496	14.076
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	100,00	1.134	560	574	(176)
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	100,00	657.785	245.000	412.785	12.996
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	100,00	300.377	31.630	268.747	69.152
Embraer Cataluña S.L.	100,00	450.299	91.953	358.346	21.299
Embraer Credit Ltd. - ECL	100,00	50.293	42.065	8.228	1.156
Embraer Defesa e Segurança Part.S.A.	100,00	103.447	-	103.447	1.753
Embraer GPX Ltda. - GPX	99,99	31.909	25.780	6.129	4.180
Embraer Netherlands B.V. - ENL	100,00	74.843	17.972	56.871	2.164
Embraer Overseas Limited - EOS	100,00	1.688.745	1.669.826	18.919	906
Embraer Representation LLC - ERL	100,00	197.281	45.417	151.864	(57.337)
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	100,00	1.182.157	7.954	1.174.203	(90.746)
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	99,99	23.436	18.086	5.350	5.814
					<u>(14.798)</u>

31.12.2010					
	Participação no capital social %	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	99,99	4.111	5	4.106	(14)
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	99,99	252.010	170.880	81.130	24.929
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	100,00	1.137	455	682	(209)
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	100,00	508.183	152.674	355.509	12.192
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	100,00	127.315	105.738	21.577	3.705
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	100,00	176.883	1.714	175.169	17.017
Embraer Credit Ltd. - ECL	100,00	44.517	38.358	6.159	1.244
Embraer GPX Ltda. - GPX	99,99	17.176	15.227	1.949	1.631
Embraer Overseas Limited - EOS	100,00	1.497.332	1.481.428	15.904	949
Embraer Representation LLC - ERL	100,00	250.047	59.098	190.949	(52.972)
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	100,00	1.466.041	36.432	1.429.609	(73.739)
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	99,99	22.671	23.152	(481)	726
					<u>(64.541)</u>

Para apuração da equivalência patrimonial foram excluídos lucros não realizados nas operações tanto de venda da Controladora para a controlada quanto da controlada para a Controladora ou entre as controladas.

14.4. Aquisição de novas participações

Em 4 de agosto de 2011, por meio de sua subsidiária integral Embraer Aircraft Holding Inc. (EAH), a Companhia adquiriu 36,7% do capital da Aero Seating Technologies (AST) por R\$ 6.128, sendo tratada como um investimento em coligada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. Em 1º de outubro de 2012, a EAH adquiriu mais 48,8% do capital da AST por R\$ 8.149, quando passou a ter o controle de suas operações com uma participação total de 85,5% de seu capital.

Por se tratar de uma aquisição realizada em etapas, a Companhia demonstra a seguir os valores totais pela aquisição de 85,5% em 1º de outubro de 2012, como se todo valor fosse pago nesta data.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aero Seating Technologies	Acervo líquido em 01.10.12
Capital de giro líquido	2.627
Ativos intangíveis	14.501
Ativos fixos	375
Empréstimos	(3.066)
Valor líquido dos ativos e passivos a valor justo	14.437
Participação de não controladores (14,5%)	(1.937)
Valor pago pela participação de 85,5% no capital	(14.277)
Ágio por rentabilidade futura	(1.777)

Durante os trabalhos de mensuração, concluídos em 31 de dezembro de 2012, foram identificados ativos intangíveis referentes principalmente à capacidade de certificar materiais, peças e aplicações utilizados em assentos de aeronaves no valor total de R\$ 14.501, suportados por laudo externo.

O ágio resultante desta aquisição reflete a habilidade da AST em desenvolver, obter certificação e fabricar assentos para aeronaves executivas com alto padrão de qualidade, de forma alinhada com as expectativas de negócio da Companhia.

O valor justo, na aquisição, da participação de 36,7% na AST era de R\$ 6.128 e a remensuração desta participação resultou em um ganho de R\$ 1.170.

A receita líquida e o prejuízo líquido auferidos pela AST durante o exercício de 2012, totalizaram R\$ 5.716 e R\$ (2.691) respectivamente, dos quais R\$ 1.861 da receita líquida e R\$ (1.522) de prejuízo líquido foram gerados entre a data da aquisição e o encerramento do exercício.

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Operações com partes relacionadas

São transações realizadas entre a Controladora com suas subsidiárias diretas ou indiretas descritas na Nota 2.1.2 ou acionistas diretos ou indiretos (Banco do Brasil, BNDES e Comando da Aeronáutica) e referem-se basicamente a:

- valores ativos: (i) contas a receber das controladas pela venda de peças de reposição e aeronaves e desenvolvimento de produtos, em condições acordadas entre as partes, considerando-se os volumes, prazos, riscos envolvidos e políticas corporativas; (ii) contratos de mútuo com as subsidiárias no exterior com taxas de juros praticadas pela Companhia na captação de recursos em moeda estrangeira; (iii) recebimentos em nome da Embraer pela controlada EFL, sem remuneração; (iv) saldos em aplicações financeiras e (v) saldos em conta corrente bancária;
- valores passivos: (i) aquisição de partes de aeronaves e peças de reposição, em condições acordadas entre as partes, considerando-se os volumes, prazos, riscos envolvidos e políticas corporativas; (ii) adiantamentos recebidos por conta de contratos de vendas, conforme cláusula contratual; (iii) comissão por venda de aeronaves e peças de reposição; (iv) financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos a taxas de juros de mercado para esse tipo de modalidade de financiamento; (v) empréstimos e financiamentos; (vi) contratos de mútuo com as subsidiárias no exterior com taxas de juros praticadas pela Companhia na captação desses recursos e (vii) financiamentos à exportação;
- valores no resultado: (i) compra e venda de aeronaves, partes e peças de reposição e desenvolvimento de produtos para o mercado de defesa e segurança; (ii) receitas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras provenientes de contratos de mútuo e aplicações financeiras; (iii) encargos financeiros sobre financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos, financiamento de importação, financiamento à exportação e adiantamento de contrato de câmbio e (iv) despesas com comissão de vendas de aeronaves e peças de reposição e plano de previdência complementar.

15.1.1. Controladora – 31.12.2012

	Circulante		Não circulante		Resultado financeiro	Resultado operacional
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Aero Seating Technologies, LLC	-	222	-	-	-	-
ATECH Negócios em Tecnologia S.A.	-	147	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	1.070.335	-	620.321	-	75.772	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	-	515.044	-	367.336	(55.033)	-
Comando da Aeronáutica	23.377	207.129	-	-	-	173.488
ECC do Brasil Cia. de Seguros – ECC	-	-	921	-	50	-
ECC Leasing Co. Ltd – LESC	10.595	926	263.388	-	7.382	(10.534)
ELEB - Equipamentos Ltda	3.343	13.371	56.437	-	2.968	299
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. – EACS	156.796	160.452	-	-	-	(127.486)
Embraer Aircraft Holding Inc. – EAH	-	-	91.957	-	3.675	-
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. – EAMS	2.076	3.455	-	-	-	18
Embraer Aviation International SAS – EAI	51.844	27.312	37.934	-	131	(53.522)
Embraer Aviation Europe SAS – EAE	6	12.470	-	-	-	-
Embraer Ásia Pacific PTE. Ltd.	30.705	21.106	86.737	-	2.243	(30.387)
Embraer CAE Training Services – ECTS	-	2.026	-	-	-	-
Embraer CAE Training Services (UK Limited) – ECUK	-	64	-	-	-	-
Embraer Cataluña S.L. - ESH2	-	-	-	-	592	-
Embraer China Aircraft Technical Services Co., Ltd. – BJG	17.049	12.017	-	-	-	(40.151)
Embraer Credit Ltd. – ECL	-	-	42.957	-	-	-
Embraer Europe SARL – EES	40	-	-	-	-	-
Embraer Executive Aircraft Inc. – MLB	162.367	74	-	-	-	17.674
Embraer Executive Jet Services – EEJS	14	1.705	-	-	-	14
Embraer Portugal Estruturas em Compósitos S.A. - EEC	-	-	-	-	-	1.091
Embraer Portugal Estruturas Metálicas S.A. - EEM	3.557	-	-	-	-	(501)
Embraer Finance Ltd. – EFL	-	2.009	543.432	-	6.634	-
Embraer GPX Ltda – GPXS	38.437	9.033	-	-	-	4.997
Embraer Netherlands B.V. – ENL	-	-	164.749	-	3.157	-
Embraer Services Inc. – ESI	1	4.187	-	-	-	-
Embraer Spain Holding Co. SL – ESH	-	-	6.055	-	156	-
Embraer Prev - Sociedade de Previdência Complementar	-	-	-	-	-	(53.618)
Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	-	36.546	-	95.736	(3.705)	-
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. – HEAI	12.586	-	-	-	-	8.137
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. – NEIVA	-	-	12.600	-	-	677
OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal SA.	365	2.590	-	-	-	29
Orbisat da Amazônia Indústria e Aerolevanteamento S.A.	821	-	48.838	-	3.681	(1.906)
Visiona Tecnologia Espacial	91	-	-	-	-	93
	<u>1.584.405</u>	<u>1.031.885</u>	<u>1.976.326</u>	<u>463.072</u>	<u>47.703</u>	<u>(111.588)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.1.2. Controladora – 31.12.2011

	Circulante		Não circulante		Resultado financeiro	Resultado operacional
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Banco do Brasil S.A.	1.039.800	-	376.293	-	21.664	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	112	307.542	-	676.058	(36.765)	-
Comando da Aeronáutica	71.243	238.074	-	-	-	349.873
ECC do Brasil Cia. de Seguros – ECC	-	-	631	-	17	-
ECC Investment Switzerland AG. – SWIN	-	1	-	-	-	-
ECC Leasing Co. Ltd – LESC	4.718	698	166.062	-	5.805	(1.895)
ELEB - Equipamentos Ltda	3.016	5.780	50.738	-	2.666	(461)
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. – EACS	127.029	52.082	-	-	-	(22.267)
Embraer Aircraft Holding Inc. – EAH	-	-	84.421	-	2.925	-
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. – EAMS	1.863	1.117	-	-	-	5
Embraer Ásia Pacific PTE. Ltd.	23.245	15.888	82.263	-	1.116	(21.587)
Embraer Aviation Europe SAS – EAE	6	10.029	-	-	-	(29.618)
Embraer Aviation International SAS – EAI	62.938	16.053	-	-	-	(1.778)
Embraer CAE Training Services – ECTS	-	2.711	-	-	-	823
Embraer CAE Training Services (UK Limited) – ECUK	-	185	-	-	-	-
Embraer Cataluña S.L. - ESH2	-	-	92.223	-	218	-
Embraer China Aircraft Technical Services Co., Ltd. – BJC	7.540	7.453	-	-	-	(8.982)
Embraer Credit Ltd. – ECL	-	-	39.432	-	-	-
Embraer Europe SARL – EES	25	-	-	-	-	(13.452)
Embraer Executive Aircraft Inc. – MLB	41.369	938	-	-	-	5.438
Embraer Executive Jet Services – EEJS	1	2.272	-	-	-	-
Embraer Finance Ltd. – EFL	-	1.174	530.763	-	6.060	(39)
Embraer GPX Ltda – GPXS	18.068	7.524	671	-	55	3.264
Embraer Netherlands B.V. – ENL	-	-	17.856	-	35	-
Embraer Prev - Sociedade de Previdência Complementar	-	-	-	-	-	(47.005)
Embraer Services Inc. – ESI	241	3.646	-	-	-	(40)
Embraer Spain Holding Co. SL – ESH	-	-	5.297	-	1.742	-
Entidade de propósito específico – EPE's	-	-	-	-	-	(140.025)
Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	-	44.825	-	247.849	(1.524)	-
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. – HEAI	385	-	-	-	-	2.944
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. – NEIVA	6	-	12.600	-	-	7.427
OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal SA.	103	1.371	-	-	-	27
Orbisat da Amazônia Indústria e Aerolevantamento S.A.	815	-	26.934	-	2.057	526
	<u>1.402.523</u>	<u>719.363</u>	<u>1.486.184</u>	<u>923.907</u>	<u>6.071</u>	<u>83.178</u>

15.1.3. Controladora – 31.12.2010

	Resultado financeiro	Resultado operacional
Banco do Brasil S.A.	10.312	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	(37.325)	-
Comando da Aeronáutica	-	244.920
ECC Leasing Co. Ltd – LESC	4.870	79.321
ELEB – Equipamentos Ltda	2.055	(164.712)
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. – EACS	259	45.639
Embraer Aircraft Holding Inc. – EAH	2.795	(1.419)
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. – EAMS	-	139
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. – EAP	1.612	(1.460)
Embraer Aviation Europe SAS – EAE	-	(1.932)
Embraer Aviation International SAS – EAI	129	(10.963)
Embraer CAE Training Services (UK Limited) – ECUK	-	1.858
Embraer CAE Training Services – ECTS	-	(4.805)
Embraer China Aircraft Technical Services Co., Ltd. – BJC	-	(658)
Embraer Europe SARL – EES	-	(14.290)
Embraer Finance Ltd. – EFL	7.190	-
Embraer GPX Ltda – GPX	69	3.308
Embraer Prev - Sociedade de Previdência Complementar	-	(40.038)
Embraer Representation LLC – ERL	-	(172.104)
Embraer Services Inc. – ESI	-	(42.590)
Embraer Spain Holding Co. SL – ESH	697	-
Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	(1.026)	-
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. – HEAI	-	22.052
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. – NEIVA	-	23.937
OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal SA.	-	(3.993)
	<u>(8.363)</u>	<u>(37.790)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.1.4. Consolidado – 31.12.2012

	Circulante		Não circulante		Resultado financeiro	Resultado operacional
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Banco do Brasil S.A.	1.317.234	-	620.321	620.321	75.584	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	-	521.301	-	376.154	(56.458)	-
Comando da Aeronáutica	304.915	351.281	-	-	-	297.091
Embraer Prev - Sociedade de Previdência Complementar	-	-	-	-	-	(56.351)
Empresa Portuguesa de Defesa – EMPORDEF	-	-	-	13.205	-	-
Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	-	36.546	-	95.736	(3.705)	-
	<u>1.622.149</u>	<u>909.128</u>	<u>620.321</u>	<u>1.105.416</u>	<u>15.421</u>	<u>240.740</u>

15.1.5. Consolidado – 31.12.2011

	Circulante		Não circulante		Resultado financeiro	Resultado operacional
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Aero Seating Technologies LLC (AST)	-	-	-	2.814	-	-
Banco do Brasil S.A.	1.260.091	564.856	376.293	-	28.281	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	112	313.572	-	690.556	(38.714)	-
Comando da Aeronáutica	373.718	391.310	-	-	-	356.808
Embraer Prev - Sociedade de Previdência Complementar	-	-	-	-	-	(49.290)
Empresa Portuguesa de Defesa – EMPORDEF	-	-	-	12.009	-	-
Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	-	45.130	-	247.849	(1.593)	-
	<u>1.633.921</u>	<u>1.314.868</u>	<u>376.293</u>	<u>953.228</u>	<u>(12.026)</u>	<u>307.518</u>

15.1.6. Consolidado – 31.12.2010

	Resultado financeiro	Resultado operacional
Banco do Brasil S.A.	17.536	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	(35.065)	-
Comando da Aeronáutica	-	358.862
Embraer Prev - Sociedade de Previdência Complementar	-	(42.028)
Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	(778)	-
	<u>(18.307)</u>	<u>316.834</u>

15.2. Relacionamento com o governo brasileiro

O governo brasileiro, por meio de participações diretas e indiretas e da propriedade de ação denominada *golden share*, é um dos principais acionistas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, o governo brasileiro detinha, além da *golden share*, a participação indireta de 5,37% na Companhia, por meio da BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, controlada pelo governo brasileiro. Portanto, as transações entre a Embraer e o governo brasileiro ou suas agências correspondem à definição de operações com partes relacionadas.

O governo brasileiro desempenha uma função relevante nas atividades de negócios da Companhia, inclusive como:

- cliente importante dos produtos de defesa e segurança (por meio da Força Aérea Brasileira);
- fonte de financiamento para pesquisa e desenvolvimento, por meio de instituições de desenvolvimento tecnológico, como FINEP e BNDES;
- agência de crédito para exportação (por meio do BNDES); e
- fonte de financiamentos de curto e longo prazo e fornecedor de serviços de administração de capital e de banco comercial (por meio do Banco do Brasil).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios de curto prazo (i)	32.944	27.765	28.759
Remuneração baseada em ações	7.325	7.648	3.217
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	747	-
Remuneração total	<u>40.269</u>	<u>36.160</u>	<u>31.976</u>

(i) Inclui ordenados, salários, participação nos lucros, bônus e indenização.

São considerados pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária e do Conselho de Administração.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, nenhuma remuneração foi paga relativa a benefícios pós-emprego ou benefícios de longo prazo.

16. IMOBILIZADO

Não houve alteração na vida útil para os ativos imobilizados em relação ao exercício anterior. A vida útil por classe de imobilizado em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada a seguir:

Classes de ativo	Vida útil média ponderada (anos)
Edifícios e benfeitorias em terrenos	29
Instalações	20,5
Máquinas e equipamentos	11
Móveis e utensílios	7,5
Veículos	9,5
Aeronaves	12,5
Computadores e periféricos	5
Ferramental	10
Outros bens	5
"Pool" de peças reparáveis	8,5

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.1. Controladora

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças reparáveis (ii)	Imobilizações em andamento (iii)	Total
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2011	19.136	544.865	224.538	516.340	64.391	15.404	1.628	184.387	556.348	14.653	-	9.428	2.151.118
Adições	33	833	-	47.291	1.938	447	-	32.159	31.710	56.084	-	35.246	205.741
Baixas	-	(2.270)	(16)	(11.976)	(1.725)	(268)	-	(1.652)	(80)	-	-	(442)	(18.429)
Reclassificação*	73	18.625	4.821	584	7.390	1.911	-	(21.735)	(1.319)	(3.666)	90.263	(6.686)	90.261
Efeito de conversão	1.723	49.693	20.187	46.149	5.953	1.434	145	16.510	51.196	2.309	(1.491)	453	194.261
Saldo em 31.12.2012	20.965	611.746	249.530	598.388	77.947	18.928	1.773	209.669	637.855	69.380	88.772	37.999	2.622.952
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2011	-	(173.875)	(153.075)	(321.576)	(33.315)	(10.502)	(1.628)	(159.941)	(270.321)	(2.182)	-	-	(1.126.415)
Depreciação	-	(9.980)	(4.563)	(25.988)	(3.274)	(1.023)	-	(6.885)	(38.263)	(275)	(5.724)	-	(95.975)
Baixas	-	1.398	85	16.099	1.601	176	-	1.528	35	-	-	-	20.922
Efeito de conversão	-	(16.036)	(13.887)	(28.825)	(3.097)	(977)	(145)	(14.530)	(25.998)	(215)	93	-	(103.617)
Saldo em 31.12.2012	-	(198.493)	(171.440)	(360.290)	(38.085)	(12.326)	(1.773)	(179.828)	(334.547)	(2.672)	(5.631)	-	(1.305.085)
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2011	19.136	370.990	71.463	194.764	31.076	4.902	-	24.446	286.027	12.471	-	9.428	1.024.703
Saldo em 31.12.2012	20.965	413.253	78.090	238.098	39.862	6.602	-	29.841	303.308	66.708	83.141	37.999	1.317.867

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças reparáveis (ii)	Imobilizações em andamento (iii)	Total
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2010	16.998	477.189	198.801	428.817	51.704	12.330	1.446	154.306	453.736	5.359	-	3.051	1.803.737
Adições	-	204	-	31.922	5.109	1.001	-	30.633	12.228	17.925	-	12.936	111.958
Baixas	-	-	-	(1.089)	(664)	(338)	-	(1.027)	(41)	-	-	-	(3.159)
Reclassificação*	-	6.599	636	(291)	1.051	657	-	(19.740)	29.427	(11.142)	-	(7.197)	-
Efeito de conversão	2.138	60.873	25.101	56.981	7.191	1.754	182	20.215	60.998	2.511	-	638	238.582
Saldo em 31.12.2011	19.136	544.865	224.538	516.340	64.391	15.404	1.628	184.387	556.348	14.653	-	9.428	2.151.118
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2010	-	(146.221)	(132.274)	(270.144)	(27.208)	(9.008)	(1.446)	(137.131)	(212.737)	(1.856)	-	-	(938.025)
Depreciação	-	(8.272)	(3.716)	(16.319)	(2.506)	(611)	-	(5.386)	(27.244)	(85)	-	-	(64.139)
Baixas	-	-	-	722	112	336	-	395	-	-	-	-	1.565
Reclassificação*	-	-	-	3	1	(33)	-	31	-	-	-	-	2
Efeito de conversão	-	(19.382)	(17.085)	(35.838)	(3.714)	(1.186)	(182)	(17.850)	(30.340)	(241)	-	-	(125.818)
Saldo em 31.12.2011	-	(173.875)	(153.075)	(321.576)	(33.315)	(10.502)	(1.628)	(159.941)	(270.321)	(2.182)	-	-	(1.126.415)
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2010	16.998	330.968	66.527	158.673	24.496	3.322	-	17.175	240.999	3.503	-	3.051	865.712
Saldo em 31.12.2011	19.136	370.990	71.463	194.764	31.076	4.902	-	24.446	286.027	12.471	-	9.428	1.024.703

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	Imobilizações em andamento (iii)	Total
Custo do imobilizado bruto												
Saldo em 31.12.2009	17.763	490.925	203.295	470.522	51.395	12.278	1.511	153.257	456.552	3.622	7.587	1.868.707
Adições	-	-	-	10.804	1.598	24	-	16.990	17.590	-	4.712	51.718
Baixas	-	-	(48)	(30.187)	(554)	(319)	-	(659)	-	(3.230)	(8)	(35.005)
Reclassificação*	-	7.822	4.576	(2.633)	1.599	917	-	(8.226)	1	5.170	(9.226)	-
Efeito de conversão	(765)	(21.558)	(9.022)	(19.689)	(2.334)	(570)	(65)	(7.056)	(20.407)	(203)	(14)	(81.683)
Saldo em 31.12.2010	16.998	477.189	198.801	428.817	51.704	12.330	1.446	154.306	453.736	5.359	3.051	1.803.737
Depreciação acumulada												
Saldo em 31.12.2009	-	(144.347)	(134.750)	(270.679)	(26.378)	(9.161)	(1.511)	(134.404)	(186.706)	(1.940)	-	(909.876)
Depreciação	-	(8.533)	(3.521)	(18.861)	(2.547)	(507)	-	(9.795)	(35.915)	-	-	(79.679)
Baixas	-	-	43	7.000	474	253	-	678	-	-	-	8.448
Reclassificação*	-	17	(7)	(6)	-	-	-	(4)	-	-	-	-
Efeito de conversão	-	6.642	5.961	12.402	1.243	407	65	6.394	9.884	84	-	43.082
Saldo em 31.12.2010	-	(146.221)	(132.274)	(270.144)	(27.208)	(9.008)	(1.446)	(137.131)	(212.737)	(1.856)	-	(938.025)
Imobilizado líquido												
Saldo em 31.12.2009	17.763	346.578	68.545	199.843	25.017	3.117	-	18.853	269.846	1.682	7.587	958.831
Saldo em 31.12.2010	16.998	330.968	66.527	158.673	24.496	3.322	-	17.175	240.999	3.503	3.051	865.712

*Transações que não afetam o caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 83.083 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 53.000 e 2010 R\$ 71.209) referente à parcela de depreciação foi debitada na rubrica de estoques e custo dos produtos e serviços vendidos, o montante de R\$ 2.692 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 1.998 e 2010 R\$ 1.021) foi debitado como despesas comerciais e o montante de R\$ 10.200 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 9.141 e 2010 R\$ 7.449) debitado como despesas administrativas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.2. Consolidado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças reparáveis (ii)	Imobilizações em andamento (iii)	Total
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2011	20.682	803.604	235.222	900.677	89.690	26.189	895.104	226.581	573.257	14.651	659.207	175.068	4.619.932
Adições	33	8.616	405	79.121	4.168	1.306	291.655	38.069	32.531	122.051	127.478	124.906	830.339
Adições - Aquisição em participações	-	-	-	139	41	-	-	109	86	-	-	-	375
Baixas	-	(2.306)	(396)	(22.050)	(3.437)	(346)	-	(5.402)	(74)	674	(7.243)	(399)	(40.979)
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	-	-	-	(18.372)	-	-	-	-	-	(18.372)
Reclassificação*	73	30.895	5.002	6.481	11.252	1.911	(40.148)	(19.430)	10.611	(15.782)	90.263	(31.013)	50.115
Efeito de conversão	1.894	64.317	21.007	82.183	9.430	2.582	73.553	21.799	53.005	16.702	71.302	10.553	428.327
Saldo em 31.12.2012	22.682	905.126	261.240	1.046.551	111.144	31.642	1.201.792	261.726	669.416	138.296	941.007	279.115	5.869.737
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2011	-	(239.431)	(159.324)	(564.843)	(51.938)	(19.649)	(227.183)	(191.601)	(273.797)	(2.217)	(169.288)	-	(1.899.271)
Depreciação	-	(21.059)	(4.952)	(46.365)	(5.721)	(1.558)	(70.077)	(9.988)	(39.025)	(249)	(76.278)	-	(275.272)
Baixas	-	1.400	326	20.418	3.271	237	-	5.227	35	-	3.348	-	34.262
Reclassificação*	-	384	(103)	(9.569)	30	-	(3.301)	-	9.256	2	-	-	(3.301)
Efeito de conversão	-	(23.266)	(14.183)	(32.936)	(5.095)	(1.967)	(17.017)	(18.117)	(43.577)	(190)	(17.138)	-	(173.486)
Saldo em 31.12.2012	-	(281.972)	(178.236)	(633.295)	(59.453)	(22.937)	(317.578)	(214.479)	(347.108)	(2.654)	(259.356)	-	(2.317.068)
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2011	20.682	564.173	75.898	335.834	37.752	6.540	667.921	34.980	299.460	12.434	489.919	175.068	2.720.661
Saldo em 31.12.2012	22.682	623.154	83.004	413.256	51.691	8.705	884.214	47.247	322.308	135.642	681.651	279.115	3.552.669

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças reparáveis (ii)	Imobilizações em andamento (iii)	Total
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2010	18.416	657.068	208.035	730.916	74.851	21.978	787.165	191.807	457.041	5.314	299.338	66.725	3.518.654
Adições	-	204	250	37.054	7.508	1.255	108.962	30.678	16.912	17.935	172.322	164.888	557.968
Adições - Aquisição em participações	-	-	29	36.322	292	27	5.152	1.992	-	116	-	667	44.597
Baixas	-	(39)	(19)	(7.042)	(1.663)	(485)	-	(3.365)	(41)	-	-	-	(12.654)
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	-	-	-	(4.812)	-	-	-	-	-	(4.812)
Reclassificação*	-	60.573	930	7.238	1.059	657	(107.841)	(19.422)	37.599	(11.140)	136.733	(77.494)	28.892
Efeito de conversão	2.266	85.798	25.997	96.189	7.643	2.757	106.478	24.891	61.746	2.426	50.814	20.282	487.287
Saldo em 31.12.2011	20.682	803.604	235.222	900.677	89.690	26.189	895.104	226.581	573.257	14.651	659.207	175.068	4.619.932
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2010	-	(195.999)	(137.553)	(464.071)	(44.451)	(17.082)	(151.643)	(164.589)	(215.601)	(1.855)	(124.736)	-	(1.517.580)
Depreciação	-	(16.659)	(4.043)	(29.598)	(2.989)	(982)	(60.944)	(7.223)	(27.467)	(121)	(31.849)	-	(181.875)
Depreciação - Aquisição em participações	-	-	(11)	(22.503)	(61)	(7)	-	(1.068)	-	-	-	-	(23.650)
Baixas	-	-	17	6.769	1.094	483	344	2.535	-	-	-	-	11.242
Reclassificação*	-	-	(1)	3	1	(33)	9.748	30	-	-	-	-	9.748
Efeito de conversão	-	(26.773)	(17.733)	(55.443)	(5.532)	(2.028)	(24.688)	(21.286)	(30.729)	(241)	(12.703)	-	(197.156)
Saldo em 31.12.2011	-	(239.431)	(159.324)	(564.843)	(51.938)	(19.649)	(227.183)	(191.601)	(273.797)	(2.217)	(169.288)	-	(1.899.271)
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2010	18.416	461.069	70.482	266.845	30.400	4.896	635.522	27.218	241.440	3.459	174.602	66.725	2.001.074
Saldo em 31.12.2011	20.682	564.173	75.898	335.834	37.752	6.540	667.921	34.980	299.460	12.434	489.919	175.068	2.720.661

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças reparáveis (ii)	Imobilizações em andamento (iii)	Total
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2009	19.361	678.726	212.944	799.534	76.404	23.010	654.414	189.321	460.006	4.325	230.793	28.185	3.377.023
Adições	-	2.985	47	36.400	2.631	149	50.229	21.305	17.590	720	76.932	51.276	260.264
Baixas	-	(40)	(52)	(53.364)	(1.662)	(508)	(29.906)	(984)	-	(3.880)	-	(8)	(90.404)
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	-	-	-	(21.933)	-	-	-	-	-	(21.933)
Reclassificação*	-	5.922	4.576	(8.422)	1.599	917	161.013	(8.191)	1	5.170	-	(10.740)	151.845
Efeito de conversão	(945)	(30.525)	(9.480)	(43.232)	(4.121)	(1.590)	(26.652)	(9.644)	(20.556)	(1.021)	(8.387)	(1.988)	(158.141)
Saldo em 31.12.2010	18.416	657.068	208.035	730.916	74.851	21.978	787.165	191.807	457.041	5.314	299.338	66.725	3.518.654
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2009	-	(189.190)	(139.924)	(490.012)	(44.711)	(17.939)	(132.773)	(162.551)	(189.403)	(1.940)	(90.935)	-	(1.459.378)
Depreciação	-	(16.119)	(3.861)	(28.980)	(3.917)	(899)	(44.494)	(11.978)	(36.216)	-	(33.355)	-	(179.819)
Baixas	-	39	46	16.699	1.458	442	16.578	968	-	-	-	-	36.230
Reclassificação*	-	17	(7)	(6)	-	-	1.331	(4)	-	-	-	-	1.331
Efeito de conversão	-	9.254	6.193	38.228	2.719	1.314	7.715	8.976	10.018	85	(446)	-	84.056
Saldo em 31.12.2010	-	(195.999)	(137.553)	(464.071)	(44.451)	(17.082)	(151.643)	(164.589)	(215.601)	(1.855)	(124.736)	-	(1.517.580)
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2009	19.361	489.536	73.020	309.522	31.693	5.071	521.641	26.770	270.603	2.385	139.858	28.185	1.917.645
Saldo em 31.12.2010	18.416	461.069	70.482	266.845	30.400	4.896	635.522	27.218	241.440	3.459	174.602	66.725	2.001.074

* Transações que não afetam o caixa. Na coluna "Aeronaves" o montante apresentado refere-se às aeronaves de propriedade da subsidiária ECC Leasing, e os saldos corresponde às aeronaves movimentadas com o estoque.

- (i) As aeronaves destinam-se a uso em ensaios, voos corporativos e arrendamento operacional e estão ajustadas ao valor de realização, quando aplicável. A Companhia possuía aeronaves contabilizadas no ativo imobilizado, como segue:
- 31 de dezembro de 2012: um EMB 120, 45 ERJ 135, 16 ERJ 145, oito EMBRAER 170, um EMBRAER 175, dois EMBRAER 190, um Phenom 100 e um Phenom 300, quatro Legacy 600, duas 690B, uma EMB-810C; e
 - 31 de dezembro de 2011: um EMB 120, 24 ERJ 145, sete EMBRAER 170, dois EMBRAER 175, dois EMBRAER 190, um Phenom 100 e dois Phenom 300
- (ii) Reclassificação de componentes enquadrados no pool de peças reparáveis (Nota 2.2.15 - k) de estoque para ativo imobilizado na Controladora.
- (iii) Referem-se principalmente às obras para ampliação da capacidade instalada para atender à fabricação de novos produtos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 209.274 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 128.496 e 2010 R\$ 150.817) referente à parcela de depreciação foi debitada na rubrica de estoques e custo dos produtos e serviços vendidos, o montante de R\$ 47.240 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 35.769 e 2010 R\$ 16.240) foi considerada como despesas comerciais e o montante de R\$ 18.758 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 17.610 e 2010 R\$ 12.762), como despesas administrativas.

Não houve encargos financeiros elegíveis capitalizados no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, R\$ 502.681 em bens do ativo imobilizado tinham sido dados em garantia de empréstimos e financiamentos e contingências trabalhistas.

17. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis desenvolvidos internamente referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de programas para cada nova aeronave, incluindo serviços de suporte, mão de obra produtiva, material e mão de obra direta alocados para a construção de protótipos de aeronaves ou componentes significativos, bem como aplicações de tecnologias avançadas que visam tornar as aeronaves mais leves, silenciosas, confortáveis e eficientes em consumo de energia e em emissões, além de projetadas e fabricadas em menos tempo e com otimização de recursos.

17.1. Controladora

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2011	1.802.781	1.178.083	45.188	2.244	213.021	3.241.317
Adições	44.507	375.442	-	1.514	59.530	480.993
Adições de contribuição de parceiros	(1.922)	-	-	-	-	(1.922)
Efeito de conversão	164.208	123.024	4.040	309	19.592	311.173
Saldo em 31.12.2012	2.009.574	1.676.549	49.228	4.067	292.143	4.031.561
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2011	(1.378.373)	(329.936)	(42.027)	(1.785)	(145.601)	(1.897.722)
Amortizações	(127.317)	(115.355)	-	-	(15.327)	(257.999)
Amortizações de contribuição de parceiros	46.644	15.485	-	-	-	62.129
Efeito de conversão	(127.536)	(31.443)	(3.758)	(158)	(13.687)	(176.582)
Saldo em 31.12.2012	(1.586.582)	(461.249)	(45.785)	(1.943)	(174.615)	(2.270.174)
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2011	424.408	848.147	3.161	459	67.420	1.343.595
Saldo em 31.12.2012	422.992	1.215.300	3.443	2.124	117.528	1.761.387

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Comercial	Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2010	1.578.360	876.610	39.709	1.652	168.200	2.664.531
Efeito de conversão	201.247	135.668	5.005	260	22.869	365.049
Adições	24.897	313.088	474	332	21.952	360.743
Adições de Contribuição de parceiros	(1.723)	(147.283)	-	-	-	(149.006)
Saldo em 31.12.2011	1.802.781	1.178.083	45.188	2.244	213.021	3.241.317
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2010	(1.145.091)	(229.192)	(37.132)	(1.230)	(118.053)	(1.530.698)
Efeito de conversão	(152.479)	(34.826)	(4.702)	(199)	(16.191)	(208.397)
Amortizações	(120.008)	(76.929)	(193)	(356)	(11.357)	(208.843)
Amortizações de Contribuição de parceiros	39.205	11.011	-	-	-	50.216
Saldo em 31.12.2011	(1.378.373)	(329.936)	(42.027)	(1.785)	(145.601)	(1.897.722)
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2010	433.269	647.418	2.577	422	50.147	1.133.833
Saldo em 31.12.2011	424.408	848.147	3.161	459	67.420	1.343.595

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2009	1.627.180	839.752	40.579	1.727	149.561	2.658.799
Adições	26.650	247.360	931	-	22.611	297.552
Adições de contribuição de parceiros	(4.191)	(169.989)	-	-	-	(174.180)
Efeito de conversão	(71.279)	(40.513)	(1.801)	(75)	(3.972)	(117.640)
Saldo em 31.12.2010	1.578.360	876.610	39.709	1.652	168.200	2.664.531
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2009	(1.142.134)	(166.983)	(34.224)	(878)	(111.414)	(1.455.633)
Amortizações	(90.115)	(88.954)	(4.687)	(408)	(12.247)	(196.411)
Amortizações de contribuição de parceiros	35.296	17.165	-	-	-	52.461
Efeito de conversão	51.862	9.580	1.779	56	5.608	68.885
Saldo em 31.12.2010	(1.145.091)	(229.192)	(37.132)	(1.230)	(118.053)	(1.530.698)
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2009	485.046	672.769	6.355	849	38.147	1.203.166
Saldo em 31.12.2010	433.269	647.418	2.577	422	50.147	1.133.833

17.2. Consolidado

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros				Total
	Comercial	Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Desenvolvimento	Software	Ágio	
Custo do intangível								
Saldo em 31.12.2011	1.827.383	1.236.417	48.823	5.796	35.604	268.406	72.090	3.494.519
Adições	45.349	362.995	-	19.766	-	65.337	-	493.447
Adições de contribuição de parceiros	(1.922)	-	-	-	-	-	-	(1.922)
Adições aquisição em participações	-	-	-	14.501	-	-	1.777	16.278
Efeito de conversão	166.453	128.519	1.068	679	3.324	24.716	6.445	331.204
Saldo em 31.12.2012	2.037.263	1.727.931	49.891	40.742	38.928	358.459	80.312	4.333.526
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2011	(1.392.800)	(341.778)	(44.109)	(3.671)	(2.956)	(193.016)	-	(1.978.330)
Amortizações	(129.099)	(122.038)	(267)	(494)	(1.698)	(19.779)	-	(273.375)
Amortizações de contribuição de parceiros	46.644	15.485	-	-	-	-	-	62.129
Efeito de conversão	(128.911)	(32.817)	(3.957)	(306)	(373)	(18.145)	-	(184.509)
Saldo em 31.12.2012	(1.604.166)	(481.148)	(48.333)	(4.471)	(5.027)	(230.940)	-	(2.374.085)
Intangível líquido								
Saldo em 31.12.2011	434.583	894.639	4.714	2.125	32.648	75.390	72.090	1.516.189
Saldo em 31.12.2012	433.097	1.246.783	1.558	36.271	33.901	127.519	80.312	1.959.441

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros				Total
	Comercial	Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Desenvolvimento	Software	Ágio	
Custo do intangível								
Saldo em 31.12.2010	1.599.163	921.747	41.759	7.182	-	216.167	-	2.786.018
Adições	25.978	319.849	1.721	(4.490)	-	21.962	-	365.020
Adições de contribuição de parceiros	(1.723)	(147.283)	-	-	-	-	-	(149.006)
Adições aquisição em participações	-	-	-	1.577	35.999	1.911	60.682	100.169
Efeito de conversão	203.965	142.104	5.343	1.527	(395)	28.366	11.408	392.318
Saldo em 31.12.2011	1.827.383	1.236.417	48.823	5.796	35.604	268.406	72.090	3.494.519
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2010	(1.156.572)	(235.320)	(38.655)	(3.409)	-	(158.547)	-	(1.592.503)
Amortizações	(121.571)	(82.013)	(201)	(114)	(2.545)	(12.876)	-	(219.320)
Amortizações de contribuição de parceiros	39.205	11.011	-	-	-	-	-	50.216
Baixas	238	716	-	10	-	-	-	964
Efeito de conversão	(154.100)	(36.172)	(5.253)	(158)	(411)	(21.593)	-	(217.687)
Saldo em 31.12.2011	(1.392.800)	(341.778)	(44.109)	(3.671)	(2.956)	(193.016)	-	(1.978.330)
Intangível líquido								
Saldo em 31.12.2010	442.591	686.427	3.104	3.773	-	57.620	-	1.193.515
Saldo em 31.12.2011	434.583	894.639	4.714	2.125	32.648	75.390	72.090	1.516.189

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2009	1.646.047	879.749	42.719	9.938	211.163	2.789.616
Adições	27.848	255.853	932	2.753	25.701	313.087
Adições de contribuição de parceiros	(4.191)	(169.989)	-	-	-	(174.180)
Baixas	-	-	-	-	(15.350)	(15.350)
Efeito de conversão	(70.541)	(43.866)	(1.892)	(5.509)	(5.347)	(127.155)
Saldo em 31.12.2010	1.599.163	921.747	41.759	7.182	216.167	2.786.018
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2009	(1.153.005)	(169.626)	(35.266)	(3.385)	(165.176)	(1.526.458)
Amortizações	(91.254)	(93.459)	(5.248)	(503)	(13.312)	(203.776)
Amortizações de contribuição de parceiros	35.296	17.165	-	-	-	52.461
Baixas	-	-	-	-	6.976	6.976
Efeito de conversão	52.391	10.600	1.859	479	12.965	78.294
Saldo em 31.12.2010	(1.156.572)	(235.320)	(38.655)	(3.409)	(158.547)	(1.592.503)
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2009	493.042	710.123	7.453	6.553	45.987	1.263.158
Saldo em 31.12.2010	442.591	686.427	3.104	3.773	57.620	1.193.515

No ano de 2012, foram capitalizados encargos financeiros sobre financiamentos aplicados em ativos intangíveis no valor de R\$ 16.550.

18. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou uma avaliação de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) sem identificar indicadores de perda.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseada em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período correspondente ao ciclo de vida esperado de cada UGC em razão das características dos negócios da Companhia nos quais os investimentos em ativos imobilizados e ativos intangíveis efetuados são altos e os retornos, de médio-longo prazo e o redirecionamento de ativos para novos negócios é comum.

No último trimestre de 2011, a Companhia concluiu as aquisições de duas controladas: Orbisat Indústria S.A. e Atech Negócios em Tecnologias S.A. (Nota 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011), as quais geraram valores de ágio baseado em rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2011 o ágio dessas operações se encontrava a valor de mercado, sem a indicação de ajuste de *impairment*.

Para 2012, por estar relacionado a mais de uma UGC, este ágio foi testado juntamente com outros ativos imobilizados e intangíveis, considerando um grupo de UGCs sem que fosse identificado ajuste de *impairment*.

Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:

Margem bruta

A Administração projetou suas entradas e saídas de caixa com base no seu desempenho passado considerando suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. Essas projeções também consideram os ganhos de eficiência planejados para o ciclo do produto.

Taxas de crescimento

As taxas de crescimento foram refletidas no fluxo de receita orçado pela Companhia, consistentemente com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

Taxas de desconto

Foi utilizada taxa de desconto de 9,5% a.a., baseada na expectativa de retorno dos investidores em 31 de dezembro de 2012.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nenhuma perda por *impairment* (exceto para aeronaves) foi registrada para o ativo intangível ou ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

19. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores exterior	472.965	527.546	785.989	919.119
Parceiros de risco (i)	544.319	485.634	544.320	485.634
Fornecedores no país	136.933	100.159	220.448	151.952
Sociedades controladas	118.381	61.945	-	-
	<u>1.272.598</u>	<u>1.175.284</u>	<u>1.550.757</u>	<u>1.556.705</u>
Circulante	1.272.598	1.175.284	1.550.757	1.556.705

- (i) Os parceiros de risco da Companhia desenvolvem e produzem componentes significativos das aeronaves, incluindo motores, componentes hidráulicos, aviônicos, asas, cauda, interior, partes da fuselagem, dentre outros. Determinados contratos firmados entre a Companhia e esses parceiros de risco caracterizam-se parcerias de longo prazo e incluem o diferimento de pagamentos para componentes e sistemas por um prazo negociado após a entrega desses. Uma vez selecionados os parceiros de risco e iniciado o programa de desenvolvimento e produção de aeronaves, é difícil substituí-los. Em alguns casos, como os motores, a aeronave é projetada especialmente para acomodar um determinado componente, o qual não pode ser substituído por outro fornecedor sem incorrer em atrasos e despesas adicionais significativas. Essa dependência torna a Companhia suscetível ao desempenho, qualidade e condições financeiras de seus parceiros de risco.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

20.1. Controladora

	Moeda	Taxa contratual de juros - % a.a	Taxa efetiva de juros - % a.a	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011
Outras moedas:						
Capital de giro	US\$	5,15% a 6,375%	5,15% a 6,375%	2022	2.853.378	1.683.203
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	US\$	6,18%	6,18%	2013	62.720	-
Arrendamento mercantil financeiro	US\$	6,48%	6,48%	2012	-	81
					<u>2.916.098</u>	<u>1.683.284</u>
Real:						
Pré-embarque	R\$	4,5% a 9,0%	4,5% a 9,0%	2013	457.860	759.815
Desenvolvimento de projetos	R\$	TJLP + 1,92% a 5,00%	TJLP + 1,92% a 5,00%	2018	560.513	383.871
					<u>1.018.373</u>	<u>1.143.686</u>
					<u>3.934.471</u>	<u>2.826.970</u>
Circulante					620.214	335.573
Não Circulante					3.314.257	2.491.397

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.2. Consolidado

	Moeda	Taxa contratual de juros - % a.a	Taxa efetiva de juros - % a.a	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011
Outras moedas:						
Capital de giro	US\$	5,15% a 6,38%	5,15% a 6,74%	2022	2.841.760	1.751.803
	Euro	1,29% a 3,42%	1,29% a 3,42%	2018	141.561	55.434
Desenvolvimento de projetos	US\$	6,87%	6,87%	2015	1.662	2.156
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	US\$	6,18%	6,18%	2013	62.720	-
Aquisição de imobilizado	US\$	2,62%	2,62%	2035	139.707	132.662
	US\$	Libor 1M + 2,44%	Libor 1M + 2,44%			
Arrendamento mercantil financeiro	Euro	Euribor 3M	Euribor 3M	2014	740	-
		1,98% a 2,50%;	1,98% a 2,50%;			
	US\$	Libor 6M + 3,40%	Libor 6M + 3,40%	2014	1.463	3.404
					<u>3.189.613</u>	<u>1.945.459</u>
Real:						
Pré-embarque	R\$	4,50% a 9,00%	4,50% a 9,00%	2013	457.860	759.815
Desenvolvimento de projetos	R\$	TJLP + 1,92% a 5,00%	TJLP + 1,92% a 5,00%	2018	573.926	402.861
Arrendamento mercantil financeiro	R\$	CDI + 0,50% a 1,20%	CDI + 0,50% a 1,20%	2015	1.364	2.020
					<u>1.033.150</u>	<u>1.164.696</u>
					<u>4.222.763</u>	<u>3.110.155</u>
Circulante					687.136	472.235
Não Circulante					3.535.627	2.637.920

Em outubro de 2006, a Embraer Overseas Limited, empresa do grupo Embraer S.A., emitiu US\$ 400 milhões em títulos com taxa de juros de 6,375% ao ano com vencimento em 24 de janeiro de 2017 numa oferta que posteriormente foi registrada parcialmente com a *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC). Em outubro de 2009, a Embraer Overseas Limited novamente captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos (*guaranteed notes*) com vencimento em 15 de janeiro de 2020, por meio de uma oferta no exterior, no montante de US\$ 500 milhões a uma taxa de 6,375% ao ano. As duas operações são garantidas integralmente e incondicionalmente pela Controladora. Por se tratar de uma subsidiária integral da Embraer S.A., cujo objetivo é a realização de operações financeiras, as captações efetuadas pela Embraer Overseas Limited são apresentadas no balanço da controladora como operações com terceiros.

Em 8 de março de 2012, a Embraer S.A. assinou contrato de uma linha de Crédito rotativo não desembolsado com quatro instituições financeiras de primeira linha do mercado brasileiro, no valor de R\$ 1 bilhão, equivalente a US\$ 492 milhões, com vencimento em 8 de março de 2015. Cada instituição disponibilizou em condições de igualdade o valor de R\$ 250 milhões permitindo a Companhia desembolsar o montante total ou parcelas menores, entre 9 de março de 2012 e 7 de fevereiro de 2015. Esta linha de crédito terá um custo anual de CDI mais 1,30% ao ano, quando desembolsado. Os custos de manutenção da linha de crédito são incluídos no resultado da Companhia em despesas financeiras.

Os saldos não utilizados nestas linhas de crédito estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
- Com vencimento em até um ano	-	1.875.800	-	1.875.800
- Com vencimento em mais de um ano	1.000.000	-	1.000.000	-
	<u>1.000.000</u>	<u>1.875.800</u>	<u>1.000.000</u>	<u>1.875.800</u>

Em março de 2011, a Embraer S.A. assinou contratos de financiamento com o BNDES e com a FINEP ambos em moeda nacional, classificados como desenvolvimento de projetos, com vencimento para abril de 2018. Até 31 de dezembro de 2012 foram desembolsados R\$ 517.690 nesta linha de crédito.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 15 de Junho de 2012, a Embraer S.A captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos (*guaranteed notes*) com vencimento em 15 de junho de 2022, por meio de uma oferta no exterior, no montante de US\$ 500 milhões a uma taxa de 5,15% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2012, os financiamentos de longo prazo apresentavam a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2014	111.771	132.573
2015	109.713	134.320
2016	103.538	164.101
2017	914.060	899.346
Após 2017	2.075.175	2.205.287
	3.314.257	3.535.627

20.3. Análise por moeda

O total da dívida está denominado nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos				
Dólar	2.916.098	1.683.284	3.047.312	1.890.025
Real	1.018.373	1.143.686	1.033.150	1.164.696
Euro	-	-	142.301	55.434
	3.934.471	2.826.970	4.222.763	3.110.155

20.4. Obrigações com arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados e sua composição por vencimento é resumida a seguir:

	Controladora
	31.12.2011
Menos de um ano	83
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(2)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	81
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:	
Menos de um ano	81
	81

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No período findo em 31 de dezembro de 2012 a Controladora não possuía obrigações de arrendamento mercantil financeiro.

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Menos de um ano	2.477	2.692
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.790	3.266
	<u>4.267</u>	<u>5.958</u>
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(700)	(534)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	<u>3.567</u>	<u>5.424</u>

O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:

Menos de um ano	2.214	2.509
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.353	2.915
	<u>3.567</u>	<u>5.424</u>

20.5. Encargos e garantias

Em 31 de dezembro de 2012, os financiamentos em real (24,4% do total) estão sujeitos a encargos fixos e/ou baseados na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), e a taxa média ponderada era de 4,70% a.a. (5,14% a.a. em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, os financiamentos em dólar (72,1% do total) eram, predominantemente, sujeitos a encargos fixos e sua taxa média ponderada era 6,09% a.a. (5,91% a.a. em 31 de dezembro de 2011). Além desses endividamentos, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia tinha endividamento em euro (3,5% do total), predominantemente, sujeitos a encargos fixos com taxa média ponderada de 2,21% a.a. (0,74% a.a. em 31 de dezembro de 2011).

Considerando os efeitos da análise das taxas efetivas sobre os financiamentos em moeda estrangeira que incluem os custos de estruturação financeira incorridos e já pagos, as taxas médias efetivas ponderadas são equivalentes a Libor mais 4,98% a.a. em 31 de dezembro de 2012 (Libor mais 4,41% a.a. em 31 de dezembro de 2011).

Em garantia de parte dos financiamentos foram oferecidos imóveis, máquinas, equipamentos, e garantias bancárias no montante total de R\$ 878.162. Para os financiamentos das controladas, as garantias foram constituídas por fiança ou aval da Controladora, totalizando o montante de R\$ 176.459 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 185.616 em 31 de dezembro de 2011).

20.6. Cláusulas restritivas

Os contratos de financiamentos de longo prazo estão sujeitos a cláusulas restritivas, em linha com as práticas usuais de mercado, que estabelecem controle sobre o grau de alavancagem obtido da relação endividamento líquido/EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), bem como limites para a cobertura do serviço da dívida obtido da relação EBITDA/despesa financeira líquida. Incluem, também, restrições normais sobre criação de novos gravames sobre bens do ativo, mudanças significativas no controle acionário da Companhia, venda de bens do ativo e pagamento de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório por lei em casos de inadimplência nos financiamentos e nas transações com empresas controladas. Em 31 de dezembro de 2012, a Controladora e as controladas estavam totalmente adimplentes com as cláusulas restritivas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Provisões relacionadas com folha de pagamento (i)	207.575	223.362	273.850	274.777
Demais contas a pagar (ii)	37.046	32.781	81.876	85.790
Programa de participação dos empregados nos lucros (Nota 34)	60.314	49.455	73.827	62.590
Obrigações contratuais (iii)	-	-	63.979	55.449
Concessões comerciais	44.991	7.252	44.991	7.252
Seguros	23.927	12.028	24.021	12.057
Caução	-	-	13.962	12.851
Materiais faltantes (iv)	11.493	2.797	11.493	2.797
Créditos financeiros (v)	-	-	1.910	2.633
	385.346	327.675	589.909	516.196
Circulante	385.346	317.209	567.278	489.892
Não Circulante	-	10.466	22.631	26.304

- (i) Referem-se basicamente a valores com provisão de férias e seus respectivos encargos registrados nas demonstrações financeiras na linha de contas a pagar.
- (ii) Representam, basicamente, despesas incorridas na data do balanço patrimonial, cujos pagamentos ocorrem no mês subsequente.
- (iii) Representam substancialmente valores registrados para fazer face aos custos de manutenção de aeronaves alugadas por meio de arrendamento operacional.
- (iv) Referem-se aos acessórios ou componentes a serem instalados em aeronaves entregues, consoante termos contratuais.
- (v) Representam valores provisionados para compensar clientes por certos custos de financiamentos.

22. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Em dólar	1.498.542	1.498.385	1.778.393	1.731.034
Em real	251.385	269.969	269.959	276.199
	1.749.927	1.768.354	2.048.352	2.007.233
Circulante	1.544.757	1.366.965	1.843.182	1.605.844
Não Circulante	205.170	401.389	205.170	401.389

23. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

A Companhia está questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da instituição, da base de cálculo e sua expansão, bem como das majorações de alíquotas de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos efetuados em exercícios anteriores. A Companhia, por meio de processos administrativos e judiciais, obteve liminares e medidas congêneres para não recolher ou compensar pagamentos de impostos, encargos e contribuições sociais. Os valores de tributos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados com base na variação da SELIC até que se obtenha uma decisão final e definitiva.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contribuição Social (i)	468.477	461.014	481.537	469.113
INSS (ii)	259.179	250.817	263.821	255.827
IRRF	36.691	30.145	39.785	33.113
Outros	19.307	16.503	32.429	25.549
FGTS	13.947	12.972	14.632	13.525
PIS e COFINS (iii)	10.050	9.930	10.226	10.506
Parcelamentos de tributos (iv)	3.508	81.377	6.487	85.262
	811.159	862.758	848.917	892.895
Circulante	97.849	140.731	133.655	167.304
Não Circulante	713.310	722.027	715.262	725.591

(i) A Companhia está pleiteando o reconhecimento da imunidade constitucional da contribuição social sobre exportações. Com relação à contribuição social sobre exportações, o processo encontra-se no Supremo Tribunal Federal, aguardando julgamento do Recurso Extraordinário, ao qual foi atribuído efeito suspensivo em favor da Companhia. Do montante envolvido em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 459.362 (Controladora e Consolidado), foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 192.810, os quais estão apresentados na rubrica outros ativos (Nota 13).

(ii) Corresponde substancialmente à majoração da alíquota do seguro de acidente do trabalho (SAT). A Companhia questiona a legalidade e ausência de critérios técnicos para fixação das alíquotas das referidas contribuições desde 1995, cujos valores encontram-se com exigibilidade suspensa por força de sentença de primeira instância em ação ordinária. O montante envolvido nesse processo é de R\$ 177.531 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 170.750 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia também ajuizou ação declaratória pelo rito ordinário com pedido de tutela antecipada, buscando o afastamento das normas que regulamentaram o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), tendo como fundamento a violação direta ao artigo 10 da Lei n.º 10.666/2003, que trata da metodologia de cálculo do tributo.

A tutela antecipada foi deferida em março de 2011, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, revogada em setembro de 2012. A Companhia procedeu ao depósito judicial nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional, mantendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP anos 2010 e 2011 no valor de R\$ 20.890.

Referente ao ano de 2012, os valores envolvidos permanecem suspensos por força da interposição de recurso administrativo que discute índices de composição do Fator Acidentário de Prevenção. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 30.778, que permanece provisionado.

Adicionalmente, em 18 de fevereiro de 2009, a Companhia ingressou com ação judicial para questionar a incidência de contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado. Por força de sentença de primeiro grau, os valores relativos ao aviso prévio indenizado foram excluídos da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal e provisionados, até o êxito definitivo na demanda judicial. O processo foi julgado favoravelmente à Companhia no Tribunal Regional Federal da 3ª Região e aguarda julgamento do recurso interposto pela União. O montante envolvido neste processo é de R\$ 15.148 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 15.087 em 31 de dezembro de 2011) na Controladora, R\$ 15.275 (R\$ 15.336 em 31 de dezembro de 2011) no Consolidado.

(iii) Referem-se às contribuições ao Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público (PASEP). A discussão, envolvendo a base de cálculo do sistema não-cumulativo, foi incluída nos termos da Lei n.º 11.941/09, com a consequente desistência da ação e a Companhia prossegue discutindo critérios de aplicação dos benefícios do parcelamento no âmbito da discussão judicial. A outra ação, discute a inclusão da variação cambial na base de cálculo do PASEP. O montante envolvido no processo é de R\$ 9.748.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) O parcelamento instituído pela Lei 11.941, cuja Companhia aderiu em maio de 2011, foi quitado, em decorrência de compensação de ofício com créditos de outros tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com relação às questões em discussão judicial acima mencionadas, as provisões remanescentes serão mantidas até que haja um desfecho final e não seja cabível mais nenhum recurso.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Face à base tributária dos ativos e passivos da Controladora ser mantida em real por seu valor histórico e a base contábil em dólar (moeda funcional), as flutuações na taxa de câmbio impactaram a base tributária e, as consequentes despesas/receitas de imposto de renda diferido foram registradas no resultado.

A Companhia, fundamentada na expectativa provável de geração de lucros tributáveis, registrou em suas demonstrações financeiras o ativo fiscal diferido representado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição.

Os créditos decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões não dedutíveis, representados principalmente por provisões de contingências trabalhistas, provisões e tributos em discussão judicial, serão realizados à medida que os processos correspondentes forem concluídos.

24.1. Impostos diferidos

Os componentes de impostos ativos e passivos diferidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Despesas/Receitas temporariamente não dedutíveis/tributáveis	(2.159)	59.000	(57.159)	(95.862)	136.350	(4.880)
Prejuízos fiscais a compensar/Créditos não reconhecidos	-	4.918	6.017	63.320	9.519	9.478
Diferenças entre as bases: contábil x fiscal						
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária dos itens não monetários	(64.798)	49.864	267.844	(66.604)	56.069	280.379
Provisão de garantia financeira, lucro não realizado e provisão de plano de saúde	150.968	120.888	130.911	117.995	68.002	73.105
Diferença de prática relacionada a ativo imobilizado	(50.328)	(40.661)	29.890	(52.754)	(42.164)	30.479
Demais diferenças de práticas contábeis	(44.442)	(101.056)	(181.200)	6.018	(147.269)	(175.809)
Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos	(10.759)	92.953	196.303	(27.887)	80.507	212.752
Total do IR e CSLL diferido ativo	-	92.953	196.303	26.332	123.601	231.750
Total do IR e CSLL diferido passivo	(10.759)	-	-	(54.219)	(43.094)	(18.998)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a movimentação dos impostos diferidos que afetaram o resultado:

	Controladora			Consolidado		
	Exercício	Abrangente	Total	Exercício	Abrangente	Total
Saldos em 31.12.2009	308.910	(41.184)	267.726	321.477	(50.769)	270.708
Despesas/Receitas temporariamente não dedutíveis/tributáveis	(6.239)	-	(6.239)	(4.265)	-	(4.265)
Prejuízos fiscais a compensar/Créditos não reconhecidos	(6.005)	-	(6.005)	(8.644)	-	(8.644)
Diferenças entre as bases: contábil x fiscal						
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária dos itens não monetários	(20.135)	-	(20.135)	(16.947)	-	(16.947)
Provisão de garantia financeira, lucro não realizado e provisão de plano de saúde	(11.298)	-	(11.298)	(10.534)	-	(10.534)
Diferença de prática relacionada a ativo imobilizado	(3.398)	-	(3.398)	(3.398)	-	(3.398)
Demais diferenças de práticas contábeis	(26.895)	2.547	(24.348)	(11.265)	(2.903)	(14.168)
Saldos em 31.12.2010	234.940	(38.637)	196.303	266.424	(53.672)	212.752
Despesas/Receitas temporariamente não dedutíveis/tributáveis	148.664	-	148.664	183.836	-	183.836
Prejuízos fiscais a compensar/Créditos não reconhecidos	(1.098)	-	(1.098)	(10.059)	-	(10.059)
Diferenças entre as bases: contábil x fiscal						
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária dos itens não monetários	(225.132)	-	(225.132)	(231.462)	-	(231.462)
Provisão de garantia financeira, lucro não realizado e provisão de plano de saúde	(95.926)	-	(95.926)	(97.549)	-	(97.549)
Diferença de prática relacionada a ativo imobilizado	(10.770)	-	(10.770)	(12.451)	-	(12.451)
Demais diferenças de práticas contábeis	68.269	12.643	80.912	27.754	7.686	35.440
Saldos em 31.12.2011	118.947	(25.994)	92.953	126.493	(45.986)	80.507
Despesas/Receitas temporariamente não dedutíveis/tributáveis	(61.159)	-	(61.159)	(232.212)	-	(232.212)
Prejuízos fiscais a compensar/Créditos não reconhecidos	(4.918)	-	(4.918)	53.801	-	53.801
Diferenças entre as bases: contábil x fiscal						
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária dos itens não monetários	(114.662)	-	(114.662)	(122.672)	-	(122.672)
Provisão de garantia financeira, lucro não realizado e provisão de plano de saúde	(6.027)	36.107	30.080	60.283	(39.264)	21.019
Diferença de prática relacionada a ativo imobilizado	(9.667)	-	(9.667)	(10.590)	-	(10.590)
Demais diferenças de práticas contábeis	62.751	(6.137)	56.614	112.635	69.625	182.260
Saldos em 31.12.2012	(14.735)	3.976	(10.759)	(12.262)	(15.625)	(27.887)

24.2. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	1.119.119	273.695	653.015	1.222.857	382.028	715.055
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas aplicáveis no Brasil - 34%	(380.500)	(93.056)	(222.025)	(415.771)	(129.890)	(243.119)
Tributação do Lucro das Controladas no Exterior	37.372	(72.876)	(2.420)	37.372	(72.876)	(2.420)
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária dos itens não monetários	(112.295)	(225.132)	(20.135)	(120.925)	(233.981)	(16.947)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	96.337	93.556	109.991	97.249	94.537	109.991
Juros sobre capital próprio	51.814	76.899	52.947	51.814	76.899	52.947
Variação cambial sobre investimento	89.155	74.808	(73.944)	89.155	74.808	(73.944)
Efeito da moeda funcional sobre as contas de resultado	(99.420)	39.164	30.342	(99.371)	29.170	24.049
Equivalência patrimonial	(75.926)	11.751	10.149	-	-	-
Ganho ou perda na participação acionária	(985)	-	-	(985)	-	-
Créditos fiscais (reconhecidos e não reconhecidos) e diferença de alíquota	-	-	-	(118.908)	(31.166)	(15.601)
Outras diferença entre base societária e fiscal	(18.080)	223	63.467	(31.761)	1.943	81.260
Outros	(8.799)	(22.735)	(27.795)	(11.718)	(20.218)	(31.093)
	(40.827)	(24.342)	142.602	(108.078)	(80.884)	128.242
Despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(421.327)	(117.398)	(79.423)	(523.849)	(210.774)	(114.877)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(287.644)	(1.405)	(5.453)	(385.094)	(70.843)	(59.824)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(133.683)	(115.993)	(73.970)	(138.755)	(139.931)	(55.053)

O reconhecimento dos valores acima mencionados resultou em uma alíquota efetiva de 37,6% na Controladora e 42,8% no Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (42,9% na Controladora e 55,2% no Consolidado em 31 de dezembro de 2011).

25. GARANTIAS FINANCEIRAS E DE VALOR RESIDUAL

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Garantias financeiras	111.298	141.973	111.298	141.973
Garantias de valor residual	121.507	85.364	121.507	85.364
Contas a pagar (i)	98.731	-	528.330	-
Provisão adicional (i)	433.100	700.936	433.100	700.936
	764.636	928.273	1.194.235	928.273
Circulante	233.088	-	233.088	-
Não Circulante	531.548	928.273	961.147	928.273

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a movimentação das garantias financeiras e de valor residual para a Controladora e Consolidado:

25.1. Controladora

	Garantias financeira	Garantias de valor residual	Contas a pagar (i)	Provisão adicional (i)	Total
Saldo em 31.12.2009	253.798	14.521	-	179.340	447.659
Adições	966	-	-	-	966
Baixa	-	-	-	(45.824)	(45.824)
Marcação a mercado	-	4.674	-	-	4.674
Apropriação ao resultado	(27.290)	-	-	-	(27.290)
Ajuste de conversão	(6.943)	(729)	-	(6.718)	(14.390)
Saldo em 31.12.2010	220.531	18.466	-	126.798	365.795
Adições	-	-	-	666.519	666.519
Baixa	-	-	-	(38.819)	(38.819)
Reversão	(77.426)	-	-	(77.149)	(154.575)
Transferências	-	-	105.369	(105.369)	-
Marcação a mercado	-	63.117	-	-	63.117
Apropriação ao resultado	(24.592)	-	-	-	(24.592)
Ajuste de conversão	23.460	3.781	-	23.587	50.828
Saldo em 31.12.2011	141.973	85.364	105.369	595.567	928.273
Adições	-	-	-	12.274	12.274
Baixa	-	-	(15.129)	(118.686)	(133.815)
Reversão	-	-	-	(107.012)	(107.012)
Marcação a mercado	-	25.640	-	-	25.640
Apropriação ao resultado	(42.990)	-	-	-	(42.990)
Ajuste de conversão	12.315	10.503	8.492	50.956	82.266
Saldo em 31.12.2012	111.298	121.507	98.732	433.099	764.636

25.2. Consolidado

	Garantias financeiras	Garantias de valor residual	Contas a pagar (i)	Provisão adicional (i)	Total
Saldo em 31.12.2009	253.798	14.521	-	179.340	447.659
Adições	966	-	-	-	966
Baixa	-	-	-	(45.824)	(45.824)
Marcação a mercado	-	4.674	-	-	4.674
Apropriação ao resultado	(27.290)	-	-	-	(27.290)
Ajuste de conversão	(6.943)	(729)	-	(6.718)	(14.390)
Saldo em 31.12.2010	220.531	18.466	-	126.798	365.795
Adições	-	-	-	666.519	666.519
Baixa	-	-	-	(38.819)	(38.819)
Reversão	(77.426)	-	-	(77.149)	(154.575)
Transferência	-	-	105.369	(105.369)	-
Marcação a mercado	-	63.117	-	-	63.117
Apropriação ao resultado	(24.592)	-	-	-	(24.592)
Ajuste de conversão	23.460	3.781	-	23.587	50.828
Saldo em 31.12.2011	141.973	85.364	105.369	595.567	928.273
Adições	-	-	439.353	12.274	451.627
Baixa	-	-	(17.665)	(118.686)	(136.351)
Reversão	-	-	-	(107.012)	(107.012)
Marcação a mercado	-	25.640	-	-	25.640
Apropriação ao resultado	(42.990)	-	-	-	(42.990)
Ajuste de conversão	12.315	10.503	1.273	50.957	75.048
Saldo em 31.12.2012	111.298	121.507	528.330	433.100	1.194.235

(i) Contas a pagar e provisão adicional

- Mesa – Refere-se a contas a pagar constituído por conta de garantias financeiras oferecidas ao agente financiador de operações realizadas com a MESA AirGroup, que entrou com pedido de concordata (*Chapter 11*) em 2010. As garantias financeiras relativas a 36 aeronaves ERJ 145 adquiridas pela MESA foram exercidas e a Companhia realizou os respectivos pagamentos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- American Airlines – Em 2011 em decorrência do pedido de concordata (Chapter 11) do cliente American Airlines a Companhia constituiu provisão adicional de R\$ 595.567 para cobrir perdas relativas às suas obrigações com garantias financeiras e de valor residual oferecidas ao agente financiador para 216 aeronaves (ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145). Durante o exercício de 2012, até que a Corte Americana se manifestasse com relação à proposta de reestruturação da American Airlines, foram efetuados pagamentos de R\$ 118.686 pela Companhia ao agente financiador, os quais foram baixados da provisão adicional. Em 31 de dezembro de 2012 a provisão adicional remanescente para cobrir perdas relativas às suas obrigações com garantias financeiras e de valor residual era de R\$ 433.100. Em 08 de setembro de 2012 ocorreu o arquivamento da proposta de reestruturação da American Airlines com a Corte americana, a qual aprovou as condições propostas nas negociações. Como resultado da aprovação e formalização dos acordos firmados entre as partes, a Companhia adquiriu determinados ativos da American Airlines que foram registrados em contrapartida as obrigações assumidas no contas a pagar no valor de R\$ 339.425.
- Chautauqua – Refere-se à negociação realizada com a Chautauqua Airlines Inc., uma subsidiária da Republic Airways Holdings Inc., para reestruturação de suas operações financeiras. A Chautauqua opera aeronaves da família ERJ 145 que foram financiadas por meio de financiamentos ou arrendamentos operacionais, quando na ocasião a Embraer forneceu garantias financeiras para determinadas aeronaves aos agentes financiadores. A Companhia acredita que a negociação proporcionou resultados mais favoráveis às partes, reduzindo a utilização das garantias financeiras concedidas originalmente pela Embraer. Os contratos foram firmados em 29 de Outubro de 2012 quando a Companhia reconheceu esses compromissos a pagar na sua demonstração financeira. Como parte da negociação a Companhia realizará pagamentos aos agentes financiadores dessas aeronaves ao longo do tempo e com o direito de adquirir certos ativos no final do financiamento.

26. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

26.1. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Garantia de produtos (i)	211.206	205.699	225.937	217.128
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis (ii)	112.501	130.278	128.272	136.315
Obrigação de benefícios pós-emprego (Nota 27)	115.895	-	125.388	8.262
Outras (iii)	16.342	2.255	50.733	53.604
	<u>455.944</u>	<u>338.232</u>	<u>530.330</u>	<u>415.309</u>
Circulante	171.056	146.601	197.689	181.217
Não Circulante	284.888	191.631	332.641	234.092

- (i) Constituídas para fazer face aos gastos relacionados a produtos, incluindo garantias e obrigações contratuais para implementação de melhorias em aeronaves entregues com a finalidade de assegurar o atingimento de indicadores de desempenho.
- (ii) Provisões de natureza trabalhista, fiscal ou cível, segregadas conforme quadro a seguir.
- (iii) Refere-se principalmente ao passivo contingente de R\$ 23.386 reconhecido em outras provisões em 2011 quando a Companhia, por meio de sua subsidiária Embraer Defesa e Segurança Participações, adquiriu a controlada em conjunto Atech e a controlada Orbisat.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais				
Contribuições previdenciárias (i)	24.573	23.804	24.573	23.815
FUNDAF (ii)	11.336	11.074	14.866	12.378
Impostos de importação (iii)	5.544	5.393	5.544	5.393
CIDE (iv)	3.807	5.089	3.807	5.089
Contrib terceiros (v)	19.344	18.072	19.344	18.751
PIS/COFINS (vi)	22.968	-	22.968	-
Outras	-	-	10.817	1.630
Total Fiscais	87.572	63.432	101.919	67.056
Trabalhistas				
Plurimas 461/1379 (vii)	4.039	4.536	4.040	4.536
Reintegração (viii)	9.518	25.635	9.518	25.635
Indenização (ix)	4.315	12.527	4.315	12.527
Terceiros	371	4.920	449	4.920
Outras	4.278	17.949	5.623	20.362
Total Trabalhistas	22.521	65.567	23.945	67.980
Cíveis				
Indenização (x)	2.408	1.279	2.408	1.279
Total Cíveis	2.408	1.279	2.408	1.279
	112.501	130.278	128.272	136.315
Circulante	30.427	27.731	39.893	28.738
Não Circulante	82.074	102.547	88.379	107.577

(i) A Companhia foi notificada pelas autoridades pela não retenção da contribuição previdenciária de prestadores de serviços. Os processos encontram-se na 2ª instância da esfera judicial. Além desses processos, a Companhia foi notificada para recolhimento de adicionais de riscos ambientais do trabalho. Esse processo encontra-se na 1ª instância da esfera judicial.

(ii) Em março de 2005, foi lavrado Auto de infração e Imposição de Multa (AIIM), contra a Companhia, exigindo o recolhimento da contribuição do Fundo de Modernização da Administração Fazendária (FUNDAF). Em decorrência do lançamento, a Companhia ajuizou na 1ª Instância da esfera judicial, Ação Anulatória de Débito Fiscal, que foi julgada parcialmente favorável a Companhia. O processo se encontra em 2ª instância judicial, para apreciação da Apelação e do Recurso de Ofício.

(iii) Trata-se de (AIIM) lavrado em decorrência de pretensa violação do prazo para cumprimento do *drawback* e divergências quanto à classificação fiscal de produtos. Esses processos encontram-se na 2ª e 1ª instâncias da esfera judicial, respectivamente.

(iv) A Companhia, de janeiro a setembro de 2002, procedeu ao recolhimento da CIDE sobre “*royalties*”, serviços técnicos e assistência técnica, sem o reajuste da base de cálculo. A Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a proceder ao pagamento da diferença da base reajustada do período em epígrafe. Em 17/07/2012 a Companhia tomou ciência da decisão parcialmente procedente em 1ª instância administrativa, onde foi reconhecida a decadência dos débitos tributários de CIDE-*Royalties* referentes ao período de 01/01/2002 a 28/02/2002, revertendo parte do valor provisionado. Foi apresentado recurso voluntário no processo administrativo, no tocante a parte julgada improcedente, que se encontra no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) para apreciação.

(v) A Companhia questiona judicialmente enquadramento de Fundo da Previdência e Assistência Social (FPAS) alterado por meio de instrução normativa que gerou o aumento da carga tributária incidente sobre a folha de pagamento. A ação ordinária corre na Justiça Federal de São José dos Campos e a Companhia aguarda sentença de primeira instância.

(vi) A Companhia apurou créditos das contribuições correspondentes ao item em determinadas operações. A Companhia aguarda a conclusão do processo administrativo para avaliação das providências juridicamente cabíveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) Referem-se a solicitações de reajustes salariais retroativos e pagamento de produtividade sobre salário, feitas por ex-empregados.

(viii) São processos movidos por ex-empregados que requerem sua reintegração na Companhia.

(ix) Tratam-se de requerimentos de indenizações ligadas a supostos acidentes de trabalho, danos morais, entre outros.

(x) São requerimentos de indenizações diversas, movidos por pessoas ou empresas que mantiveram alguma relação jurídica com a Companhia.

As provisões fiscais, trabalhistas e cíveis são constituídas de acordo com a política contábil da Companhia (item 2.2.26) e os valores aqui refletidos representam a estimativa dos valores que o departamento jurídico da Companhia, juntamente com seus consultores externos, espera que tenham que ser desembolsados para liquidar os processos. A linha de "Outras", presente em cada uma das categorias, é geralmente composta por processos e operações que divergem das categorias principais e não são significativas.

Movimentação das provisões:

	Controladora					Total
	Garantia de produtos	Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	Obrigação de benefícios pós-emprego	Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas	Outras	
Saldo em 31.12.2009	202.493	101.051	-	1.379	9.530	314.453
Adições	113.156	11.536	16.000	766	13.426	154.884
Juros	-	9.473	-	-	-	9.473
Atualização monetária	-	896	-	-	-	896
Baixas	(88.646)	(841)	-	-	(7.998)	(97.485)
Reversão	(15.431)	-	-	-	(3.070)	(18.501)
Ajuste de conversão	(8.091)	(1)	-	(1.556)	(1.404)	(11.052)
Saldo em 31.12.2010	203.481	122.114	16.000	589	10.484	352.668
Adições	557.013	28.794	-	1.111	7.662	594.580
Juros	-	16.668	-	-	-	16.668
Atualização monetária	-	994	-	-	-	994
Baixas	(543.341)	(6.910)	-	-	(15.891)	(566.142)
Reversão	(35.321)	(31.293)	(16.000)	(1.729)	-	(84.343)
Ajuste de conversão	23.867	(89)	-	29	-	23.807
Saldo em 31.12.2011	205.699	130.278	-	-	2.255	338.232
Adições	158.034	28.494	115.894	-	22.097	324.519
Juros	-	6.246	-	-	-	6.246
Atualização monetária	-	68	-	-	-	68
Baixas	(131.267)	(20.282)	-	-	(7.986)	(159.535)
Reversão	(39.158)	(32.301)	-	-	-	(71.459)
Ajuste de conversão	17.898	(2)	1	-	(24)	17.873
Saldo em 31.12.2012	211.206	112.501	115.895	-	16.342	455.944

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Garantia de produtos	Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	Obrigação de benefícios pós-emprego	Outras	Total
Saldo em 31.12.2009	212.718	105.831	5.914	32.785	357.248
Adições	115.421	12.888	17.053	23.967	169.329
Juros	-	9.655	-	-	9.655
Baixas	(90.192)	(1.881)	-	(7.998)	(100.071)
Reversão	(15.431)	-	-	(13.251)	(28.682)
Ajuste de conversão	(8.038)	1.538	(309)	(3.204)	(10.013)
Saldo em 31.12.2010	214.478	128.031	22.658	32.299	397.466
Adições	648.059	29.805	2.489	36.723	717.076
Juros	-	16.586	-	-	16.586
Atualização monetária	-	1.323	-	-	1.323
Baixas	(543.341)	(7.899)	(372)	(15.408)	(567.020)
Reversão	(126.512)	(31.613)	(16.000)	-	(174.125)
Ajuste de conversão	24.444	82	(513)	(10)	24.003
Saldo em 31.12.2011	217.128	136.315	8.262	53.604	415.309
Adições	164.218	41.058	116.672	48.175	370.123
Juros	-	6.296	-	-	6.296
Atualização monetária	-	395	-	-	395
Baixas	(132.669)	(23.650)	(348)	(51.046)	(207.713)
Reversão	(40.998)	(32.157)	-	-	(73.155)
Ajuste de conversão	18.258	15	802	-	19.075
Saldo em 31.12.2012	225.937	128.272	125.388	50.733	530.330

26.2. Passivos contingentes

Os passivos contingentes são os valores, de acordo com a política contábil da Companhia (2.2.26), com classificação de probabilidade de perda "possível", de acordo com a opinião do departamento jurídico da Companhia, apoiado por seus consultores externos. Quando o passivo contingente surge do mesmo conjunto de circunstâncias que uma provisão existente, é feita uma indicação, ao final de sua descrição, da classe de provisões correspondente. Seguem abaixo todos os passivos contingentes que a Companhia possui:

- Em razão de autos de infração, lavrados pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2010 e junho de 2011, a Companhia discute a base de cálculo e alíquotas de tributos incidentes sobre determinadas e específicas remessas para o exterior e ainda, a contabilização e o reconhecimento de indenização recebida em razão de distrato contratual. O valor total envolvido em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 313.845. A Companhia apresentou recurso voluntário no CARF dentro do prazo legal para ambos e aguarda apreciação.
- Em setembro de 2010, recebemos intimação (subpoena) da SEC com pedido de informações a respeito de certas transações relativas à venda de aeronaves no exterior. Em resposta à intimação (subpoena) da SEC e outros pedidos de informações relacionadas à possibilidade de não conformidade com a lei americana de práticas estrangeiras de corrupção (*Foreign Corrupt Practices Act – FCPA*), a Companhia contratou advogados externos para realizar investigação interna em operações realizadas em três países específicos. Além disso, a Companhia voluntariamente expandiu o escopo da investigação interna para incluir dois países adicionais e reportou sobre esses fatos. A investigação permanece em andamento e a Companhia, por meio dos advogados externos, continua a cooperar integralmente com a SEC e o DoJ, que são as autoridades responsáveis por apurar essa questão. A Companhia, com o apoio dos advogados externos, concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, ainda não é possível estimar a duração, o escopo ou os resultados da investigação interna ou da apuração pelas autoridades governamentais. Caso as autoridades tomem medidas contra a Companhia ou caso as partes celebrem acordo, podemos ser obrigados a pagar multas substanciais e/ou incorrer em outras sanções. A Companhia, com base no parecer dos advogados externos, acredita que, em 31 de dezembro de 2012, não existe base para estimar provisões ou quantificar possíveis contingências.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- A Companhia possui passivos contingentes relacionados a processos trabalhistas diversos que perfazem o montante de R\$ 24.696.

27. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Plano de benefícios médicos Brasil	115.895	-	116.397	-
Plano de benefícios médicos subsidiárias	-	-	8.991	8.262
Obrigações com benefícios pós-emprego	115.895	-	125.388	8.262

27.1. Benefícios de plano de pensão – Contribuição definida

A Companhia e algumas subsidiárias patrocinam um plano de contribuição definida para seus empregados, na qual a participação é opcional. As contribuições da Companhia para o plano em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram de R\$ 54.306 e R\$ 47.481, respectivamente.

27.2. Benefícios médicos pós-emprego – Brasil

A Controladora e a sua subsidiária integral ELEB Equipamentos alteraram em 2012 seu plano de assistência médica para os empregados que, dada as suas condições se caracteriza como um benefício pós-emprego. Dentro deste plano médico é concedido aos empregados que se aposentarem na Companhia a opção de permanecer no plano médico contribuindo com o custo integral do benefício cobrado pela seguradora, porém, devido a regras de reajustes previstas na legislação brasileira, em alguns momentos a contribuição realizada pelos aposentados pode não ser suficiente para cobrir as despesas do plano médico e desta forma representar uma exposição para a Companhia.

Anualmente são realizados estudos atuariais para identificar a exposição futura a ser registrada como provisão. A provisão constituída em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 116.365, sendo que em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía provisão a ser constituída.

Os métodos atuariais adotados atendem os pronunciamentos contábeis vigentes, seguindo o método atuarial *Projected Unit Credit* (PUC).

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial para este plano de benefícios são:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2012	31.12.2012
Valor presente do benefício	(115.895)	(116.397)
Passivo total reconhecido	(115.895)	(116.397)

Principais premissas utilizadas na mensuração:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2012	31.12.2012
	%	%
Taxa de desconto média	9,5	9,5
Taxa de crescimento dos custos médicos inicial	11,2	11,2
Taxa de crescimento dos custos médicos final	6,2	6,2

27.3. Benefícios médicos pós-emprego – subsidiárias

A EAH patrocina um plano médico pós-emprego que em 2007 foi modificado e a partir dessa data os empregados contratados não possuem esse benefício. Os custos esperados de pensão e prestação de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

benefício médico pós-emprego para os empregados beneficiários e seus dependentes são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações de benefícios - no início do exercício	10.278	7.648
Custo dos juros	651	597
Perda atuarial	1.580	1.450
Benefícios pagos aos participantes	(412)	(379)
Ajuste de conversão	(981)	962
Obrigações do benefício - no fim do exercício	<u>11.116</u>	<u>10.278</u>

As mudanças nos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são as seguintes:

	31.12.2012	31.12.2011
Valor justo dos ativos do plano - no início do exercício	2.016	2.458
Retorno do investimento do plano	276	(63)
Benefícios pagos aos participantes	(348)	(379)
Ajuste de conversão	181	-
Valor justo dos ativos do plano - no fim do exercício	<u>2.125</u>	<u>2.016</u>

O valor justo dos ativos do plano é medido baseado nos *inputs* de Nível 1 de acordo com a norma contábil sobre medições de valor justo. Não houve alteração desde o ano anterior nas técnicas de valorização e níveis de *inputs*. Os custos líquidos de benefícios pré-pagos (provisionados) estão resumidos conforme segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Custo provisionado - Grau de suficiência financeira	(8.991)	(8.262)
	<u>(8.991)</u>	<u>(8.262)</u>

As principais premissas atuariais utilizadas estão abaixo:

	31.12.2012	31.12.2011
	%	
Taxa de desconto média	4,50	5,25
Custo líquido do benefício periódico	3,75	4,50
Taxa de rendimento esperada sobre ativos	7,75	7,75
Taxa de aumento de remuneração	5,50	5,50

Os componentes dos custos líquidos dos benefícios periódicos foram os seguintes:

	31.12.2012	31.12.2011
Custo do serviço	(119)	(125)
Custo dos juros	(447)	(473)
Taxa de rendimento esperada sobre ativos	152	172
Amortização do custo do serviço passado	46	417
Amortização das perdas	(236)	(218)
Custo líquido dos benefícios periódicos (benefícios)	<u>(604)</u>	<u>(227)</u>
Benefício líquido	<u>(604)</u>	<u>(227)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo líquido de benefícios está incluído nas despesas comerciais e nas despesas administrativas. A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012 e 2011 era conforme segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Fundos mútuos investidos principalmente em ações	80%	68%
Fundos mútuos investidos principalmente em bônus	19%	31%
Outros caixas	1%	1%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Os seguintes pagamentos de benefícios, que refletem serviços futuros previstos, deverão ser efetuados aos participantes de acordo com o plano de saúde pós-emprego:

2013	489
2014	471
2015	465
2016	478
2017	518
2018 - 2022	2.801
	<u>5.222</u>

Para fins de quantificação, foi assumida uma taxa anual de crescimento de 7% no custo por pessoa de benefícios médicos cobertos. Está prevista redução da taxa para 5% em 2012. A tendência de taxas do custo de assistência médica tem um efeito significativo nos montantes reportados para o plano de saúde pós-emprego. Uma mudança de 1% nas taxas de custo de assistência médica assumidos não produziria efeitos relevantes das demonstrações financeiras.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Instrumentos Financeiros por categoria

28.1.1. Controladora

31.12.2012				
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	2.587.748	-
Contas a receber de sociedades controladas		1.740.480	-	-
Investimentos financeiros	6	-	1.081.035	-
Contas a receber de clientes, líquidas	7	394.868	-	-
Financiamento a clientes	9	141.684	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	3.711	-
		<u>2.277.032</u>	<u>3.672.494</u>	<u>-</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	3.934.471
Fornecedores e outras obrigações		-	-	1.804.926
Garantias financeiras e de valor residual	25	-	203.664	560.972
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	381	-
		<u>-</u>	<u>204.045</u>	<u>6.300.369</u>
				<u>6.504.414</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.12.2011					
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	1.609.030	-	1.609.030
Contas a receber de sociedades controladas		1.300.287	-	-	1.300.287
Investimentos financeiros	6	-	1.250.803	-	1.250.803
Contas a receber de clientes, líquidas	7	330.225	-	-	330.225
Financiamento a clientes	9	136.135	-	-	136.135
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	4.041	-	4.041
		<u>1.766.647</u>	<u>2.863.874</u>	<u>-</u>	<u>4.630.521</u>
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	2.826.889	2.826.889
Fornecedores e outras obrigações		-	-	1.278.622	1.278.622
Garantias financeiras e de valor residual	25	-	224.233	704.040	928.273
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	324	-	324
Obrigações de arrendamento financeiro	20	-	-	81	81
		<u>-</u>	<u>224.557</u>	<u>4.809.632</u>	<u>5.034.189</u>

28.1.2. Consolidado

31.12.2012							
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Investimentos mantidos até o vencimento	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	3.680.733	-	-	-	3.680.733
Investimentos financeiros	6	-	1.128.488	61.001	96.931	-	1.286.420
Contas a receber vinculadas	10	870.427	-	-	-	-	870.427
Contas a receber de clientes, líquidas	7	1.101.643	-	-	-	-	1.101.643
Financiamento a clientes	9	224.022	-	-	-	-	224.022
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	73.711	-	-	-	73.711
		<u>2.196.092</u>	<u>4.882.932</u>	<u>61.001</u>	<u>96.931</u>	<u>-</u>	<u>7.236.956</u>
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	-	4.219.196	4.219.196
Fornecedores e outras obrigações		-	-	-	-	2.958.552	2.958.552
Garantias financeiras e de valor residual	25	-	203.664	-	-	990.571	1.194.235
Obrigações de arrendamento financeiro	20	-	-	-	-	3.567	3.567
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	1.842	-	-	-	1.842
		<u>-</u>	<u>205.506</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.171.886</u>	<u>8.377.392</u>

31.12.2011							
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Investimentos mantidos até o vencimento	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	2.532.671	-	-	-	2.532.671
Investimentos financeiros	6	-	1.403.301	15.620	97.274	-	1.516.195
Contas a receber vinculadas	10	914.689	-	-	-	-	914.689
Contas a receber de clientes, líquidas	7	949.187	-	-	-	-	949.187
Financiamento a clientes	9	191.875	-	-	-	-	191.875
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	58.035	-	-	-	58.035
		<u>2.055.751</u>	<u>3.994.007</u>	<u>15.620</u>	<u>97.274</u>	<u>-</u>	<u>6.162.652</u>
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	-	3.104.731	3.104.731
Fornecedores e outras obrigações		-	-	-	-	2.603.291	2.603.291
Garantias financeiras e de valor residual	25	-	224.233	-	-	704.040	928.273
Obrigações de arrendamento financeiro	20	-	-	-	-	5.424	5.424
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	2.227	-	-	-	2.227
		<u>-</u>	<u>226.460</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.417.486</u>	<u>6.643.946</u>

28.2. Classificação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado mediante informações disponíveis no mercado e com a aplicação de metodologias que a Companhia julga apropriada para melhor avaliar cada tipo de instrumento, sendo necessária a utilização de considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para se produzir a mais adequada estimativa do valor justo. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados de realização.

Os métodos abaixo foram utilizados para estimar o valor justo de cada classe de instrumento financeiro para os quais é praticável estimar-se valor justo.

Os valores contábeis do caixa, equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber, outros ativos financeiros e passivo circulante se aproximam do valor justo. O valor justo dos títulos mantidos até o vencimento é estimado pela metodologia de fluxo de caixa. O valor justo das dívidas de longo prazo é baseado no valor de seus fluxos de caixa contratuais. A taxa de desconto utilizada, quando aplicável, é baseada na curva futura de mercado para o fluxo de cada obrigação.

A Companhia considera “valor justo” como sendo o preço que seria recebido para vender um ativo, ou pago para liquidar um passivo, em uma transação normal entre participantes do mercado na data de medição (preço de saída). A Companhia emprega dados ou premissas de mercado que outros participantes do mercado utilizariam para determinar o preço do ativo ou passivo em questão, inclusive premissas sobre risco e os riscos inerentes nas fontes usadas na técnica de valorização. A Companhia aplica principalmente o método de mercado para valorizações recorrentes de valor justo e procura utilizar as melhores informações disponíveis. Neste sentido, a Companhia usa técnicas de valorização que maximizem o uso de fontes de informações observáveis e minimizem o uso de fontes de informações não observáveis. A Companhia classifica hierarquicamente os saldos conforme a qualidade das fontes utilizadas para gerar os preços dos valores justos. A hierarquia é composta por três níveis de valor justo conforme segue:

- **Nível 1** - preços cotados estão disponíveis em mercados com liquidez elevada para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Mercados com liquidez elevada são aqueles nos quais transações para o ativo ou passivo em questão ocorrem com uma frequência suficiente e em volumes que permitam obter informações sobre preços a qualquer momento. O Nível 1 consiste principalmente em instrumentos financeiros tais como derivativos ações e outros ativos negociados em bolsas de valores.
- **Nível 2** – preços utilizados são outros que os preços cotados em mercados com liquidez elevada incluídos no Nível 1, porém que sejam direta ou indiretamente observáveis na data do reporte. Nível 2 inclui instrumentos financeiros valorizados utilizando algum tipo de modelagem ou de outra metodologia de valorização. Estes são modelos padronizados de mercado que são amplamente utilizados por outros participantes, que consideram diversas premissas, inclusive preços futuros de *commodities*, valores no tempo, fatores de volatilidade e preços atuais de mercado e contratuais para os instrumentos subjacentes, bem como quaisquer outras medições econômicas relevantes. Praticamente todas estas premissas podem ser observadas no mercado ao longo do prazo do instrumento em questão, derivados a partir de dados observáveis ou substantiadas por níveis que possam ser observados onde são executadas transações no mercado. Instrumentos que se enquadram nesta categoria incluem derivativos não negociados em bolsas tais como contratos de swap ou futuros e opções de balcão.
- **Nível 3** - as fontes de informação sobre preços utilizados incluem fontes que geralmente são menos observáveis, mas que possam partir de fontes objetivas. Estas fontes podem ser usadas junto com metodologias desenvolvidas internamente pela Companhia, que resultem na melhor estimativa da Administração de valor justo. Na data de cada balanço, a Companhia efetua uma análise de todos os instrumentos e inclui dentro da classificação de Nível 3 todos aqueles cujos valores justos estão baseados em informações geralmente não observáveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As tabelas a seguir apresentam a classificação dos níveis de hierarquia de valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia. A avaliação da Companhia sobre a significância de determinadas informações é subjetiva e poderá afetar a valorização do valor justo dos instrumentos financeiros, assim como sua classificação dentro dos níveis de hierarquia de valor justo.

28.2.1. Controladora

31.12.2012						
	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Valor justo das demais categorias de instrumentos financeiros	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3			
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	370.749	2.216.999	-	2.587.748	2.587.748	2.587.748
Investimentos financeiros	641.088	439.947	-	1.081.035	1.081.035	1.081.035
Contas a receber de sociedades controladas	-	-	-	1.740.480	1.740.480	1.740.480
Contas a receber de clientes, líquidas	-	-	-	394.868	394.868	394.868
Financiamento a clientes	-	-	-	141.684	141.684	141.684
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.711	-	3.711	3.711	3.711
	<u>1.011.837</u>	<u>2.660.657</u>	<u>-</u>	<u>2.277.032</u>	<u>5.949.526</u>	<u>5.949.526</u>
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	3.934.471	4.028.869	3.934.471
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	1.804.926	1.804.926	1.804.926
Garantias financeiras e de valor residual	-	-	203.664	560.972	764.636	764.636
Instrumentos financeiros derivativos	-	381	-	381	381	381
	<u>-</u>	<u>381</u>	<u>203.664</u>	<u>6.300.369</u>	<u>6.598.812</u>	<u>6.504.414</u>

31.12.2011						
	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Valor justo das demais categorias de instrumentos financeiros	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3			
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	149.824	1.448.916	-	1.598.740	1.598.740	1.609.030
Investimentos financeiros	1.097.151	153.652	-	1.250.803	1.250.803	1.250.803
Contas a receber de sociedades controladas	-	-	-	1.300.287	1.300.287	1.300.287
Contas a receber de clientes, líquidas	-	-	-	330.225	330.225	330.225
Financiamento a clientes	-	-	-	136.135	136.135	136.135
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.041	-	4.041	4.041	4.041
	<u>1.246.975</u>	<u>1.606.609</u>	<u>-</u>	<u>1.766.647</u>	<u>4.620.231</u>	<u>4.630.521</u>
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.826.889	2.952.213	2.826.889
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	1.278.622	1.278.622	1.278.622
Garantias financeiras e de valor residual	-	-	227.174	701.099	928.273	928.273
Instrumentos financeiros derivativos	-	324	-	324	324	324
Obrigações de arrendamento financeiro	-	-	-	81	81	81
	<u>-</u>	<u>324</u>	<u>227.174</u>	<u>4.806.691</u>	<u>5.159.513</u>	<u>5.034.189</u>

Modificações de valor justo dos passivos utilizando fontes significativas não-observáveis (Nível 3)

Saldo em 31.12.2010	18.466
Ganhos não realizado	204.927
Efeito de conversão	3.781
Saldo em 31.12.2011	227.174
Ganhos não realizado	(46.110)
Efeito de conversão	22.600
Saldo em 31.12.2012	203.664

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.2.2. Consolidado

31.12.2012							
Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				Valor justo das demais categorias de instrumentos financeiros	Valor justo	Valor contábil	
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total				
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	937.800	2.742.933	-	3.680.733	-	3.680.733	3.680.733
Investimentos financeiros	684.162	444.326	-	1.128.488	157.932	1.286.420	1.286.420
Contas a receber vinculadas	-	-	-	-	870.427	870.427	870.427
Contas a receber de clientes, líquidas	-	-	-	-	1.101.643	1.101.643	1.101.643
Financiamento a clientes	-	-	-	-	224.022	224.022	224.022
Instrumentos financeiros derivativos	-	73.711	-	73.711	-	73.711	73.711
	1.621.962	3.260.970	-	4.882.932	2.354.024	7.236.956	7.236.956
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	4.219.196	4.598.959	4.219.196
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	-	2.958.552	2.958.552	2.958.552
Garantias financeiras e de valor residual	-	-	203.664	203.664	990.571	1.194.235	1.194.235
Obrigações de arrendamento financeiro	-	-	-	-	3.567	3.567	3.567
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.842	-	1.842	-	1.842	1.842
	-	1.842	203.664	205.506	8.171.886	8.757.155	8.377.392

31.12.2011							
Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				Valor justo das demais categorias de instrumentos financeiros	Valor justo	Valor contábil	
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total				
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	267.037	2.012.842	-	2.279.879	-	2.279.879	2.532.671
Investimentos financeiros	1.249.630	169.291	-	1.418.921	97.274	1.516.195	1.516.195
Contas a receber vinculadas	-	-	-	-	914.689	914.689	914.689
Contas a receber de clientes, líquidas	-	-	-	-	949.187	949.187	949.187
Financiamento a clientes	-	-	-	-	191.875	191.875	191.875
Instrumentos financeiros derivativos	-	58.035	-	58.035	-	58.035	58.035
	1.516.667	2.240.168	-	3.756.835	2.153.025	5.909.860	6.162.652
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	3.104.731	3.251.038	3.104.731
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	-	2.603.291	2.603.291	2.603.291
Garantias financeiras e de valor residual	-	-	227.174	227.174	701.099	928.273	928.273
Obrigações de arrendamento financeiro	-	-	-	-	5.424	5.424	5.424
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.227	-	2.227	-	2.227	2.227
	-	2.227	227.174	229.401	6.414.545	6.790.253	6.643.946

	Modificações de valor justo dos ativos utilizando fontes significativas não-observáveis (Nível 3)	Modificações de valor justo dos passivos utilizando fontes significativas não-observáveis (Nível 3)
Saldo em 31.12.2010	172.336	18.466
Compra/(Venda)	(193.766)	-
Ganhos não realizado	(258)	204.927
Efeito de conversão	21.688	3.781
Saldo em 31.12.2011	-	227.174
Ganhos não realizado	-	(46.110)
Efeito de conversão	-	22.600
Saldo em 31.12.2012	-	203.664

28.3. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue uma política de gerenciamento de riscos, que orienta, em relação à contratação, e requer a diversificação das transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do risco das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração, e prevê a existência de um Comitê de Gestão Financeira. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando não têm contrapartida nas operações da Companhia e quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa. Os procedimentos de controles internos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa.

O Comitê de Gestão Financeira auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o cenário econômico e seus possíveis impactos nas operações da Companhia, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gestão financeira, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, com propósito de mitigar suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros e de câmbio, sendo vedada a utilização desse tipo de instrumento para fins especulativos.

28.3.1. Gestão de Capital

Ao administrar seu capital a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada com o objetivo de reduzir os custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia busca e monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, com o objetivo de mitigação de risco de refinanciamento e maximização do retorno ao acionista. A relação entre liquidez e o retorno ao acionista pode sofrer alterações de tempos em tempos, conforme a Administração julgar necessária.

Nesse sentido a Companhia vem mantendo ao longo do tempo saldo de caixa superior ao saldo de endividamento financeiro, bem como procura manter acesso à liquidez por meio do estabelecimento e manutenção de linha de crédito da modalidade *standby* conforme descrito na Nota 20.

A gestão de capital da Companhia pode sofrer alterações ao longo do tempo conforme mudança no cenário econômico ou por reposicionamento estratégico da Companhia.

No período findo em 31 de dezembro de 2012, a posição consolidada de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento financeiro da Companhia em R\$ 639.621 (R\$ 836.100 em 31 de dezembro de 2011) resultando, em termos líquidos, em uma estrutura de capital sem alavancagem.

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2012, 16,3% era de curto prazo (15,2% em 31 de dezembro de 2011) e o prazo médio ponderado era equivalente há 5,8 anos em 31 de dezembro de 2012 (4,8 anos em 31 de dezembro de 2011). O capital próprio representava 35,3% em 31 de dezembro de 2012 e 35,2% ao final de 2011 do passivo total.

28.3.2. Risco de crédito dos investimentos financeiros

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre as contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros com instituições financeiras.

- **Investimentos Financeiros**

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros que é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia está de acordo com a política estabelecida. O limite de crédito das contrapartes é revisado diariamente com objetivo de minimizar a concentração de riscos mitigando assim prejuízos financeiros numa eventual falência de contraparte. O Comitê de Gestão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Financeira auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar as operações realizadas com contrapartes.

- **Contas a receber**

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de peças de reposição e serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes. Quanto às contas a receber oriundas de faturamento de aeronaves, a Companhia pode incorrer em risco de crédito, enquanto a estruturação de financiamento não for finalizada. Para minimizar esse risco de crédito, a Companhia atua com instituições financeiras com o objetivo de agilizar a estruturação dos financiamentos.

Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela Administração, para a cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.

As tabelas a seguir demonstram a classificação do risco de crédito da respectiva contraparte dos instrumentos financeiros (inclusive caixa) e demais ativos financeiros mantidos pela Companhia.

a) Risco de crédito para contraparte com avaliação externa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e equivalentes de caixa	2.587.748	1.609.030	3.680.733	2.532.671
Investimentos financeiros	1.081.035	1.250.803	1.286.420	1.516.195
Instrumentos financeiros derivativos	3.711	4.041	73.711	58.035
	<u>3.672.494</u>	<u>2.863.874</u>	<u>5.040.864</u>	<u>4.106.901</u>
Contraparte com avaliação externa:				
AAA	2.604.753	2.520.779	3.088.693	3.510.344
AA	455.254	170.405	455.256	236.356
A	226.666	162.666	351.611	349.502
BBB	385.821	10.024	1.092.811	10.699
N/D (*)	-	-	52.493	-
	<u>3.672.494</u>	<u>2.863.874</u>	<u>5.040.864</u>	<u>4.106.901</u>

N/D – Não disponível: sem fonte observável para avaliação de crédito.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de crédito para contraparte sem avaliação externa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contas a receber de clientes, líquidas	394.868	330.225	1.101.643	949.187
Contas a receber vinculadas	-	-	870.427	914.689
Financiamento a clientes	141.684	136.135	224.022	191.875
Contas a receber de sociedades controladas	1.740.480	1.300.287	-	-
	2.277.032	1.766.647	2.196.092	2.055.751
Contraparte sem avaliação externa:				
Grupo 1	48.966	1.929	48.314	2.246
Grupo 2	63.703	52.093	198.215	194.287
Grupo 3	2.164.363	1.712.625	1.949.563	1.859.218
	2.277.032	1.766.647	2.196.092	2.055.751

Grupo 1 : Novos clientes (menos de um ano)
 Grupo 2 : Clientes (mais de um ano) inadimplentes
 Grupo 3 : Clientes (mais de um ano) adimplentes

28.3.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em reais e em dólares, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Companhia, dado isso possíveis descasamentos são detectados com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

As tabelas a seguir fornecem informações adicionais relativas aos passivos financeiros da Companhia e seus respectivos vencimentos.

a) Controladora

	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012					
Empréstimos e financiamentos	4.601.256	709.302	553.323	1.077.047	2.261.584
Fornecedores	1.272.598	1.272.598	-	-	-
Garantias financeiras	764.636	233.088	387.613	49.855	94.080
Outros passivos	524.624	3.265	135.263	325.905	60.191
Total	7.163.114	2.218.253	1.076.199	1.452.807	2.415.855
Em 31 de dezembro de 2011					
Empréstimos e financiamentos	3.642.973	483.270	842.958	359.400	1.957.345
Fornecedores	1.175.284	1.175.284	-	-	-
Garantias financeiras	928.273	595.141	159.789	130.709	42.634
Outros passivos	328.553	25.922	109.578	130.148	62.905
Obrigações com arrendamento financeiro	83	83	-	-	-
Total	6.075.166	2.279.700	1.112.325	620.257	2.062.884

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Consolidado

	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012					
Empréstimos e financiamentos	5.578.447	855.104	1.007.536	1.385.120	2.330.687
Fornecedores	1.550.757	1.550.757	-	-	-
Dívida com e sem direito de regresso	817.886	24.382	648.719	56.146	88.639
Garantias financeiras	1.194.235	233.088	387.613	49.855	523.679
Outros passivos	202.657	5.369	101.422	41.820	54.046
Obrigações com arrendamento financeiro	4.267	2.477	1.790	-	-
Total	9.348.249	2.671.177	2.147.080	1.532.941	2.997.051
Em 31 de dezembro de 2011					
Empréstimos e financiamentos	3.965.127	588.438	872.001	400.099	2.104.589
Fornecedores	1.556.705	1.556.705	-	-	-
Dívida com e sem direito de regresso	867.757	586.797	59.496	83.740	137.724
Garantias financeiras	928.273	595.141	159.789	130.709	42.634
Outros passivos	302.806	11.087	70.286	132.994	88.439
Obrigações com arrendamento financeiro	5.958	2.692	2.936	330	-
Total	7.626.626	3.340.860	1.164.508	747.872	2.373.386

A tabela acima mostra o valor de principal do passivo e juros quando aplicáveis na data de seus respectivos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, as despesas de juros foram calculadas com base no índice estabelecido em cada contrato e para passivos com taxas flutuantes. As despesas de juros foram calculadas com base na previsão de mercado para cada período (exemplo: Libor 6m – 12m).

28.3.4. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzam os rendimentos dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando da flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos ou passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações financeiras sujeitas a risco com taxa de juros são:

- Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros– Como parte da política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às aplicações financeiras, a Companhia mantém um sistema de mensuração de risco de mercado, utilizando o método “*Value-At-Risk – VAR*”, que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade dessas aplicações. As receitas financeiras apuradas no período já refletem o efeito de marcação a mercado dos ativos que compõem as carteiras de investimento no Brasil e no exterior.
- Empréstimos e financiamentos – A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer proteção contra o risco de flutuação nas taxas de juros em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012, os caixa, equivalentes de caixa, investimentos financeiros e os empréstimos e financiamentos da Companhia, estavam indexados como segue:

a.1) Controladora

Sem efeito dos derivativos	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	1.445.999	39,42%	2.222.784	60,58%	3.668.783	100,00%
Empréstimos e financiamentos	3.733.861	94,91%	200.610	5,10%	3.934.471	100,00%
Com efeito dos derivativos						
	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	1.445.999	35,44%	2.222.784	60,58%	3.668.783	100,00%
Empréstimos e financiamentos	3.526.430	89,64%	408.041	10,37%	3.934.471	100,00%

a.2) Consolidado

Sem efeito dos derivativos	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	2.295.604	46,22%	2.671.549	53,78%	4.967.153	100,00%
Empréstimos e financiamentos	3.883.184	91,96%	339.579	8,04%	4.222.763	100,00%
Com efeito dos derivativos						
	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	2.295.604	46,22%	2.671.549	53,78%	4.967.153	100,00%
Empréstimos e financiamentos	3.685.383	87,27%	537.380	12,73%	4.222.763	100,00%

Em 31 de dezembro de 2012, os equivalentes de caixa e financiamentos pós-fixados da Companhia estavam indexados como segue:

a.3) Controladora

	Sem efeito dos derivativos		Com efeito dos derivativos	
	Valor	%	Valor	%
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	2.222.784	100,00%	2.222.784	100,00%
. CDI	1.891.389	85,09%	1.891.389	85,09%
. Libor	331.395	14,91%	331.395	14,91%
Empréstimos e financiamentos	200.610	100,00%	408.041	100,00%
. TJLP	200.610	100,00%	200.610	49,16%
. CDI	-	-	207.431	50,84%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.4) Consolidado

	Sem efeito dos derivativos		Com efeito dos derivativos	
	Valor	%	Valor	%
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	2.671.549	100,00%	2.671.549	100,00%
. CDI	1.396.903	52,29%	1.396.903	52,29%
. Libor	1.274.646	47,71%	1.274.646	47,71%
Empréstimos e financiamentos	339.579	100,00%	537.380	100,00%
. TJLP	213.635	62,91%	213.635	39,75%
. Libor	124.580	36,69%	114.950	21,39%
. CDI	1.364	0,40%	208.795	38,85%

b) Risco com taxa de câmbio

A Companhia adota o dólar como moeda funcional de seus negócios (Nota 2.2.2).

Como consequência, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em reais (custo de mão de obra, teses tributárias, despesas no Brasil, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos denominados em reais), bem como os ativos e passivos em sociedades controladas e coligadas em moedas diferentes das suas respectivas moedas funcionais.

A política de proteção de riscos cambiais sobre posições ativas e passivas, adotada pela Companhia, está substancialmente baseada na busca pela manutenção do equilíbrio de ativos e passivos sujeitos à variação cambial indexados em cada moeda e na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira visando assegurar que, na realização das transações contratadas, esse *hedge* natural efetivamente se materialize. Essa política minimiza o efeito da variação cambial sobre ativos e passivos já contratados, mas não protege o risco de flutuação dos resultados futuros em função da apreciação ou depreciação do real que pode, quando medida em dólares, apresentar um aumento ou redução da parcela de custos denominados em real.

A Companhia, em determinadas condições de mercado, pode decidir proteger possíveis descasamentos futuros de despesas ou receitas em outras moedas com o intuito de minimizar a variação cambial futura implícita no resultado da empresa.

Para minimizar o risco cambial sobre os direitos e obrigações denominadas em moedas diferentes da moeda funcional a Companhia pode controlar operações com instrumentos derivativos, como por exemplo, mas não limitado, *swaps*, opções cambiais e *Non-Deliverable Forward* (NDF) (Nota 8).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia possuía ativos e passivos financeiros denominados por diversas moedas nos montantes descritos a seguir:

b.1) Controladora

	Sem efeito das operações de derivativos		Com efeito das operações de derivativos	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos:				
Real	1.018.373	1.143.686	1.018.373	1.143.686
Dólar	2.916.098	1.683.284	2.916.098	1.683.284
	<u>3.934.471</u>	<u>2.826.970</u>	<u>3.934.471</u>	<u>2.826.970</u>
Fornecedores:				
Real	164.808	110.760	164.808	110.760
Dólar	1.099.696	1.055.556	1.099.696	1.055.556
Euro	3.871	8.761	3.871	8.761
Outras moedas	4.223	207	4.223	207
	<u>1.272.598</u>	<u>1.175.284</u>	<u>1.272.598</u>	<u>1.175.284</u>
Total (1)	<u>5.207.069</u>	<u>4.002.254</u>	<u>5.207.069</u>	<u>4.002.254</u>
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros:				
Real	2.037.437	1.685.156	2.037.437	1.685.156
Dólar	1.631.317	1.174.648	1.631.317	1.174.648
Euro	28	26	28	26
Outras moedas	1	3	1	3
	<u>3.668.783</u>	<u>2.859.833</u>	<u>3.668.783</u>	<u>2.859.833</u>
Contas a Receber:				
Real	48.545	84.862	48.545	84.862
Dólar	343.310	245.363	343.310	245.363
Euro	3.013	-	3.013	-
	<u>394.868</u>	<u>330.225</u>	<u>394.868</u>	<u>330.225</u>
Total (2)	<u>4.063.651</u>	<u>3.190.058</u>	<u>4.063.651</u>	<u>3.190.058</u>
Exposição líquida (1 - 2):				
Real	(902.801)	(515.572)	(902.801)	(515.572)
Dólar	2.041.167	1.318.829	2.041.167	1.318.829
Euro	830	8.735	830	8.735
Outras moedas	4.222	204	4.222	204

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b.2) Consolidado

	Sem efeito das operações de derivativos		Com efeito das operações de derivativos	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos:				
Real	1.033.150	1.164.696	1.033.150	1.164.696
Dólar	3.047.312	1.890.025	3.047.312	1.890.025
Euro	142.301	55.434	142.301	55.434
	<u>4.222.763</u>	<u>3.110.155</u>	<u>4.222.763</u>	<u>3.110.155</u>
Fornecedores:				
Real	172.340	106.416	172.340	106.416
Dólar	1.262.966	1.325.873	1.262.966	1.325.873
Euro	106.539	123.254	106.539	123.254
Outras moedas	8.912	1.162	8.912	1.162
	<u>1.550.757</u>	<u>1.556.705</u>	<u>1.550.757</u>	<u>1.556.705</u>
Total (1)	<u>5.773.520</u>	<u>4.666.860</u>	<u>5.773.520</u>	<u>4.666.860</u>
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros:				
Real	2.108.006	1.724.016	2.108.006	1.724.016
Dólar	2.511.967	2.134.009	2.511.967	2.134.009
Euro	103.259	37.911	103.259	37.911
Outras moedas	243.921	152.930	243.921	152.930
	<u>4.967.153</u>	<u>4.048.866</u>	<u>4.967.153</u>	<u>4.048.866</u>
Contas a Receber:				
Real	64.886	103.097	64.886	103.097
Dólar	1.033.630	755.538	1.033.630	755.538
Euro	3.127	90.353	3.127	90.353
Outras moedas	-	199	-	199
	<u>1.101.643</u>	<u>949.187</u>	<u>1.101.643</u>	<u>949.187</u>
Total (2)	<u>6.068.796</u>	<u>4.998.053</u>	<u>6.068.796</u>	<u>4.998.053</u>
Exposição líquida (1 - 2):				
Real	(967.402)	(556.001)	(967.402)	(556.001)
Dólar	764.681	326.351	764.681	326.351
Euro	142.454	50.424	142.454	50.424
Outras moedas	(235.009)	(151.967)	(235.009)	(151.967)

A Companhia possui outros ativos e passivos que também estão sujeitos à variação cambial e não foram incluídos na nota acima, porém são utilizados para minimizar a exposição nas moedas apresentadas.

28.4. Análise de sensibilidade

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de variação positiva e negativa na variável de risco considerada apresenta-se, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias e cambiais, bem como sobre as receitas e despesas financeiras apuradas sobre os saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2012 caso tais variações no componente de risco identificado ocorressem.

Entretanto, simplificações estatísticas foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

28.4.1. Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apura-se o diferencial de juros e de variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideram-se apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, não foram incluídas as operações sujeitas a juros pré-fixados. O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia para cada uma das variáveis indicadas, e as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes na data das demonstrações financeiras.

Para análise de sensibilidade dos contratos de derivativos as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre a curva de mercado (BM&FBOVESPA) vigente na data das demonstrações financeiras.

28.4.2. Fator de risco juros

a) Controladora

		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
	Fator de Risco	Valores Expostos em 31.12.2012	-50%	-25%	Cenário Provável	+25%	+50%
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	CDI	1.891.388	(65.253)	(32.626)	4.350	32.626	65.253
Empréstimos e financiamentos	CDI	-	-	-	-	-	-
Impacto Líquido	CDI	1.891.388	(65.253)	(32.626)	4.350	32.626	65.253
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	LIBOR	331.396	(507)	(254)	80	254	507
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	-	-	-	-	-	-
Impacto Líquido	LIBOR	331.396	(507)	(254)	80	254	507
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(200.610)	5.517	2.758	1.003	(2.758)	(5.517)
Impacto Líquido	TJLP	(200.610)	5.517	2.758	1.003	(2.758)	(5.517)
Taxas Consideradas	CDI	6,90%	3,45%	5,18%	7,13%	8,63%	10,35%
Taxas Consideradas	LIBOR	0,31%	0,15%	0,23%	0,33%	0,38%	0,46%
Taxas Consideradas	TJLP	5,50%	2,75%	4,13%	5,00%	6,88%	8,25%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2012

b) Consolidado

		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
Fator de Risco	Valores Expostos em 31.12.2012	-50%	-25%	Cenário Provável	+25%	+50%	
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	CDI	1.945.633	(67.124)	(33.562)	4.475	33.562	67.124
Empréstimos e financiamentos	CDI	(1.364)	47	24	(3)	(24)	(47)
Impacto Líquido	CDI	1.944.269	(67.077)	(33.538)	4.472	33.538	67.077
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	LIBOR	727.420	(1.113)	(556)	175	556	1.113
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	(124.580)	191	95	(30)	(95)	(191)
Impacto Líquido	LIBOR	602.840	(922)	(461)	145	461	922
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(213.636)	5.875	2.937	1.068	(2.937)	(5.875)
Impacto Líquido	TJLP	(213.636)	5.875	2.937	1.068	(2.937)	(5.875)
Taxas Consideradas	CDI	6,90%	3,45%	5,18%	7,13%	8,63%	10,35%
Taxas Consideradas	LIBOR	0,31%	0,15%	0,23%	0,33%	0,38%	0,46%
Taxas Consideradas	TJLP	5,50%	2,75%	4,13%	5,00%	6,88%	8,25%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2012

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.4.3. Fator de risco câmbio

a) Controladora

Fator de Risco	Valores Expostos em 31.12.2012	Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)				
		-50%	-25%	Cenário Provável	+25%	+50%
Ativos	2.881.299	1.440.650	720.325	(9.165)	(720.325)	(1.440.650)
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	2.037.438	1.018.719	509.360	(6.481)	(509.360)	(1.018.719)
Demais Ativos	843.861	421.931	210.965	(2.684)	(210.965)	(421.931)
Passivos	2.887.386	(1.443.694)	(721.846)	9.184	721.846	1.443.694
Empréstimos e financiamentos	1.018.373	(509.187)	(254.593)	3.239	254.593	509.187
Demais Passivos	1.869.013	(934.507)	(467.253)	5.945	467.253	934.507
Total Líquido	(6.087)	(3.044)	(1.521)	19	1.521	3.044
Taxa de Câmbio Considerada	2,0435	1,0218	1,5326	2,0500	2,5544	3,0653

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2012

b) Consolidado

Fator de Risco	Valores Expostos em 31.12.2012	Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)				
		-50%	-25%	Cenário Provável	+25%	+50%
Ativos	2.931.399	1.465.700	732.850	(9.324)	(732.850)	(1.465.700)
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	2.108.006	1.054.003	527.002	(6.705)	(527.002)	(1.054.003)
Demais Ativos	823.393	411.697	205.848	(2.619)	(205.848)	(411.697)
Passivos	2.946.083	(1.473.041)	(736.521)	9.371	736.521	1.473.041
Empréstimos e financiamentos	1.033.150	(516.575)	(258.288)	3.286	258.288	516.575
Demais Passivos	1.912.933	(956.466)	(478.233)	6.085	478.233	956.466
Total Líquido	(14.683)	(7.341)	(3.671)	47	3.671	7.341
Taxa de Câmbio Considerada	2,0435	1,0218	1,5326	2,0500	2,5544	3,0653

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2012

28.4.4. Contratos derivativos

a) Controladora

Fator de Risco	Valores Expostos em 31.12.2012	Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)				
		-50%	-25%	Cenário Provável	+25%	+50%
Swap Juros - Designado como <i>Hedge</i> de Valor Justo	CDI	3.711	2.559	1.244	(161)	(1.177)
<i>Hedge</i> Designado - Fluxo de Caixa	US\$	(381)	313.812	121.915	(191)	(74.946)
Total		3.330	316.371	123.159	(352)	(76.123)
Taxas Consideradas	CDI	6,90%	3,45%	5,18%	7,13%	8,63%
Taxas Consideradas	US\$/R\$	2,0435	1,0218	1,5326	2,0500	2,5544

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2012

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Consolidado

	Fator de Risco	Valores Expostos em 31.12.2012	Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)				
			-50%	-25%	Cenário Provável	+25%	+50%
Swap Juros	LIBOR	61.451	7.377	3.465	(1.560)	(4.135)	(7.571)
Swap Juros - Designado como Hedge de Valor Justo	CDI	3.711	2.559	1.244	(161)	(1.177)	(2.290)
Hedge Designado - Fluxo de Caixa	US\$	(381)	313.812	121.915	(191)	(74.946)	(169.736)
Opção de Conversão de Ações	Preço-objeto	6.997	(5.548)	(3.221)	923	3.925	8.397
Opção Câmbio	Euro	91	-	-	-	-	-
Total		71.869	318.200	123.403	(989)	(76.333)	(171.200)
Taxas Consideradas	LIBOR	0,31%	0,15%	0,23%	0,33%	0,38%	0,46%
Taxas Consideradas	CDI	6,90%	3,45%	5,18%	7,13%	8,63%	10,35%
Taxas Consideradas	US\$/R\$	2,0435	1,0218	1,5326	2,0500	2,5544	3,0653
Preço-objeto Considerado	Preço-objeto	5,6850	2,8425	4,2638	6,0400	7,1063	8,5275

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2012

28.4.5. Garantia de valor residual

As garantias de valor residual são contabilizadas de forma semelhante aos instrumentos financeiros derivativos.

A partir dos contratos vigentes de garantia de valor residual, apuramos a variação dos valores com base em avaliações de terceiros (*appraisers*). O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia para registro das provisões em bases estatísticas, e as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as avaliações de terceiros na data das demonstrações financeiras.

	Valores Expostos em 31.12.2012	Variações Adicionais no Saldo Contábil				
		-50%	-25%	Cenário Provável	+25%	+50%
Garantia de Valor Residual	(121.507)	(477.627)	(271.998)	(924)	101.857	113.269
Total	(121.507)	(477.627)	(271.998)	(924)	101.857	113.269

Sempre que for detectada a insuficiência da provisão atual para fazer frente ao provável exercício futuro destas garantias, a provisão é complementada a fim de apresentar a posição adequada de exposição da Companhia ao final do período.

28.4.6. Contratos Derivativos que compõem a carteira de Fundos de Investimentos Exclusivos

A Companhia mantém uma estrutura de fundos exclusivos que são consolidados às suas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia detém o controle destes fundos.

Esses fundos foram constituídos com o propósito de terceirização da gestão de aplicações financeiras da Companhia e os gestores contratados têm, respeitado os limites estabelecidos na política de investimentos, discricionariedade na seleção dos ativos que irão compor o portfólio de investimentos.

Todos os fundos são classificados como multimercado e podem manter em seu portfólio instrumentos derivativos como ferramentas para atingir o objetivo de rentabilidade proposta, derivativos esses exclusivamente relacionados às posições assumidas pelo próprio fundo não tendo qualquer relação com instrumentos derivativos contratados pela Companhia para proteção de suas próprias exposições.

Os quadros a seguir detalham os instrumentos derivativos mantidos pelos fundos no período findo em 31 de dezembro de 2012, bem como a análise de sensibilidade à variação do principal fator de risco de que tais instrumentos estão expostos.

Simplificações estatísticas foram efetuadas no isolamento da variável de risco em análise, e, como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras da Companhia. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir:

- a) Descrição dos contratos de instrumentos derivativos detidos pelos fundos de investimentos exclusivos

Modalidade	Quantidade de contratos	Data de vencimento	Preço unitário de mercado	Valor de referência 31.12.2012
Compra - Futuro de DI	480	julho-13	96.685	(46.409)
Compra - Futuro de DI	257	julho-14	89.969	(23.122)
Compra - Futuro de DI	100	janeiro-15	86.117	(8.612)
Compra - Futuro de DI	434	abril-15	84.318	(36.594)
Compra - Futuro de DI	599	janeiro-16	78.937	(47.283)
Compra - Futuro de DI	50	janeiro-17	72.313	(3.616)
Compra - Futuro de DI	8	janeiro-21	49.683	(397)
Compra - Futuro de Dólar	21	fevereiro-13	2.054	(2.156)
Total				(168.189)

- b) Análise de sensibilidade

Fator de Risco	Variações Adicionais no retorno do fundo				
	Valor de referência 31.12.2012	-50%	-25%	Cenário Provável	25% 50%
CDI	(166.033)	(12.398)	(5.991)	769	5.611 10.874
Dólar	(2.156)	(1.078)	(539)	(4)	539 1.078
Total	(168.189)	(13.476)	(6.530)	765	6.150 11.952
<u>Taxas Consideradas</u>					
CDI	6,90%	3,45%	5,18%	7,13%	8,63% 10,35%
Dólar	2,0435	1,0218	1,5326	2,0500	2,5544 3,0653

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. Capital social

O capital social autorizado está dividido em 1.000.000.000 de ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da Controladora, subscrito e integralizado, totalizava R\$ 4.789.617, representado por 740.465.044 ações ordinárias, sem valor nominal, das quais 14.104.900 ações encontra-se em tesouraria.

29.2. Composição acionária

Acionistas	Quantidade Ordinária		Sobre o capital total - %	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	58.181.803	76.676.601	7,86	10,36
Cia. Bozano	9.500.489	40.234.989	1,28	5,43
Oppenheimer Fund's (NYSE)	65.526.102	64.836.652	8,85	8,76
Thornburg Investment Management's (NYSE)	56.464.696	52.036.308	7,63	7,03
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	39.762.489	39.762.489	5,37	5,37
Ações em Tesouraria	14.104.900	16.798.400	1,90	2,27
União Federal	1	1	-	-
Outros	496.924.564	450.119.604	67,11	60,78
	740.465.044	740.465.044	100,00	100,00

29.3. Ação ordinária especial

A União Federal detém uma ação ordinária especial (*golden share*), com mesmo direito de voto dos outros acionistas detentores de ações ordinárias, porém com direitos especiais conforme descrito no Artigo 9º do Estatuto Social.

A ação ordinária de classe especial confere à União poder de veto nas seguintes matérias:

I - Mudança de denominação da Companhia ou de seu objeto social;

II - Alteração e/ou aplicação da logomarca da Companhia;

III - Criação e/ou alteração de programas militares, que envolvam ou não a República Federativa do Brasil;

IV - Capacitação de terceiros em tecnologia para programas militares;

V - Interrupção de fornecimento de peças de manutenção e reposição de aeronaves militares;

VI - Transferência do controle acionário da Companhia;

VII - Quaisquer alterações: (i) às disposições deste artigo 9, do art. 4, do caput do art. 10, dos arts. 11, 14 e 15, do inciso III do art. 18, dos parágrafos 1º e 2º do art. 27, do inciso X do art. 33, do inciso XII do art. 39 ou do Capítulo VII; ou ainda (ii) de direitos atribuídos pelo Estatuto à ação de classe especial.

29.4. Ações em tesouraria

Ações ordinárias adquiridas até 4 de abril de 2008, com utilização dos recursos da Reserva para investimentos e capital de giro. Esta operação foi realizada conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 7 de dezembro de 2007 e correspondem a 14.104.900 ações ordinárias e R\$ 268.882 em 31 de dezembro de 2012, as quais perdem direitos políticos e econômicos durante o período em que são mantidas em tesouraria.

	<u>Valor (R\$ mil)</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor por ação (R\$)</u>
No início do exercício	320.220	16.798.400	19,06
Utilizadas no exercício do plano de remuneração em ações (i)	<u>(51.338)</u>	<u>(2.693.500)</u>	19,06
Em 31 de dezembro de 2012	<u>268.882</u>	<u>14.104.900</u>	19,06

- (i) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo “Programa para a outorga de opções de compra de ações”, destinado a diretores e empregados da Companhia conforme Nota 30.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 203.816 e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 197.549.

29.5. Reserva de subvenção para investimentos

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (alteração introduzida pela Lei 11.638 de 2007), essa reserva corresponde à apropriação da parcela de lucros acumulados decorrente das subvenções governamentais recebidas pela Companhia, as quais não podem ser distribuídas aos acionistas na forma de dividendos, reconhecidas no resultado do exercício na mesma rubrica dos investimentos realizados.

Essas subvenções não incorporam a base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.6. Reserva legal

Constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou 30% no somatório dessa reserva e reservas de capital.

29.7. Juros sobre o capital próprio

Em reuniões realizadas durante 2012, o Conselho de Administração da Embraer S.A. aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio, os quais são atribuídos aos dividendos conforme a seguir:

- Em reunião realizada dia 14 de junho de 2012, o Conselho de Administração da Embraer S.A. aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio referente ao 1º semestre de 2012, no valor de R\$ 65.289.297,96, correspondendo a R\$ 0,09 por ação. O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à retenção de 15% de imposto de renda na fonte, respeitadas as exceções legais, com início de pagamento no dia 11 de julho de 2012, sem nenhuma remuneração.
- Em reunião realizada dia 13 de setembro de 2012, o Conselho de Administração da Embraer S.A. aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio referente ao 3º trimestre de 2012, no valor de R\$ 50.795.923,08, correspondendo a R\$ 0,07 por ação. O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à retenção de 15% de imposto de renda na fonte, respeitadas as exceções legais, com início de pagamento no dia 16 de outubro de 2012, sem nenhuma remuneração.
- Em reunião realizada dia 6 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Embraer S.A. aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio referente ao 4º trimestre de 2012, no valor de R\$ 36.310.187,20, correspondendo a R\$ 0,05 por ação. O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à retenção de 15% de imposto de renda na fonte, respeitadas as exceções legais, com início de pagamento no dia 11 de janeiro de 2013, sem nenhuma remuneração.

29.8. Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, é assim demonstrada:

Calculada com base nos valores da Controladora

	31.12.2012	31.12.2011
Lucro líquido da Controladora de acordo com o IFRS	697.792	156.297
Subvenções	(7.999)	(11.113)
Reserva legal	(34.891)	(7.815)
	654.902	137.369
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	163.725	34.342
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	133.670	158.551
Dividendos propostos	30.055	-
Remuneração total dos acionistas	163.725	158.551
Pagamentos efetuados no exercício	(101.797)	(158.530)
Remuneração total dos acionistas do exercício em aberto	61.928	21
Remuneração total dos acionistas de exercícios anteriores em aberto	234	195
Remuneração total dos acionistas em aberto	62.162	216

29.9. Reserva para investimentos e de capital de giro

Esta reserva tem a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76; (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia e (iv) pode ser distribuída aos acionistas da Companhia.

29.10. Ajustes de avaliação patrimonial

Compreendem os seguintes ajustes:

- Ajuste acumulado de conversão: refere-se às variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional para a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras (Real) e as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas para a moeda funcional da Controladora (Dólar);
- Outros resultados abrangentes: referem-se aos ganhos (perdas) atuariais não realizados decorrentes dos planos de benefícios médicos patrocinados pela Companhia e variação do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda e resultado na aquisição de participação de não controladores.

30. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2010, na sede da Companhia, foi aprovado o “Programa para a outorga de opções de compra de ações”, destinado a diretores e empregados da Companhia ou de suas controladas e que tenham pelo menos dois anos de vínculo de trabalho. A aquisição do direito de exercício das opções se dá em três momentos como segue: I) 20% após 1º ano, II) 30% após o 2º ano e III) 50% após o 3º ano, sempre em relação à data da outorga de cada opção.

Na assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de janeiro de 2012, foi aprovada por maioria de votos a alteração nas cláusulas 6.1 e 7.1 do Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações, no que tange aos prazos e percentuais de aquisição do direito ao exercício de opção de compra de ações e de exercício da referida opção, as quais passam a ser: I) 33% após 3º ano, II) 33% após o 4º ano e III) 34% após o 5º ano, sempre em relação à data da outorga de cada opção. Esta alteração é aplicada apenas para as novas outorgas.

O preço de exercício de cada opção é definido na data da outorga de opção pela média ponderada da cotação dos últimos sessenta pregões, podendo ser ajustados em até 30% para anular eventuais movimentos especulativos. O participante terá um prazo máximo para exercício da opção de cinco anos para outorgas concedidas até 2011 e sete anos para as demais, iniciado a partir da data da outorga. Em qualquer uma das situações, é necessário que o empregado faça parte do quadro funcional da companhia na data de exercício.

30.1. Outorgas concedidas

- Em 30 de abril de 2010, foram outorgadas opções de compra de 6.510.000 ações, às quais foi atribuído um preço de exercício de R\$ 10,19 por ação. O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes, pelo qual o valor de cada opção foi calculado em R\$ 1,77 para o lote com início de direito de exercício ao final do primeiro ano, R\$ 2,74 para lote com início de direito de exercício ao final do segundo ano e R\$ 3,44 para o lote com início de direito de exercício ao final do terceiro ano. Este modelo leva em consideração o valor do ativo objeto, preço de exercício, tempo a decorrer até o exercício, probabilidade de a opção ser exercida, volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 6 meses e taxa de juros ponderados para o período de cada lote baseadas na taxa DI divulgada pela BM&FBOVESPA. Vale destacar que o tempo a decorrer até o exercício foi mensurado conforme

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decisão da Administração, e considera o final do período de carência como base para o cálculo, ou seja, as opções foram calculadas com os prazos de exercício determinados de um ano, dois anos e três anos. Esta premissa foi adotada, pois a Administração entende que o exercício da opção ocorrerá ao final de cada período de carência devido à alta liquidez e ao alto ganho previsto para cada ação.

- Em 18 de janeiro de 2011, foram outorgadas opções de compra de 6.345.000 ações e em 16 de março de 2011 mais 150.000 opções de compras de ações, às quais foi atribuído o preço de exercício de R\$ 12,05 e R\$ 12,89 por ação respectivamente. O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes, sendo que para as outorgas concedidas em 18 de janeiro de 2011 o valor de cada opção foi determinado em R\$ 1,89, para o lote com início de direito de exercício ao final do primeiro ano, R\$ 2,88 para lote com início de direito de exercício ao final do segundo ano e R\$ 3,62 para o lote com início de direito de exercício ao final do terceiro ano. Para as outorgas concedidas em 16 de março de 2011, o valor de cada opção foi determinado em R\$ 2,11, para o lote com início de direito de exercício ao final do primeiro ano, R\$ 3,22 para lote com início de direito de exercício ao final do segundo ano e R\$ 4,08 para o lote com início de direito de exercício ao final do terceiro ano.
- Em 23 de janeiro de 2012, foram outorgadas opções de compra de 4.860.000 ações, às quais foi atribuído o preço de exercício de R\$ 11,50 por ação. O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes, e o valor de cada opção foi determinado em R\$ 3,51 para o lote com início de direito de exercício ao final do terceiro ano, R\$ 4,00 para lote com início de direito de exercício ao final do quarto ano e R\$ 4,35 para o lote com início de direito de exercício ao final do quinto ano.

	Quantidade de ações					Preço médio de exercício (R\$)
	Outorgas	Exercício (i)	Cancelamentos (ii)	Opções de ações em circulação	Opções de ações exercíveis	
Outorgas concedidas em 30.04.2010	6.510.000	(2.228.100)	(528.000)	3.753.900	762.900	10,19
Outorgas concedidas em 18.01.2011	6.345.000	(467.000)	(796.000)	5.082.000	642.800	12,05
Outorgas concedidas em 16.03.2011	150.000	-	-	150.000	30.000	12,89
Outorgas concedidas em 23.01.2012	4.860.000	-	(165.000)	4.695.000	-	11,50
Posição em 31 de dezembro de 2012	17.865.000	(2.695.100)	(1.489.000)	13.680.900	1.435.700	

- Exercício de opção de ações referentes a primeira e segunda outorga concedidas pela Companhia.
- Os cancelamentos referem-se a ações outorgadas a diretores ou empregados desligados da Companhia. Conforme previsto no “Programa para a outorga de opções de compra de ações”, na hipótese de desligamento do participante, ficará de pleno direito cancelado a opção no tocante às parcelas cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido.

31. LUCRO POR AÇÃO

31.1. Básico

Em atendimento à legislação das sociedades anônimas, na Controladora o lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	697.792	156.297	573.592	697.792	156.297	573.592
	697.792	156.297	573.592	697.792	156.297	573.592
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	725.023	723.667	723.665	725.023	723.667	723.665
Lucro básico por ação (em Reais)	0,9624	0,2160	0,7926	0,9624	0,2160	0,7926

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.2. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas, sendo elas opções de compra de ações. Para estas opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações, calculada conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	697.792	156.297	573.592	697.792	156.297	573.592
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	<u>697.792</u>	<u>156.297</u>	<u>573.592</u>	<u>697.792</u>	<u>156.297</u>	<u>573.592</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	725.023	723.667	723.665	725.023	723.667	723.665
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído (i)	2.708	1.180	354	2.708	1.180	354
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	727.731	724.847	724.019	727.731	724.847	724.019
Lucro diluído por ação (em Reais)	0,9589	0,2156	0,7922	0,9589	0,2156	0,7922
(i) Refere-se ao efeito dilutivo potencial das opções para o período findo em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.						

Não foram identificados efeitos potencialmente antidilutivos referente às ações de nosso plano de opções de ações, em 31 de dezembro de 2012. Os efeitos antidilutivos identificados e excluídos do cálculo do lucro por ação diluído totalizaram 289.577 ações em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2010 não houve efeito antidilutivo. Quando apurado, um efeito antidilutivo pode variar no futuro em função de alterações na cotação da ação.

32. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do exercício por função. A seguir apresenta o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Conforme demonstração de resultado:						
Receitas líquidas	10.230.261	8.466.553	8.130.393	12.201.715	9.858.055	9.380.625
Custo dos produtos e serviços vendidos	(7.742.608)	(6.642.803)	(6.635.392)	(9.248.569)	(7.638.825)	(7.582.662)
Administrativas	(395.129)	(313.854)	(254.818)	(547.886)	(440.044)	(346.061)
Comerciais	(770.839)	(584.977)	(482.468)	(946.773)	(702.866)	(657.010)
Pesquisa	(149.801)	(141.331)	(125.090)	(152.310)	(143.557)	(126.102)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	166.309	(400.011)	82.500	(88.325)	(410.411)	16.730
Equivalência patrimonial	(230.935)	39.949	(69.943)	(421)	(624)	-
Resultado operacional	<u>1.107.258</u>	<u>423.526</u>	<u>645.182</u>	<u>1.217.431</u>	<u>521.728</u>	<u>685.520</u>
Receitas (despesas) por natureza:						
Receita de produtos	9.354.497	7.828.463	7.937.871	10.742.768	8.835.648	8.700.525
Receita de serviços	975.939	716.617	268.998	1.598.940	1.153.646	787.987
Dedução de vendas	(100.175)	(78.527)	(76.476)	(139.993)	(131.239)	(107.887)
Material	(7.388.634)	(6.369.821)	(6.359.302)	(8.699.922)	(7.237.630)	(7.199.067)
Depreciação	(95.975)	(64.139)	(79.679)	(275.272)	(181.875)	(179.819)
Amortização	(257.999)	(208.843)	(196.411)	(273.375)	(219.320)	(203.776)
Despesa com pessoal	(429.396)	(359.998)	(335.639)	(721.725)	(571.728)	(509.981)
Despesa com comercialização	(201.211)	(135.831)	(120.142)	(273.238)	(162.604)	(175.460)
Outras receitas (despesas), líquidas	(749.788)	(904.395)	(394.038)	(740.752)	(963.170)	(427.002)
Resultado operacional	<u>1.107.258</u>	<u>423.526</u>	<u>645.182</u>	<u>1.217.431</u>	<u>521.728</u>	<u>685.520</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Multas contratuais (i)	68.425	108.332	41.506	60.505	105.111	39.117
Provisões para contingências	45.743	14.090	(11.529)	23.810	13.623	(11.692)
Ressarcimento de despesas	15.290	10.210	14.057	21.603	15.155	14.180
Royalties	17.451	14.810	18.935	17.451	12.742	11.948
Vendas diversas	12.243	12.457	9.106	14.162	16.613	11.117
Manutenção de aeronaves de terceiros	-	(426)	(2.268)	-	(426)	(2.268)
Normas de segurança de voo	(7.482)	(6.917)	(6.217)	(7.482)	(6.917)	(6.217)
Modificação de produtos	(8.642)	(6.596)	(8.442)	(8.642)	(6.596)	(8.442)
Manutenção e custo de voo das aeronaves - frota	(8.151)	(10.448)	(9.034)	(9.176)	(10.448)	(10.438)
Garantias financeiras adicionais (ii)	24.178	(510.195)	-	(49.006)	(510.195)	-
Despesas Pré-operacionais	-	-	-	(23.912)	-	-
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	(18.664)	-	-
Gastos com projetos sistêmicos	(27.941)	(13.735)	(12.727)	(27.941)	(13.735)	(12.727)
Impostos sobre outras receitas	(29.637)	(38.968)	2.096	(30.188)	(39.842)	1.382
Outras (iii)	64.832	27.375	47.017	(50.845)	14.504	(9.230)
	<u>166.309</u>	<u>(400.011)</u>	<u>82.500</u>	<u>(88.325)</u>	<u>(410.411)</u>	<u>16.730</u>

- (i) Substancialmente composto por multas cobradas dos clientes pelo cancelamento de contratos de vendas, principalmente no segmento executivo, conforme previstos nos referidos contratos;
- (ii) Ajuste da estimativa das provisões de garantias financeiras em função da exposição causada pelo cenário atual de nossos clientes e compromisso reconhecido com base na negociação de reestruturação de operações financeiras da Chautauqua Airlines e American Airlines conforme descrito na Nota 25;
- (iii) Em 31 de dezembro de 2012, da receita de R\$ 64.832 apresentada na Controladora, R\$ 87.061 refere-se à transferência da provisão constituída na Controladora para outra empresa do grupo Embraer, não tendo qualquer efeito no Consolidado de mesma data.

34. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 1996 e renovada em dezembro de 2008, concede participação nos lucros e resultados aos seus empregados, que está vinculada a um plano de ação, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. O valor da participação nos lucros e resultados equivale a 12,5% do lucro líquido do exercício social apurado de acordo com o IFRS.

Do montante a ser distribuído, 30% são distribuídos em partes iguais a todos os empregados e 70% de forma proporcional ao salário.

Em 2011, em caráter excepcional, a participação nos lucros e resultados da Companhia foi calculada sem que fossem considerados os efeitos da provisão de garantias financeiras conforme descrito na Nota 36.

Os valores contabilizados na Controladora e Consolidado são apresentados nas demonstrações financeiras na linha de contas a pagar (Nota 21), conforme determina CPC 25/ IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Receitas financeiras:						
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativos	163.375	207.939	170.791	179.731	223.098	203.209
Juros sobre recebíveis	58.292	45.985	37.032	52.137	43.315	41.415
Estruturação financeira	-	498	1.145	-	498	1.321
Receita com garantias de valor residual	46.996	-	-	42.190	-	-
Outras	368	383	387	495	1.110	881
Total receitas financeiras	269.031	254.805	209.355	274.553	268.021	246.826
Despesas financeiras:						
Juros sobre financiamentos	(207.643)	(148.889)	(146.157)	(222.036)	(168.598)	(159.080)
Juros sobre impostos, encargos sociais e contribuições	(20.441)	(23.579)	(19.711)	(20.547)	(23.613)	(19.737)
Despesas com estruturação financeira	(1.165)	(996)	(1.121)	(3.858)	(18.451)	(15.025)
IOF sobre operações financeiras	(9.893)	(4.479)	(2.284)	(10.508)	(5.220)	(2.781)
Despesas com garantias de valor residual	-	(202.153)	(4.674)	-	(202.153)	(4.674)
Outras	(18.373)	(15.540)	(10.973)	(29.002)	(22.495)	(14.644)
Total despesas financeiras	(257.515)	(395.636)	(184.920)	(285.951)	(440.530)	(215.941)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	11.516	(140.831)	24.435	(11.398)	(172.509)	30.885

36. VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Ativas:						
Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativos	(181.329)	(219.427)	45.739	(176.030)	(221.873)	45.804
Crédito de impostos	(31.196)	(23.444)	(18.190)	(33.232)	(27.580)	(17.570)
Contas a receber de clientes, líquidas	(24.260)	(42.378)	(671)	(14.712)	(31.112)	19.733
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	3.714	(1.408)
Outras	(33.363)	(37.173)	59.822	(43.422)	(41.501)	52.547
	(270.148)	(322.422)	86.700	(267.396)	(318.352)	99.106
Passivas:						
Impostos e encargos a recolher	66.519	99.180	(47.473)	64.783	104.048	(50.567)
Financiamentos	109.706	137.073	(7.136)	106.885	139.138	(12.057)
Provisões diversas	25.980	43.402	(15.038)	27.565	44.624	(15.097)
Contas a pagar	5.444	6.369	(6.168)	11.643	8.262	(7.203)
Adiantamentos de clientes	39.419	20.279	(10.529)	39.078	23.042	(19.500)
Provisões para contingências	5.833	13.485	(6.187)	5.911	13.674	(6.270)
Fornecedores	10.858	6.833	(759)	4.467	10.061	(1.517)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	2.843	58	349	2.840
Outras	(200)	(738)	(875)	(2.503)	(3.234)	(2.904)
	263.574	325.883	(91.322)	257.887	339.964	(112.275)
Variações monetárias e cambiais	(6.574)	3.461	(4.622)	(9.509)	21.612	(13.169)
Instrumentos financeiros derivativos	6.919	(12.461)	(11.980)	26.333	11.197	11.819
Variações monetárias e cambiais, líquidas	345	(9.000)	(16.602)	16.824	32.809	(1.350)

37. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

37.1. Trade in

A Companhia está sujeita a opções de *trade-in* para sete aeronaves. Em quaisquer operações de *trade-in* a condição fundamental é a aquisição de aeronaves novas pelos respectivos clientes. O exercício de opção de *trade-in* está vinculado ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos clientes. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de *trade-in* para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob *trade-in* poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

37.2. Arrendamento

Na Controladora os arrendamentos operacionais referem-se a equipamentos de telefonia e informática e nas subsidiárias dos Estados Unidos da América, referem-se a arrendamentos operacionais não canceláveis de terrenos e equipamentos. Esses arrendamentos expiram em várias datas até 2020.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía contratos de arrendamento mercantil operacional cujos pagamentos ocorrerão conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2013	13.881	22.633
2014	10.518	19.109
2015	4.855	13.286
2016	69	7.479
2017	-	39.149
	<u>29.323</u>	<u>101.656</u>

37.3. Garantias financeiras

A tabela a seguir fornece dados quantitativos relativos a garantias financeiras dadas pela Companhia a terceiros. O pagamento potencial máximo (exposição fora do balanço) representa o pior cenário e não reflete, necessariamente, os resultados esperados pela Companhia. Os recursos estimados das garantias de performance e dos ativos vinculados representam valores antecipados dos ativos, os quais a Companhia poderia liquidar ou receber de outras partes para compensar os pagamentos relativos a essas garantias dadas.

	31.12.2012	31.12.2011
Valor máximo de garantias financeiras	764.641	884.557
Valor máximo de garantia de valor residual	761.594	1.017.088
Exposição mutuamente exclusiva (i)	(234.939)	(393.588)
Provisões e obrigações registradas (Nota 25)	(232.806)	(227.281)
Exposição fora do balanço	<u>1.058.490</u>	<u>1.280.776</u>
Estimativa do desempenho da garantia e ativos vinculados	<u>1.341.999</u>	<u>1.681.659</u>

- (i) Quando um ativo estiver coberto por garantias financeiras e de valor residual, mutuamente excludentes, a garantia de valor residual só poderá ser exercida caso a garantia financeira tenha expirado sem ter sido exercida. Caso a garantia financeira tenha sido exercida, a garantia de valor residual fica automaticamente cancelada.

A exposição da Companhia é reduzida pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas de utilização.

38. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

38.1. Pagamentos efetuados durante o exercício e transações que não afetam o caixa

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Pagamentos durante o exercício:						
IR e CSLL	-	3.109	8.986	106.321	61.156	50.063
Juros	127.513	94.455	142.655	130.006	4.255	107.133
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:						
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	-	-	209	-	-	209
Adições ao imobilizado pela transferência de estoques de aeronaves	-	-	-	-	-	174.701
Baixa do imobilizado pela disponibilização para venda de estoques	-	-	-	(40.148)	(98.093)	13.688
Transferência de estoque para ativo imobilizado	90.263	-	-	90.263	136.733	-
Transferência de controle da EAP para ENL	-	28.296	-	-	-	-
Caixa restrito	-	-	-	-	-	47.748

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38.2. Aquisição de participações

	Consolidado 2012 (ii)	Consolidado 2011 (i)
Caixa e equivalentes de caixa	1.683	3.361
Contas a receber	229	2.053
Estoques	1.861	251
Ativos intangíveis	14.501	39.487
Ativos fixos	375	21.910
Outros ativos	246	30.188
Financiamentos	(3.066)	(24.037)
Fornecedores	(99)	(2.184)
Impostos diferidos	-	(4.179)
Outros passivos	(1.292)	(49.590)
Acervo líquido adquirido	14.438	17.260
Participação de não controladores	(1.937)	(1.466)
Total do acervo líquido adquirido	12.501	15.794
Ágio adquirido	1.777	60.682
	14.278	76.476
Contraprestação a receber	-	9.740
Valor total pago pela participação	14.278	86.216
Caixa e equivalentes de caixa	(1.683)	(3.361)
Efeito de conversão	-	(916)
Efeito líquido das aquisições no fluxo de caixa	12.595	81.939

- (i) Refere-se à aquisição da controlada Orbisat (90% do capital) e da controlada em conjunto Atech (50% do capital), neste caso os valores são apresentados proporcionais a nossa participação (Nota 14d) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.
- (ii) Refere-se à aquisição de 85.5% do capital da controlada AST (Nota 14.4).

39. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A Administração determinou os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Diretor-Presidente.

O Diretor-Presidente efetua sua análise do negócio baseado no resultado consolidado da Companhia, segmentando-o sob a perspectiva geográfica, e também, sob a ótica de produto comercializado. Geograficamente, a Administração considera o desempenho do Brasil, América do Norte, América Latina, Ásia Pacífico, Europa e Outros.

Sob a ótica dos produtos comercializados, a análise é efetuada considerando os seguintes segmentos:

39.1. Mercado de Aviação Comercial

As atividades voltadas ao mercado de aviação comercial envolvem, principalmente o desenvolvimento, a produção e a venda de jatos comerciais, o fornecimento de serviços de suporte, com ênfase no segmento de aviação regional e arrendamento de aeronaves.

- Família ERJ 145 é integrada pelos jatos ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145, certificados para operar com 37, 44 e 50 assentos, respectivamente.
- Família EMBRAER 170/190 é integrada pelo EMBRAER 170, com 70 assentos, EMBRAER 175, com 76 assentos, EMBRAER 190, com 100 assentos e o EMBRAER 195, com 108 assentos. O modelo EMBRAER 170 está em operação comercial desde 2004 e os modelos EMBRAER 175 e EMBRAER 190 começaram a operar comercialmente a partir de 2006, e o modelo EMBRAER 195 começou a operar comercialmente a partir de 2007.

39.2. Mercado de Defesa e Segurança

As atividades voltadas ao mercado de defesa e segurança envolvem principalmente a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, a modificação e o suporte para aeronaves de defesa e segurança, além de uma ampla gama de produtos e soluções integradas que incluem radares de última geração, veículos aéreos não tripulados (VANT), sistemas espaciais (satélites) e avançados sistemas de informação e comunicação, como as aplicações de Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4ISR).

A expansão e diversificação do portfólio, antes concentrado em aeronaves militares, foram possíveis devido a uma estratégia de parcerias e aquisições. Um resultado desta diversificação foi à assinatura do contrato para implantação da primeira fase do projeto SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – pelo Consórcio Tepro (formado pelas controladas Savis Tecnologia e Sistemas S.A. e OrbiSat Indústria e Aerolevantamento S/A), que contemplará o monitoramento de aproximadamente 650 quilômetros da fronteira entre o Mato Grosso do Sul, Paraguai e Bolívia.

O principal cliente da Companhia hoje é o Ministério da Defesa do Brasil e em particular, o Comando da Aeronáutica, embora a diversificação do portfólio tenha trazido também uma diversificação dos clientes: o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil, o Ministério das Comunicações, além da crescente presença internacional de nossos produtos e soluções.

Segue os principais produtos do portfólio da Defesa e Segurança:

- Super Tucano - Aeronave leve de ataque, especialmente desenvolvida para operar em ambientes severos, sujeitos a condições extremas de temperatura e umidade, equipada com sofisticados sistemas de navegação e ataque, treinamento e simulação em voo.
- AMX - Jato avançado de ataque ao solo, desenvolvido e produzido por meio da cooperação entre Brasil e Itália. A Embraer foi contratada pelo Comando da Aeronáutica para modernização dessas aeronaves, chamadas de A-1 dentro do cliente, para uma versão batizada de A-1M.
- Programa F-5BR - Modernização dos caças a jato F-5.
- Família ISR (*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*) baseada na plataforma do ERJ 145 inclui os modelos EMB 145 AEW&C - Alerta Aéreo Antecipado e Controle, EMB 145 Multi Intel - Sensoriamento Remoto e Vigilância Ar-Terra e EMB 145 MP - Patrulha Marítima e Guerra Anti-submarino. Originalmente desenvolvida para atender ao programa SIVAM, teve versões encomendadas pelos governos da Grécia, do México e mais recentemente da Índia.
- KC-390 - O Programa KC-390 tem como escopo o desenvolvimento e produção para o Comando da Aeronáutica de 2 aeronaves protótipos para transporte militar e reabastecimento em voo.
- Transporte Militar e de Autoridades – Derivada das plataformas das aeronaves da Aviação Comercial e Executiva, cujo melhor exemplo é o 190PR – derivado da plataforma EMBRAER 170/190, tem a finalidade de transportar o Presidente da República do Brasil e membros de sua comitiva.
- Radares – a Orbisat desenvolve o mais avançado sistema de radar e sensoriamento para terrenos sob cobertura de árvores, o SABER M60, concebido e desenvolvido para o Exército Brasileiro.
- Comando e Controle – combinando as competências da Atech – Negócios em Tecnologias S.A. – e os investimentos da Embraer em desenvolvimento e integração de sistemas, somos capazes de oferecer uma *suite* de produtos de Comando e Controle, incluindo, por exemplo, sistemas de Controle de Tráfego Aéreo.
- Aeronaves não tripuladas: a Harpia Sistemas – *Joint venture* formada pela Embraer e pela AEL Sistemas (subsidiária do grupo israelense Elbit) – desenvolve as atividades de marketing,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

desenvolvimento, integração de sistemas, manufatura, venda e pós-venda de sistemas não tripulados.

39.3. Mercado de Aviação Executiva

As atividades voltadas ao mercado de Aviação Executiva envolvem principalmente o desenvolvimento, a produção e a venda de jatos executivos e o fornecimento de serviços de suporte relacionados com esse segmento de mercado, bem como arrendamento de aeronaves.

- Legacy 600 e Legacy 650 – jatos executivos das categorias *super midsize* e *large* cujas entregas começaram em 2002 e 2010, respectivamente.
- Legacy 450 e Legacy 500 - jatos executivos das categorias *midlight* e *midsize* lançados em abril de 2008 que estão em desenvolvimento.
- Jatos Phenom – jatos executivos das categorias *entry level* e *light* e integrada pelos modelos Phenom 100, cujas primeiras unidades foram entregues em 2008 e Phenom 300 com entregas iniciadas em 2009.
- Lineage 1000 – jato executivo da categoria *ultra-large*. As entregas deste modelo iniciaram em 2009.

39.4. Outros

As atividades deste segmento referem-se ao fornecimento de partes estruturais e sistemas hidráulicos e produção de aviões agrícolas pulverizadores.

- Resultado consolidado por segmento acumulado em 31 de dezembro de 2012:

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
Receita líquida	7.371.335	2.080.775	2.601.885	147.720	-	12.201.715
Custo dos produtos e serviços vendidos	(5.515.966)	(1.558.182)	(2.083.438)	(90.983)	-	(9.248.569)
Lucro bruto	1.855.369	522.593	518.447	56.737	-	2.953.146
Margem Bruta	25,2%	25,1%	19,9%	38,4%		24,2%
Receitas (despesas) operacionais	(998.068)	(292.485)	(427.446)	(17.716)	-	(1.735.715)
Resultado operacional	857.301	230.108	91.001	39.021	-	1.217.431
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	(11.398)	(11.398)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	16.824	16.824
Lucro antes do imposto						1.222.857
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(523.849)	(523.849)
Lucro líquido do exercício						699.008

- Receitas líquidas consolidadas por região acumulado em 31 de dezembro de 2012:

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Total
América do Norte	1.716.152	40.509	1.012.027	93.979	2.862.667
Europa	2.949.922	347.719	519.502	-	3.817.143
Ásia Pacífico	1.801.968	157.146	659.730	-	2.618.844
América Latina, exceto Brasil	288.940	43.043	86.184	759	418.926
Brasil	89.692	1.298.994	278.490	52.982	1.720.158
Outros	524.661	193.364	45.952	-	763.977
Total	7.371.335	2.080.775	2.601.885	147.720	12.201.715

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Ativos consolidados por segmentos em 31 de dezembro de 2012:

	Aviação Comercial	Defesa	Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
Contas a Receber	219.014	775.745	83.267	23.617	-	1.101.643
Ativo Imobilizado	1.897.748	225.613	1.412.363	16.945	-	3.552.669
Ativo Intangível	433.097	1.365	1.377.348	20.112	127.519	1.959.441
Total	2.549.859	1.002.723	2.872.978	60.674	127.519	6.613.753

- Ativos consolidados por região em 31 de dezembro de 2012:

	América do Norte	Europa	Ásia Pacífico	Brasil	Total
Contas a Receber	109.209	537.528	10.614	444.292	1.101.643
Ativo Imobilizado	580.031	1.451.258	110.932	1.410.448	3.552.669
Ativo Intangível	20.008	7.105	487	1.931.841	1.959.441
Total	709.248	1.995.891	122.033	3.786.581	6.613.753

- Resultado consolidado por segmento acumulado em 31 de dezembro de 2011:

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
Receita líquida	6.337.398	1.444.800	1.938.894	136.963	-	9.858.055
Custo dos produtos e serviços vendidos	(4.937.746)	(1.092.002)	(1.541.200)	(67.877)	-	(7.638.825)
Lucro bruto	1.399.652	352.798	397.694	69.087	-	2.219.230
Margem bruta	22,1%	24,4%	20,5%	50,4%		22,5%
Receitas (despesas) operacionais	(1.171.000)	(209.887)	(289.363)	(27.252)	-	(1.697.502)
Resultado operacional	228.652	142.911	108.331	41.834	-	521.728
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	(172.509)	(172.509)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	32.809	32.809
Lucro antes do imposto						382.028
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(210.774)	(210.774)
Lucro líquido do exercício						171.254

- Receitas líquidas consolidadas por região acumulado em 31 de dezembro de 2011:

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Total
América do Norte	1.251.071	46.450	618.362	94.065	2.009.948
Europa	1.722.257	295.104	492.167	-	2.509.528
Ásia Pacífico	1.751.190	242.318	280.365	-	2.273.873
América Latina, exceto Brasil	917.032	27.000	145.242	-	1.089.274
Brasil	489.151	783.476	352.449	42.898	1.667.974
Outros	206.697	50.452	50.309	-	307.458
Total	6.337.398	1.444.800	1.938.894	136.963	9.858.055

- Ativos consolidados por segmentos em 31 de dezembro de 2011:

	Aviação Comercial	Defesa	Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
Contas a Receber	324.252	576.973	35.898	12.064	-	949.187
Ativo Imobilizado	1.810.033	225.137	673.344	53	12.094	2.720.661
Ativo Intangível	434.583	111.029	894.639	548	75.390	1.516.189
Total	2.568.868	913.139	1.603.881	12.665	87.484	5.186.037

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Ativos consolidados por região em 31 de dezembro de 2011:

	América do Norte	Europa	Ásia Pacífico	Brasil	Total
Contas a Receber	62.423	517.369	10.923	358.472	949.187
Ativo Imobilizado	300.753	1.214.864	88.005	1.117.039	2.720.661
Ativo Intangível	2.928	2.738	483	1.510.040	1.516.189
Total	366.104	1.734.971	99.411	2.985.551	5.186.037

- Resultado consolidado por segmento em 31 de dezembro de 2010:

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
Receita líquida	5.707.323	1.445.195	2.095.638	132.469	-	9.380.625
Custo dos produtos e serviços vendidos	(4.696.704)	(1.052.945)	(1.711.253)	(121.760)	-	(7.582.662)
Lucro bruto	1.010.619	392.250	384.385	10.709	-	1.797.963
Margem bruta	17,7%	27,1%	18,3%	8,1%	-	19,2%
Receitas (despesas) operacionais	(615.611)	(200.454)	(248.106)	(48.272)	-	(1.112.443)
Resultado operacional	395.008	191.796	136.279	(37.563)	-	685.520
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	30.885	30.885
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	(1.350)	(1.350)
Lucro antes do imposto						715.055
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(114.877)	(114.877)
Lucro líquido do exercício						600.178

- Receitas líquidas consolidadas por região acumulado em 31 de dezembro de 2010

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Total
América do Norte	612.622	42.393	511.495	93.851	1.260.361
Europa	2.431.041	227.922	416.654	3.138	3.078.755
Ásia Pacífico	1.346.962	212.965	502.802	4.393	2.067.122
América Latina, exceto Brasil	731.643	495.662	215.858	490	1.443.653
Brasil	398.630	386.313	369.719	29.912	1.184.574
Outros	186.425	79.940	79.110	685	346.160
Total	5.707.323	1.445.195	2.095.638	132.469	9.380.625

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

- A Embraer e AgustaWestland assinaram em janeiro de 2013 um memorando de entendimentos visando à criação de uma *joint venture* no Brasil. Se alcançado um entendimento final pelas partes e obtidas às aprovações necessárias, o acordo pode levar à produção no Brasil de helicópteros direcionados para o mercado comercial, militar e executivo no Brasil e na América Latina. A AgustaWestland tem suas principais operações na Itália, Reino Unido, Polônia e Estados Unidos, com centros de serviços, treinamento e apoio ao redor do mundo, inclusive uma subsidiária própria no Brasil que dá suporte a clientes no País e na América Latina.
- Em fevereiro de 2013, a Embraer, por meio de sua controlada Orbisat Indústria S.A. concluiu a constituição da Orbisat Aerolevantamento S.A., com participação de 25% em seu capital. Com sede em São José dos Campos, terá como objetivo a prestação de serviços de aerolevantamento (mapeamento de áreas baseada em tecnologia avançada embarcada em aeronaves).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Em fevereiro de 2013, a Embraer, por meio de sua subsidiária integral Embraer Aircraft Holding Inc. (EAH), constituiu a Embraer Defense and Security Incorporated (EDSI). Situada na cidade de Jacksonville - Florida – EUA, a EDSI será a base para atendimento ao programa LAS (Light Air Support) que fornecerá aeronaves A-29 Super Tucano, para a Força Aérea dos EUA (USAF, na sigla em inglês).

* * *